



**UNIVERSIDADE FEDERAL DO ESPÍRITO SANTO  
CENTRO DE CIÊNCIAS JURÍDICAS E ECONÔMICAS  
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO**

**ROSILDA ADELAIDE RUFO**

**PROJETO MEMÓRIAS REVELADAS NO ARQUIVO PÚBLICO DO ESTADO  
DO ESPÍRITO SANTO A PARTIR DO ACERVO DA DOPS/ES:  
ACERVOS ARQUIVÍSTICOS E A CONSTRUÇÃO DE IDENTIDADE SOCIAL**

VITÓRIA  
2022

ROSILDA ADELAIDE RUFO

**PROJETO MEMÓRIAS REVELADAS NO ARQUIVO PÚBLICO DO ESTADO  
DO ESPÍRITO SANTO A PARTIR DO ACERVO DA DOPS/ES:  
ACERVOS ARQUIVÍSTICOS E A CONSTRUÇÃO DE IDENTIDADE SOCIAL**

Dissertação de mestrado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Ciência da Informação da Universidade Federal do Espírito Santo, como requisito parcial para obtenção do título de mestre em Ciência da Informação na área de concentração.

Linha de Pesquisa 2: Memória, Representação e Informação.

Orientador: Prof. Dr. Pedro Ernesto Fagundes.

Coorientadora: Prof.<sup>a</sup> Dr.<sup>a</sup> Margarete Farias de Moraes

VITÓRIA

2022

Ficha catalográfica disponibilizada pelo Sistema  
Integrado de Bibliotecas - SIBI/UFES e  
elaborada pelo autor

---

- R922 p Rufo, Rosilda Adelaide, 1969-  
Projeto Memórias Reveladas no Arquivo Público do  
Estado do Espírito Santo a partir do Acervo da DOPS/ES  
: acervos arquivísticos e a construção de identidade  
social / Rosilda Adelaide Rufo. - 2022.  
141 f. : il.
- Orientador: Pedro Ernesto Fagundes.  
Coorientadora: Margarete Farias de Moraes.  
Dissertação (Mestrado em Ciência da  
Informação) -  
Universidade Federal do Espírito Santo, Centro de  
Ciências Jurídicas e Econômicas.
1. Memória Social. 2. Arquivo Público. 3. Ditadura Militar.  
4. Memórias Reveladas. 5. Ciência da Informação.. I.  
Fagundes, Pedro Ernesto. II. Farias de Moraes,  
Margarete. III. Universidade Federal do Espírito Santo.  
Centro de Ciências Jurídicas e Econômicas. IV. Título.

CDU: 001

---

ROSILDA ADELAIDE RUFO

**PROJETO MEMÓRIAS REVELADAS NO ARQUIVO PÚBLICO DO ESTADO DO  
ESPÍRITO SANTO A PARTIR DO ACERVO DA DOPS/ES:  
ACERVOS ARQUIVÍSTICOS E A CONSTRUÇÃO DE IDENTIDADE SOCIAL**

Dissertação de mestrado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Ciência da Informação da Universidade Federal do Espírito Santo como requisito para a obtenção do título de Mestre em Ciência da Informação.

Aprovada em 2 de setembro de 2022.

**COMISSÃO EXAMINADORA**

---

**Prof. Dr. Pedro Ernesto Fagundes**  
**Universidade Federal do Espírito Santo**  
**Orientador**

---

Profª Dra. Margarete Farias de Moraes  
Universidade Federal do Espírito Santo  
Coorientadora

---

Profª Dra. Inez Terezinha Stampa  
Pontifícia Universidade Católica do Rio de  
Janeiro – PUC/RIO  
Examinadora Externo

---

Prof. Dr. Luiz Carlos da Silva.  
Universidade Federal do Espírito Santo  
Examinadora Interno

---

Dra. Jória Motta Scolforo  
Arquivo Público do Estado do Espírito Santo  
**Examinadora Externa Suplente**

Documento assinado eletronicamente nos moldes do art. 10 da MP 2200/01 e Lei 14063/20[Hash SHA256]  
8bb3ec47c8a713e9a00c26e7b7a428b2b8c14665215a4bcd3890b80735a99054





## DEDICATÓRIA

A todos aqueles que de uma forma especial me incentivaram a fazê-lo.

A minha mãe Irene Vidal Rufo (*in memória*) que desde muito nova sempre me encorajou a estudar dizendo que eu era capaz e inteligente o suficiente para ser bem-sucedida. Eu acreditei, sabias palavras. Deu certo, cheguei até aqui.

Ao meu eterno namorado, Samuel Trindade Ribeiro, pela paciência e compreensão durante minha ausência e dedicação aos estudos para elaboração deste trabalho. E por tudo que representa em minha vida hoje, pela força e acolhimento quando o cansaço chegava, quando dizia: “está na hora de parar. Amanhã você continua namorada!”

A Eugênia Magna Broseguini Keys, pelo incentivo; pode acreditar, se ingressei no mestrado, você teve grande parcela de colaboração, ao me direcionar com suas valiosas contribuições e o tempo dedicado a ler o que escrevi lá no comecinho. Sim, quando ninguém mais pôde fazê-lo, você o fez. Receba minha eterna gratidão pela generosidade sem medida prestada a mim durante toda a execução desta pesquisa. Por ter me presenteado com o livro “Ditaduras Não São Eternas: Memórias da Resistência do Golpe de 1964 no Espírito Santo”. E também pela amizade e parceria firmada desde a minha primeira formação em Biblioteconomia, há quase vinte anos, você estava lá quando ergui pela primeira vez o canudo de graduada, me desejando sucesso.

## AGRADECIMENTOS

Nesse sentido, gostaria de agradecer a Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior Brasil (CAPES) – Código de Financiamento 001, pelo apoio dispensado durante a realização deste trabalho.

Agradeço a todos os docentes por suas contribuições e orientações, a todos os familiares e amigos pelo incentivo e torcida para que eu não desistisse e chegasse até aqui.

Aos colegas de turma que, em função do mestrado ocorrido durante os dois anos de pandemia da Covid-19 e, por isso, nosso contato ter sido limitado ao “mundo virtual”, não deixaram se perder a empatia, o afeto e o socorro de que precisávamos. Dessa forma, gostaria de agradecer, de modo especial, às seguintes colegas de turma: a Adriana Isidoro, pela paciência em me ouvir e ajudar nos momentos mais difíceis dessa caminhada; a Alessandra Patuzzo, pelo *help* burocrático e pelo suporte técnico; e as colegas Vânia e Jaqueline, pela disponibilidade em me orientar mesmo que remotamente sempre que precisei.

A todos os demais colegas de turma determinados a vencer e que continuaram a escrever em meio à pandemia, a perdas de entes queridos, entre outras não conformidades do período. A Edma, Ronald, Rosimeire e Maycom pela força e incentivo nessa jornada. Afinal de contas, mudar de tema no meio do caminho, reescrever, reescrever e reescrever dentro do prazo estabelecido não foi tarefa fácil, contudo, com o incentivo dos colegas, chegamos ao final com uma bagagem nova e promissora para um doutorado futuro.

Minha gratidão a todos os familiares, dos mais distantes aos mais próximos, que suportaram minha ausência e entenderam a chatice quando eu dizia: não posso, estou estudando. Foram inúmeros convites negados, em função do objetivo traçado: concluir o mestrado escrevendo a dissertação da melhor forma possível. Para tanto, muitas vezes abri mão de momentos de entretenimento e convivência em família. Obrigada! Sintam-se pertencentes nesta construção. Tal como a memória, que está em constante construção, vocês me ajudaram a concluir essa obra sobre o Projeto Memórias Reveladas no Arquivo Público do Estado do Espírito Santo a partir do Acervo da Delegacia de Ordem Política e Social.

Agradeço também a minha cunhada, doutoranda Maria José Corrêa de Souza,

pelas inúmeras vezes que me disse: Lindinha, gostei do texto, contudo, sugiro melhorar aqui e ali. Lindinha você vai conseguir! Isso aí Lindinha. Seu exemplo de garra e determinação mesmo fazendo o doutorado, sempre conseguia um tempinho para me atender e incentivar a continuar de maneira ímpar. Obrigada mesmo, você é muito especial para mim.

A minha melhor irmã Leninha e meus cunhados Ilson e Ivan; a minha cunhada Sandra, pelas guloseimas enviadas para comer nos intervalos da jornada de estudo, bem como pelo incentivo a concluir a dissertação. A meus irmãos Mazinho e João, a minhas cunhas e cunhos, sobrinhos e sogra. Às amigas Eliane e Maura, Elza, Thais, Thamara, Marly, Adriana, e tantos outros, como os historiadores Cassius Gonçalves e Elida Gagete.

Aos funcionários do Programa de Pós-Graduação em Ciência da Informação, da Universidade Federal do Espírito Santo - UFES, especialmente ao Luciano, aos meus orientadores professores doutores Pedro Ernesto Fagundes e Margarete Farias de Moraes, às coordenadoras do programa doutoras Lucileide Andrade de Lima do Nascimento e Rosa da Penha Ferreira da Costa.

Aos docentes da Banca de Qualificação: Juliana e Brenda (titular e suplente externas, respectivamente), Margarete e Luiz Carlos (titular e suplente internos, respectivamente). E aos componentes da Banca de Defesa Inez Terezinha Stampa, Jória Motta (titular e suplente externas) e Luiz Carlos (titular interno), pela disponibilidade em participar da avaliação deste projeto.

Aos funcionários do Arquivo Público Estadual - APEES, nas pessoas de Thiago e Viviane, que me atenderam diretamente no fornecimento de informações para a elaboração desta pesquisa.

Ao professor Dr. Henry Oliveira, da Universidade Federal da Paraíba (UFPB), pela oportunidade de cursar durante o mestrado, como aluna especial, a disciplina Tópicos Especiais/Pesquisa em Ciência da Informação, cujo conteúdo auxiliou na tabulação dos dados da pesquisa aplicada e na elaboração dos resultados. Agradeço também ao professor Dr. Juan Morales Ordoñez, da Universidad Del Azuay – Equador, pela oportunidade de participar do curso “Ética, Universidade e Sociedade”, em parceria com Grupo de Cooperação Internacional de Universidades Brasileiras (GCUB). Facultou-me a autoria do Capítulo Um, *Ética e Ensino Remoto: Reflexões a partir do comportamento adotado no ambiente virtual em tempos de pandemia*, do livro “Ética, Universidade e Sociedade” publicado em julho de 2022.

Aos professores do PPGCI, que ministraram as disciplinas durante o mestrado: professor Dr. Luiz Carlos, Dra. Mayra Grigoletto, Dra. Mery Nádia, Dra. Rosa Penha e Dra. Margarete Moraes, que aceitou prontamente em ser minha Coorientadora na elaboração da dissertação. À Dra. Lucileide Lima e, especialmente, à Dra. Karulliny Silverol Siqueira, minha orientadora no estágio docente. Também, a toda a turma do curso de arquivologia à qual tive a oportunidade de lecionar durante o estágio. Aos demais professores da UFES André Malverdes, Ana Paula, pelo incentivo e valiosas indicações. E a tantas outras pessoas que não citei aqui, mas que, de algum modo colaboraram para essa finalização. É certo que em dois anos de mestrado os aprendizados, as relações solidificaram e já não são mais as mesmas; nesse sentido, posso citar a frase “vim, vi e venci”.

Por tudo isso, **minha eterna gratidão a Deus, razão do meu viver. Sem Ele, nada do que foi feito se fez.**

Ao meu namorado, pela parceria, incentivo e orações, para que eu concluísse a pesquisa.

E, mais uma vez, a todos os encorajadores, principalmente aos meus orientadores Dr. Pedro Ernesto e Dra. Margarete Moraes. Pois, *quando desistir não é uma opção, o sucesso é inevitável.*

“Quero trazer à memória aquilo que me traz esperança” (Lam. 3. 21)

“Se no passado se vê o futuro, e no futuro se vê o passado, segue-se que no passado e no futuro se vê o presente, porque o presente é futuro do passado, e o mesmo presente é o passado do futuro”.

Padre Antônio Vieira

## LISTA DE IMAGENS

Figura 1 - Ficha catalográfica da fotografia do Concílio dos jovens 1975 .....	33
Figura 2 - Fotografia Movimento Concílio de Jovens 1975 .....	33
Figura 3 - Resumo das mudanças político-administrativas na DOPS/ES .....	35
Figura 4 - Local onde funcionava o Arquivo Público .....	46

## LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1 - Recorte Temporal de Indexadores nas Bases - 2009-2020 .....	66
Gráfico 2 - Ano de recolhimento dos acervos DOPS por Estado .....	73
Gráfico 3 - Identificação de Sexo .....	91
Gráfico 4 - Identificação de vínculo com o APEES.....	92
Gráfico 5 - Identificação Idade dos respondentes .....	92
Gráfico 6 - Graduação dos respondentes .....	94
Gráfico 7 - Titularidade dos respondentes .....	95
Gráfico 8 - Escala sobre construção da memória social.....	96
Gráfico 9 - Alcance, difusão e uso do acervo da DOPS/ES .....	97
Gráfico 10 - Ações a partir do acervo DOPS/ES em porcentagem .....	98
Gráfico 11 - Expansão de demandas de pesquisa no APEES.....	100
Gráfico 12 - Principais usos do acervo DOPS/ES.....	101
Gráfico 13 - Principais obstáculos do acervo DOPS/ES .....	102
Gráfico 14 - Aumento da visibilidade do APCESS com o DOPS/ES .....	103
Gráfico 15 - Satisfação dos usuários APEES com serviços prestados .....	104
Gráfico 16 - O APEES como lugar de memória .....	105
Gráfico 17 - A Contribuição do acervo DOPS/ES ao acesso à informação.....	106
Gráfico 18 - Mudança de visão ditadura a partir do Memórias Reveladas .....	108

## LISTA DE QUADROS

Quadro 1 - Evolução Cronológica do APEES por Décadas .....	47
Quadro 2 - Missão e Valores do APEES.....	51
Quadro 3 - Sistematização do conceito arquivístico a partir dos autores clássicos ..	54
Quadro 4 - Sistematização do conceito arquivístico a partir dos autores contemporâneos.....	55
Quadro 5 - Usuários dos acervos DOPS por entidades custodiadoras.....	64
Quadro 6 - Categorias de autores pesquisados .....	74
Quadro 7 - Produções a partir do Projeto Memórias Reveladas - Acervo DOPS/ES.....	81
Quadro 8 - Entidades custodiadoras de acervo DOPS ativas período 2009-2020 por Estado no Brasil .....	83
Quadro 9 - Entidades custodiadoras de acervo DOPS que não retornaram por Estado Brasil .....	87
Quadro 10 - Respondentes com mais de uma formação .....	93

## LISTA DE SIGLAS

ALES	Assembleia Legislativa do Espírito Santo
APEES	Arquivo Público do Estado do Espírito Santo
BDTD	Biblioteca Digital Brasileira de Teses e Dissertações
BDMR	Banco de Dados Memórias Reveladas
BRAPCI	Base de Dados em Ciência da Informação
CEMVOB	Comissão Estadual da Memória e Verdade Orlando Bonfim
CNV	Comissão Nacional da Verdade
CONARQ	Conselho Nacional de Arquivos
CVUFES	Comissão da Verdade da UFES
DOPS	Delegacia de Ordem Política e Social
ENANCIB	Encontro Nacional de Pesquisa e Pós-graduação em Ciência da Informação
PPGHIS	Programa de Pós-Graduação em História
PT	Partido dos Trabalhadores
RESP	Respondentes
RIUFES	Repositório Institucional da Universidade Federal do Espírito Santo
UFES	Universidade Federal do Espírito Santo

## LISTA DE TABELAS

Tabela 1 - Temática (memória, ditadura e arquivo) em Repositória e Base de Dados – 2009-2020 .....	40
Tabela 2 - Recorte Temporal de Indexadores nas Bases – 2009-2020 .....	65
Tabela 3 - Ações a partir da DOPS/ES na visão dos respondentes.....	98
Tabela 4 - Indicação de concordância de visão sobre ditadura militar a partir da DOP/ES .....	107

## RESUMO

Trata-se de um estudo sobre o Projeto Memórias Reveladas e sua contribuição para a construção da Identidade Social do Arquivo Público do Estado do Espírito Santo (APEES), a partir da custódia de documentos do acervo da Delegacia de Ordem Política e Social do Estado do Espírito Santo (DOPS/ES). Analisa, via publicações recuperadas durante pesquisa em repositórios científicos e revisão de literatura, em que medida se encontra articulado à construção, à cooperação e ao fortalecimento da memória social do Arquivo. A metodologia utiliza pesquisa bibliográfica, descritiva e exploratória tendo como pano de fundo um estudo de caso. Como objetivo pretende-se identificar em que medida custodiar o acervo do Projeto Memórias Reveladas contribuiu para consolidar o papel da memória social do Arquivo, com documentos do período da ditadura militar (1964 - 1985), no recorte temporal de onze anos (2009 – 2020). Para tanto, utilizou-se de aplicação de um questionário, cujo resultado apontou entre outras variáveis a relevância do acervo da DOPS/ES na elaboração dos Relatórios das Comissões da Verdade da UFES e do Governo do Estado do Espírito Santo, bem como a fidelização do Arquivo como local onde a memória é fomentada. Como objetivo, pretende contribuir para estimular a produção científica relacionada à temática memória, arquivo e ditadura militar, principalmente, no contexto da Ciência da Informação, no que tange o âmbito social. Os resultados finais evidenciam que a temática não se esgota, apresentando oportunidade de aumento na produção de conhecimento voltado a acervos de violação de direitos humanos.

**Palavras-chave:** Memória Social; Ditadura Militar; Arquivo Público; Memórias Reveladas; Ciência da Informação.

## ABSTRACT

This is a study on the Revealed Memories Project and its contribution to the construction of the Social Identity of the Public Archive of the State of Espírito Santo (APEES), based on the custody of documents from the collection of the Police Department for Political and Social Order of the State of Espírito Santo. Santo (DOPS/ES). It analyses, via publications retrieved during research in scientific repositories and literature review, to what extent it is articulated with the construction, cooperation and strengthening of the Archive's social memory. The methodology uses bibliographic, descriptive and exploratory research with a case study as a background. The objective is to identify to what extent the custody of the collection of the Revealed Memories Project contributed to consolidating the role of the Archive's social memory, with documents from the period of the military dictatorship (1964 - 1985), in the time frame of eleven years (2009 - 2020). ). To this end, a questionnaire was applied, the result of which pointed, among other variables, to the relevance of the DOPS/ES collection in the elaboration of the Reports of the Truth Commissions of UFES and the Government of the State of Espírito Santo, as well as the loyalty of the File as the location where memory is fostered. As an objective, it intends to contribute to stimulating scientific production related to the theme memory, archive and military dictatorship, mainly in the context of Information Science, in terms of the social sphere. The final results show that the theme is not exhausted, presenting an opportunity to increase the production of knowledge aimed at collections of human rights violations.

**Keywords:** Social Memory; Military dictatorship; Public Archive; Memories Revealed; information Science.

## SUMÁRIO

<b>1. INTRODUÇÃO.....</b>	<b>19</b>
<b>2. O PROJETO MEMÓRIAS REVELADAS .....</b>	<b>30</b>
2.1 O DEPARTAMENTO DE ORDEM POLÍTICA E SOCIAL E A DOPS/ES .....	30
2.2 O APEES A DOPS/ES E O MEMÓRIAS REVELADAS.....	34
2.3 A PRODUÇÃO CIENTÍFICA A PARTIR DO ACERVO .....	39
<b>3. ARQUIVO PÚBLICO DO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO .....</b>	<b>45</b>
3.1 A HISTÓRIA DO APEES .....	45
3.2 FASES E CRONOLOGIA RELEVANTES DO APEES.....	46
3.3 MISSÃO, VALORES E PAPEL SOCIAL DO APEES.....	50
<b>4. DOCUMENTO E MEMÓRIA SOCIAL À LUZ DA CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO .....</b>	<b>53</b>
4.1 CONCEITUANDO O DOCUMENTO.....	53
4.2 CONCEITO DE MEMÓRIA.....	56
4.3 MEMÓRIA SOCIAL.....	58
4.4 ESPAÇOS MEMÓRIA .....	60
4.5 MEMÓRIA E ARQUIVO.....	65
4.6 O PROJETO MEMÓRIAS REVELADAS E A CONSTRUÇÃO DA MEMÓRIA SOCIAL DA DITADURA MILITAR .....	71
4.7 IMPORTÂNCIA SOCIAL DO ARQUIVO PÚBLICO NA CONSTRUÇÃO DA MEMÓRIA.....	72
<b>5. IMPACTO DO PROJETO MEMÓRIAS REVELADAS (DOPS/ES) NAS DISCUSSÕES SOBRE DITADURA MILITAR.....</b>	<b>82</b>
5.1 O PROJETO MEMÓRIAS REVELADAS E O APEES .....	88
<b>6. ANÁLISE DA PESQUISA .....</b>	<b>91</b>
6.1 ORGANIZANDO OS DADOS .....	91
6.2 O DOPS ENQUANTO ORGÃO DE ESTADO REPRESSOR .....	95
6.3 PRODUÇÕES RELACIONADAS A MEMÓRIA SOCIAL, DOCUMENTO E DITADURA VIA DOPS/ES.....	99
6.4 CONTRIBUIÇÕES DO ACERVO DOPS/ES DO APEES NA CONSTRUÇÃO DA MEMÓRIA SOCIAL DA DITADURA MILITAR NO ES .....	101
6.5 O ACESSO À INFORMAÇÃO E A VALIDAÇÃO DO APEES ENQUANTO ESPAÇO DE MEMÓRIA COM A DOPS/ES .....	105

<b>7. CONCLUSÃO.....</b>	<b>113</b>
<b>REFERÊNCIAS.....</b>	<b>117</b>
<b>APÊNDICE A - TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO .....</b>	<b>125</b>
<b>APÊNDICE B - QUESTIONÁRIO .....</b>	<b>8</b>
<b>APÊNDICE C - FATOS E FOTOS HISTÓRICO DITADURA NO ES.....</b>	<b>133</b>
<b>APÊNDICE D - TESES E DISSERTAÇÕES A PARTIR DA DOPS/ES, NO APEES .....</b>	<b>135</b>
<b>ANEXO A - CLIPPING 2021: MEMÓRIAS REVELADAS 57 ANOS DA DITADURA.....</b>	<b>137</b>
<b>ANEXO B - PARECER CONSUBSTANCIADO DO CEP .....</b>	<b>138</b>
<b>ANEXO C - MANIFESTAÇÕES DOS PARTIDOS DOS TRABALHADORES – DÉC. 1980.....</b>	<b>141</b>

## 1 INTRODUÇÃO

O projeto Memórias Reveladas – Centro de Referência das Lutas Políticas, de 1964 a 1985, foi uma iniciativa da Casa Civil da Presidência da República, com a coordenação do Arquivo Nacional, idealizado a partir de um Banco de Dados<sup>1</sup>, alimentado online por vinte e oito instituições parceiras de todo o território nacional e o Arquivo Nacional. Dentre essas instituições, encontra-se o Arquivo Público do Estado do Espírito Santo (APEES), que abriga os acervos do Departamento Estadual de Ordem Política e Social (DEOPS), no âmbito estadual, a partir da custódia do acervo do Fundo Documental<sup>2</sup> da Delegacia de Ordem Política e Social do Espírito Santo (DOPS/ES), com vigência de trinta e oito anos (1953-1991). Suas sedes funcionaram durante esse período em pelo menos dois locais: um no Centro de Vitória/ES e outro na Av. N. Sra. Da Penha (Reta da Penha)/Vitória/ES. Período marcado por violações de direitos, lutas políticas e censura em todo o Brasil, cujo contexto político era o de uma ditadura militar.

Um olhar mais apurado, a partir do fundo DOPS/ES, do projeto Memórias Reveladas do APEES, e os produtos elaborados desde sua implantação, no início de 2008, levaram-nos a abordar modos de diferentes configurações históricas e sociais pelo viés da Ciência da Informação e Memória, sobre a temática que permanece em evidência no cenário político atual de descontentamento social e econômico, onde o negacionismo histórico, vez por outra, exalta como positiva a memória de medidas abusivas do período da ditadura militar. Um verdadeiro retrocesso à democracia validada com a Constituição de 1988 que estabeleceu um Estado democrático de Direito.

Em 1987, ainda adolescente, estabeleci o primeiro vínculo com a memória, quando ingressei no mercado de trabalho em uma empresa capixaba de produtos alimentícios de balas e chocolates, fundada pelo imigrante alemão Henrique Meyerfreund, em 1929, que, fugindo de uma Europa devastada pelas consequências da primeira guerra mundial, encontrou neste Estado oportunidade de estabelecer e crescer. Nos anos de 1980, o imigrante deu à sua fábrica um grande impulso no seu processo de modernização industrial e de expansão da sua rede de distribuição,

---

<sup>1</sup> <http://www.portalan.arquivonacional.gov.br/Media/Dicion%20Term%20Arquiv.pdf> (É um conjunto de dados organizados a fim de atender a diversas aplicações, centralizando os dados importantes).

<sup>2</sup> Dicionário Brasileiro de Terminologia Arquivística: Conjunto de Documento de uma mesma proveniência.

transformando-se, então, em uma das três maiores fabricantes de chocolates do Hemisfério Sul, além de possuir um parque industrial de alta tecnologia. Porém, preocupado com a história da instituição, documentos textuais, fotografias e receitas eram preservados no Arquivo Geral da companhia.

Já estava ciente da existência do acervo histórico na empresa, ao ingressar, em 1998, na Universidade Federal do Espírito Santo (UFES), graduando-me no curso de Bacharel em Biblioteconomia, único da área de Ciência da Informação (CI) no Estado. Na universidade, adquiri conhecimento que me auxiliaram na organização da memória institucional da empresa, que ainda encontrava-se sem qualquer tratamento e classificação. O levantamento histórico com tratamento documental resultou na implantação do Centro de Documentação e Memória Garoto (CDM), que tinha como missão: *Resgatar, ordenar e divulgar, entre o público interno, aos consumidores e à comunidade em geral, a memória da Chocolates Garoto, garantindo a preservação de seu patrimônio documental e o registro perene da evolução da Empresa.*

Este, por sua vez, foi a base do estudo de caso no Trabalho de Conclusão de Curso (TCC), na época denominado de Monografia, com o tema *Caracterização de Usuários do Centro de Documentação e Memória da Chocolates Garoto SA*, sob a orientação da professora Dra. Dulcinéia Sarmiento Rosemberg. Esse espaço de memória tornou-se referência no Estado, atendendo a pesquisadores das mais diversas áreas, que encontravam no Arquivo histórico subsídios para seus estudos.

Segui, posteriormente, na carreira acadêmica durante a graduação em Arquivologia, no ano de 2008, e dei continuidade, quando coordenei o CDM, desenvolvendo projetos voltados à memória institucional e ao levantamento de evolução da marca, bem como coordenei a edição e publicação do livro de 80 Anos da Empresa com o título *Chocolates Garoto 80 anos: uma história de sucesso*. Entre outros trabalhos, realizamos exposições históricas, subsídios informativos para novelas, indústrias capixabas via Federação das Indústrias do Espírito Santo (FINDES), exposições fotográficas e levantamentos históricos de produtos e marcas reconhecidos no Brasil e fora dele, seguindo a trajetória acadêmica e profissional, especificamente na supervisão do Arquivo e na Biblioteca especializada Espaço Cult, por quase dez anos.

Ávida pelo tema *memória*, sigo prestando consultoria nessa área em diferentes instituições, como Unimed Vitória, Grupo Águia Branca, Ufes, entre outras. Essa atividade envolve pesquisa documental e resgate histórico que culminam em

publicações bibliográficas, exposições e criação de Centro de Documentação e Memórias. Porém, a fim de ampliar o conhecimento adquirido nas graduações e na especialização em comunicação, e para prosseguir realizando trabalhos com história e memória, em 2019, participei do processo seletivo para a primeira turma de mestrado do Programa de Pós-Graduação em Ciência da Informação da UFES (PPGCI). Contudo, não logrei êxito como aluna regular do programa, mas, como aluna especial na disciplina Imagem e Memória, ministrada pela Professora Doutora Rosa da Penha Ferreira da Costa.

A vivência na disciplina corroborou para aguçar o interesse pela temática história e memória, tendo oportunidade de compartilhar bibliografias de autores como Merlo e Konrad (2015). Em 2020, ingressei como aluna regular do programa, na Linha 2, que aborda: Memória, Representação e Informação. Desse modo, deu-se início a construção deste trabalho.

Impulsionada pela disciplina cursada (ainda como aluna especial), aumentou em mim o interesse pelo universo das fotografias e informações referentes à memória, levando-me, a princípio, a escrever um projeto sobre a relevância das fotografias do acervo da Ditadura no Brasil. Porém, como discente regular do mestrado do PPGCI/UFES, e direcionada pelo professor Doutor Pedro Ernesto Fagundes (referência na temática Ditadura Militar no Espírito Santo, dada a riqueza de produtos e informações elaborados a partir do projeto Memórias Reveladas do Acervo DOPS/ES), fui orientada a realizar pesquisa tomando como base esse Fundo Documental custodiado no APEES. Decisão a qual acatamos, tendo o privilégio de aplicar uma pesquisa via questionário, que resultou em informações relevantes para a área.

Essa interação entre carreira acadêmica e profissional, relacionada à memória, culminou em estudo e cruzamento informacional sobre os documentos da DOPS/ES, sob a guarda do APEES, atividade que colabora para que mais pessoas se envolvam na luta contra quaisquer possibilidades de retrocesso, como movimentos negacionistas que creditam positividade à ditadura militar, ao mesmo tempo em que contribui para que reflexões sobre essa fase da história brasileira esteja cada dia mais presente no cenário político educacional.

Em 2019, atuamos como consultora no trabalho de resgate histórico dos 50 Anos do Serviço Social da Ufes, no qual tivemos contato com a documentação que relatava o funcionamento do curso, também no período da ditadura militar.

Infelizmente o trabalho foi paralisado em função da pandemia da Covid-19<sup>3</sup>, que fechou a Universidade, impossibilitando o acesso à documentação. Antes, porém, foi possível analisar o quanto a Universidade sofreu intervenções durante o período de repressão.

A instauração da Comissão Nacional da Verdade (CNV), criada a partir da Lei nº 12528/2011, teve a finalidade de examinar e esclarecer as graves violações de direitos humanos praticadas no período de 1964-1985, que se refere à Ditadura Militar ocorrida em todo o Brasil. Desse modo efetivou-se o direito à memória e à verdade histórica e a promoção da reconciliação nacional. No Espírito Santo, a elaboração do relatório contou com o apoio e a parceria entre o APEES e a CVUfes, do projeto Memórias Reveladas. Evidências de violação de direitos foram comprovadas com a instauração da Comissão da Verdade da UFES (CVUfes), sob a coordenação do professor Dr. Pedro Ernesto Fagundes, que constou da elaboração do Relatório final da Comissão da Verdade, sob a Portaria 478 de 27 de fevereiro de 2013.

Cabe salientar que o acervo da DOPS/ES, do projeto Memórias Reveladas do APEES, foi de igual modo importante para subsidiar ainda produções bibliográficas como o Relatório da Comissão Estadual da Memória e Verdade “Orlando Bonfim”<sup>4</sup>, do Estado do Espírito Santo, publicado em agosto de 2021. Criada por meio da Lei n. 9.911/2012, de 21 de setembro do mesmo ano, e instalada no dia 25 de março de 2012, durante a primeira gestão do Governador Renato Casagrande. A comissão atuou durante quase quatro anos e contou com a parceria da CNVUfes, entre 2013 e 2015.

Nesse contexto, violações de direitos humanos e repressão ocorridas no Estado, e a vivência do coordenador do relatório da CVUfes, professor Pedro Ernesto Fagundes, foram o diferencial para a elaboração desta pesquisa que disserta sobre o fortalecimento da memória institucional do APEES, no período compreendido entre 2009 e 2020, recorte temporal em função período pós-implantação do projeto Memórias Revelas em todo o país. Tendo como premissa do objeto de estudo a memória social e os espaços de memória, no contexto da ditadura militar brasileira, que vigorou de abril de 1964 a março de 1985, em que prevaleceram governos

---

<sup>3</sup> A COVID-19 é a doença do Coronavírus provocada pela nova cepa descoberta em 2019, que não havia sido identificada anteriormente em seres humanos.

<sup>4</sup> Relatório disponível em:

<https://sedh.es.gov.br/Media/sedh/DOCUMENTOS%202021/Relat%C3%B3rio%20da%20Comiss%C3%A3o%20Estadual%20da%20Mem%C3%B3ria%20e%20Verdade.pdf>

autoritários, que principiou com o Golpe Militar que tirou do poder o presidente João Goulart, conhecido como Jango, eleito democraticamente.

Vale acentuar que a memória social é construída sistematicamente e, nesse sentido, está presente no fazer humano, armazenada nas atividades que fazemos ao longo da vida, resultante de lutas e conquistas historicamente visíveis, como na ditadura militar. Onde não há consenso dos fatos ocorridos, porém, os registros de erros cometidos no período não podem ser abolidos, tal qual a memória que permanece viva. Na prática, a memória social distingue o caráter informacional dos fatos, suportando o conhecimento que vem a partir do esclarecimento histórico do patrimônio gerado pela comunidade no dia a dia, estando sempre em movimento, como aponta Gondar (2005). Assim como o medo opressor da ditadura militar, a memória social emerge como um escape contra políticas públicas que trabalham para o silenciamento e esquecimento da história das lutas, a favor da liberdade de expressão, da construção do saber, da manutenção da vida e contra torturas.

Neste cenário de disputas políticas, o Projeto Memórias Reveladas, que organizou um banco de dados com informações de arquivos de todo o Brasil, e o Arquivo Nacional, integrando acervos das DEOPS por 21 anos, tem no acervo da DOPS sua fundamentação; nesse contexto, encontra-se o APEES como uma das instituições participantes, como demonstrado na revisão bibliográfica da pesquisa que apontou um número considerável de trabalhos sobre a temática memória, ditadura e DOPS no âmbito nacional, com 514 resultados obtidos nas bases e repositórios científicos como demonstrado na Tabela 1. Contudo, o número é pouco expressivo quando se refere ao Estado do Espírito Santo, com apenas 142 publicações, em 11 anos; e, ainda menor, quando refinamos a busca da temática pelo viés da CI - ANCIB/ENANCIB, recuperando 24 publicações, no período de 11 anos, representando um baixo percentual de 5% do total geral de trabalhos recuperados.

No período estabelecido da pesquisa, constatou-se que a demanda pelo acervo intensificou, validando o papel da memória social e sua relação com os arquivos e o Arquivo com a comunidade no qual está inserido. Propondo-se, através dos documentos do acervo DOPS/ES, corroborar para que as memórias do período da ditadura, cuja temática encontra-se, nalguma medida, presente no passado abrigado pela instituição, servindo como parâmetro informacional acerca do período de graves violações dos direitos humanos compreendido entre as décadas de 1960 e 1980.

Segundo Maurice Duverger (2004), a ditadura pode ser definida como um

evento político autoritário, mantido pela violência, de caráter excepcional e ilegítimo. Ela pode ser conduzida por uma pessoa ou um grupo que impõe seu projeto de governo à sociedade com o auxílio da força. É também conhecida pelo excesso de autoritarismo político, marcado por tortura física, psicológica e até execuções de membros da sociedade contrários a esse regime que atuou em grande parte do hemisfério sul, incluindo o Brasil como um dos países adepto as práticas de perseguição a pessoas consideradas subversivas pelo regime.

O problema de pesquisa integra compreender o quanto o APEES, enquanto espaço de memória, contribuiu, através do Projeto Memória Reveladas, para memória da ditadura em disputa entre 2009 e 2020, no Estado do Espírito Santo. Na hipótese de que o fortalecimento social da instituição, a partir da custódia do acervo da DOPS/ES, colaborou para potencializar e trazer maior visibilidade ao Arquivo no período pesquisado.

O projeto Memórias Reveladas (2009) foi criado pela Casa Civil da Presidência da República, sob a chefia da então ministra Dilma Rousseff, que o definiu como um "marco na democratização do acesso à informação", do país. O projeto surge em meio a um cenário de disputas políticas e econômicas, que dificultava o acesso aos arquivos oficiais do governo, referente à Ditadura Militar, dada a polêmica dos seus conteúdos. Contudo, o que estava em disputa era o fato de que as informações consideradas sigilosas pudessem interferir e/ou até mesmo mudar o rumo da história nacional.

As fontes documentais trariam à tona a polêmica história dos bastidores repressivos da política nacional, que em nome da ordem, cometeram graves violações dos direitos humanos de cidadãos brasileiros, cujas sequelas afetaram famílias inteiras que buscam até hoje elucidação dos fatos a fim de fazerem justiça à memória de seus entes queridos. Ações que só foram possíveis graças à abertura dos arquivos e às parcerias estabelecidas com as instituições arquivísticas de todo o país, e os impactos sociais e arquivísticos do projeto são perceptíveis, mesmo tendo decorrido 13 anos desde sua implantação em 2009.

Com o projeto Memórias Reveladas, é possível inferir que o que está em disputa vai além do acesso a documentos sigilosos do período ditatorial e violento dos porões da ditadura, mas, também, abre a possibilidade de manter o direito à memória traumática dos cidadãos torturados e/ou até reparação de direitos a indenizações a familiares que perderam parentes durante os "anos de chumbo". O artigo 1º da Lei n.

12.528, de 2011, que cria a Comissão Nacional da Verdade no Brasil, estabelece a necessidade “de efetivar o direito à memória e à verdade histórica e promover a reconciliação nacional” (Brasil, 2011, grifo nosso)

Nesse sentido, mesmo decorridos mais de 50 anos do Golpe Militar de 1964, no país ainda é possível fazer descobertas e realizar prestação de serviço a partir do acervo da DOPS/ES, pois as narrativas sobre essa temática tornam-se cada dia mais frequentes no cenário político nacional atual, o que fundamenta o **objetivo geral** de identificar o quanto custodiar o acervo do Projeto Memórias Reveladas da DOPS/ES contribuiu para o fomento de discussões e produção de conhecimento sobre a história e a memória da ditadura militar entre 2009 e 2020.

Quanto aos objetivos específicos propostos, vamos: **A)** Apresentar o DOPS enquanto órgão de Estado, que reprimiu para manter o poder, através do uso de ferramentas para silenciar e forçar o esquecimento; **B)** Demonstrar as produções científicas das temáticas associadas à memória social, documento arquivístico e ditadura militar, a partir do acervo da DOPS/ES; **C)** Analisar se o acervo da DOPS/ES contribui para que o APEES consolide o seu papel na elucidação da memória social da ditadura militar no ES; e **D)** Identificar se o Projeto Memórias Reveladas da DOPS/ES aumentou a demanda sobre a ditadura militar no APEES. E, assim, compreender o uso público e institucional da memória em suas variáveis: social, afetiva, oral, coletiva, entre outras.

Diante do exposto, os primeiros levantamentos para realização da pesquisa, tiveram por finalidade estreitar conhecimentos já publicados e realizados por autores da Ciência da Informação, bem como em trabalhos e produtos gerados a partir do Projeto Memórias Reveladas, em nível nacional e local. Nessa etapa, foi possível dialogar com autores como Ferrando (2017), em trabalho apresentado no Encontro Nacional de Pesquisa em Ciência da Informação (ENANCIB), no Grupo 1 - Estudos Históricos e Epistemológicos da Ciência da Informação. Ao discursar sobre: Documento e Dispositivo: Entre Bernd Frohmann e Michael Foucault, aponta que “[...] revê o papel do documento e do arquivo, considerando o caráter social, a historicidade e as formas de inserção dos documentos nas práticas sociais fazem parte de uma visão crescente na área da ciência da informação” (FERRANDO, 2017, p. 2).

Nesse sentido, consideramos assertiva a escolha da pesquisa que teve nos documentos da DOPS/ES um campo de estudo de suas contribuições no desenvolvimento do caráter social do APEES. Isso ficou evidenciado posteriormente,

quando se observou a hipótese de que a organização do acervo DOPS/ES configurou o APEES como um espaço de memórias com mais visibilidade, bem como a de que organização aumentou a produção do conhecimento sobre ditadura militar no Brasil, o que, por sua vez, fomentou pesquisas sobre a temática, como esta.

Os arquivos, bem como os documentos que os compõem, são, antes de tudo, frutos da sociedade. Nesse sentido, cabe agregar o conceito de documento apontado por Rondinelli (2011, p. 281), quando narra em seus estudos que, “a natureza do documento, a organicidade, a realização entre a pessoa física e jurídica e o documento é o aspecto fundamental de sua natureza, fazendo o documento arquivístico um produto de sociedade humana”.

Também destacamos que no Dicionário Brasileiro de Terminologia Arquivística o documento consiste em “[...] unidade de registro de informações, qualquer que seja o suporte ou o formato [...]” (BRASIL, 2005, p. 73), tendo como características principais a autenticidade, a naturalidade, a imparcialidade, entre outras, apontadas no Campo da Ciência da Informação (CI), como anotado por Duranti (1998) e Rondinelli (2013). Partindo desses princípios, a relação entre arquivo e memória se dá desde a Idade Média, e prossegue até a atualidade, como é o caso do acervo documental da DOPS/ES.

Para Nora (1993), o documento seria um tipo de ‘memória materializada’. Dessa forma, a pesquisa analisa as políticas de acesso ao acervo documental produzido durante a ditadura militar no Brasil, ocorrido entre os anos de 1964 e 1985, com a tomada do poder pelos militares. Nossa fonte privilegiada foram os documentos produzidos no Espírito Santo pela Delegacia de Ordem Política e Social (DOPS). Esse conjunto documental passou a ser custodiado, a partir da década de 1990, pelo Arquivo Público do Estado do Espírito Santo (APEES), sendo objeto de estudo desta pesquisa, em seu papel social memorialístico e identitário para o Estado e a sociedade.

Nessa premissa, entende-se que os documentos que compõem o acervo do APEES são importantes fontes informacionais na prestação de serviço e construção da memória, seja ela social, afetiva, política, probatória, ou outra. Nesse construto memorialístico, inclui-se os documentos do acervo da DOPS/ES, abordados no estudo, fundamentado no período brasileiro ocorrido com o processo de redemocratização política social, em 1985, que culminou com a transferência de acervo documental aos arquivos públicos em meados dos anos 1990. Nesse universo,

faz-se importante explorar o Projeto Memórias Reveladas, referente aos documentos da DOPS/ES, para descrever sua relevância enquanto memória social.

Acreditamos que a pesquisa bibliográfica “[...] implica em um conjunto ordenado e procedimentos de busca por soluções, atento ao objeto de estudo, e que, por isso, não pode ser aleatório” (LIMA; MIOTO, 2007, p. 38). Entendemos ainda que a pesquisa bibliográfica é de grande valia para construção do conhecimento científico em suas variáveis nuances. Gil (1994, *apud* LIMA; MIOTO, 2007, p. 40) ratifica que

[...] a pesquisa bibliográfica possibilita um amplo alcance de informações, além de permitir a utilização de dados dispersos em inúmeras publicações, auxiliando também na construção, ou na melhor definição do quadro conceitual que envolve o objeto de estudo proposto.

Dados ratificados a partir de resultados obtidos em repositórios científicos e bases como: a Base de Dados Referencial de Artigos de Periódicos em Ciência da Informação (Brapci), da Universidade Federal do Paraná, no Repositório do Google Acadêmico, na Biblioteca Digital Brasileira de Teses e Dissertações (BDTD), onde encontramos 563 abordagens literárias sobre a temática do estudo, no Repositório Institucional da Universidade Federal do Espírito Santo (RiUfes), no site do Arquivo Nacional, no Banco de Dados Memórias Reveladas (BDMR) do APEES, entre outras, onde identificamos trabalhos que auxiliaram na fundamentação teórica da pesquisa.

Seguindo na linha histórica, na metodologia utilizou-se da pesquisa descritiva, em que a análise dos dados foi obtida e interpretada, via instrumento de coleta eletrônica, o questionário do Google Forms, composto de perguntas abertas e fechadas, norteado com as variáveis propostas na introdução, considerando a relevância do acervo DOPS/ES do APEES. Como procedimentos, teve-se a pesquisa bibliográfica e documental e estudo de caso. Para tanto, iniciamos os procedimentos fazendo contato via telefone e e-mails com o APEES e demais arquivos que participaram do projeto inicial do Memórias Reveladas, que são custodiadores de Acervos DOPS em seus Estados desde 2009. No contato pré-estabelecido, solicitamos posicionamento da instituição e principais contribuições e trabalhos que foram realizados desde que se tornaram parceiras do Memórias Reveladas.

Das 13 instituições contatadas, cinco delas, incluindo o Arquivo do Estado de São Paulo, retornaram à solicitação com importantes posicionamentos, desde que passaram a custodiar documentos da ditadura, conforme ilustrado no quadro 5. Também realizamos pesquisas em bases de dados e repositórios científicos como a

BRAPCI, CAPES e RiUfes. Esse trabalho inicial nos levou a delimitar e definir os sujeitos que seriam convidados a participar da coleta de dados, via instrumento de pesquisa *questionário*, elaborado conforme Apêndice A. Entre esses sujeitos estariam funcionários dos arquivos, pesquisadores, historiadores, professores e indivíduos da comunidade em geral.

A validação desta pesquisa contou com o respaldo do Comitê de Ética e Pesquisa, Certificado de Apresentação de Apreciação Ética (CAAE) do Projeto 53318621.4.0000.5059, com aceitação sob o número de Parecer: 5.141.253 do Termo de Consentimento Livre (TCLE), e ainda com a aplicação de um pré-teste do questionário a fim de corrigir possíveis falhas e, desse modo, tornar a coleta fidedigna, como descrito nos Apêndices A e B.

Assim, abordamos **no primeiro capítulo** – o Projeto Memórias Reveladas do Arquivo Nacional e a DOPS/ES. Já no **segundo capítulo**, apresentamos o Arquivo Público do Estado do Espírito Santo: sua trajetória no contexto político e social capixaba. Nesse capítulo, pontuamos a missão, visão e valores da instituição, destacamos o seu legado, a parceria feita com a UFES, durante a gestão do professor e historiador Fernando Antônio de Moraes Achiamé, que atuou como Diretor e chefe do APEES entre 1975 e 1983, além de discorrer sobre a participação signatária do APEES no Projeto Memórias Reveladas.

Cabe agregar que a dissertação priorizou a metodologia de pesquisa de caráter misto do tipo exploratório-descritiva, baseada em um estudo de caso, precedido de pesquisa bibliográfica com revisão de literatura em bases de dados, repositórios científicos e sites institucionais cuja literatura abordava a temática proposta. E, com os resultados, preenchemos lacunas sobre memória social e ditadura no Campo da Ciência da Informação (CI).

Contudo, mais detalhes sobre resultados obtidos pela metodologia adotada estão colocados no **terceiro capítulo**, no qual conceituamos o documento (objeto da pesquisa) e a memória social (aporte teórico), através da literatura da Ciência da informação. Em referencial Teórico, abordamos um pouco sobre as fases de coleta de dados e revisão bibliográfica que nos levaram a alcançar os objetivos propostos na dissertação, bem como os indicadores em repositórios e bases de dados da CI. Vale apontar que a escassez de trabalhos recuperados sobre a temática foi crucial para que déssemos continuidade à pesquisa.

No **quarto capítulo**, denominado – Impacto do Projeto Memórias Reveladas

(DOPS/ES) nas discussões sobre a ditadura militar, fizemos uma revisão de estudos sobre a temática Memória, Conceitos e Fases, baseados na visão e conceitos de teóricos conhecidos nos campos da sociologia, história e CI, como: Pollak (1992), Nora (1993), Halbwachs (2006) e Stampa (2020). Desse modo, descrevemos a memória em suas variáveis social e coletiva, bem como sua relação com o passado e o presente auxiliam na construção da memória de grupo e da memória circunscrita do Memórias Reveladas.

No contexto da pesquisa, efetuamos buscas em repositórios científicos como a Biblioteca Digital Brasileira de Teses e Dissertações (BDTD), sobre Arquivo Público e Memória, no período compreendido entre 2009 a 2020, pós-implantação do Projeto Memórias Reveladas, onde encontramos 563 abordagens literárias sobre a temática, além de estudos relacionados ao arquivo público, no contexto de memória, história, bem como o da preservação dos vestígios de ações humanas, atestada na representação de documento em suportes variados, como ocorre no APEES. Tais inferências e análise e coleta dos dados, são abordadas a partir do **capítulo cinco**, quando analisamos o impacto do projeto Memórias Reveladas nos discursos sobre ditadura militar. E, **no capítulo seis**, analisamos os dados resultantes da aplicação do questionário. Por fim, no **capítulo sete**, apresentamos a conclusão da pesquisa.

O trabalho segue com apontamentos realizados a partir do recolhimento de informações realizado via questionário e depoimentos aplicados que indicam o quanto os arquivos, enquanto espaços de memória do cotidiano, contribuem efetivamente para garantir e ajudar na construção da memória social de um grupo, como demonstrado no projeto Memórias Reveladas com o acervo da DOPS/ES.

Nesse sentido, a dissertação continua fazendo inferências do relevante papel dos arquivos no contexto social da memória da ditadura militar, em um cenário histórico de disputas entre a memória verdadeira e a que está posta nos documentos das DOPS, fazendo referências a (STAMPA, 2020) em suas reflexões sobre os 10 anos do Memórias Reveladas.

Por fim, concluímos que o problema de pesquisa, bem como o objetivo geral, foi respondido, quando 76,66% dos participantes, ao analisarem os dados resultantes da aplicação do questionário enviado via formulário do Google Forms, após aprovação do Comitê de Ética e da aceitação do Termo de Consentimento Livre (TCLE), sinalizaram positivamente quanto à contribuição do acervo da DOPS/ES do Projeto Memórias Reveladas, para a construção da memória social da ditadura.

## 2 O PROJETO MEMÓRIAS REVELADAS

O Projeto Memórias Reveladas ratifica a democracia no Brasil, ao flexibilizar a exposição e o acesso aos documentos da ditadura militar (1964-1985), promove o fortalecimento das instituições arquivísticas públicas, para que sejam também “espaços de cidadania aptas a receberem e difundirem os documentos públicos e privados de interesse da sociedade sobre a ação repressora do Estado brasileiro nas décadas de 1960 a 1980” (STAMPA, 2011, p. 3), como ocorreu no APEES e segue desde que passou a custodiar o acervo da DOPS/ES nos últimos anos. Nesse sentido, o projeto também possibilita que ações, debates e reflexões sobre a temática ditadura, arquivo e informações estejam cada dia mais presentes nos espaços públicos de memória, como o Arquivo.

### 2.1 O DEPARTAMENTO DE ORDEM POLÍTICA E SOCIAL E A DOPS/ES

Criado em 30 de dezembro de 1924, o Departamento de Ordem Política e Social (DOPS) foi um órgão do governo brasileiro, que atuou durante o Estado Novo, e, posteriormente, no período da ditadura militar. Sua função principal era a manutenção da ordem, disciplina, bem como repreender anarquistas e controlar movimentos de qualquer espécie, até mesmo movimentos religiosos que, de algum modo, pudessem agir ou intentar contra a ordem política social do Estado. Greves, associações estudantis, partidos, encontravam-se sob eminente controle da delegacia que, no percurso da produção documental que comprovasse as infrações, não levava em conta os direitos humanos dos cidadãos, onde torturas, violação de privacidade e até mesmo execuções eram feitas em “nome da ordem” (grifo nosso).

Esse órgão, utilizado pelos militares durante as ditaduras do Estado Novo (1937-1946) e a da Ditadura Militar (1964-1985), perdurou até início da década de 1980. Nesse contexto, a DOPS passou por diversas modificações em sua nomenclatura, entre elas Delegacias Especializadas de Ordem Política e Social (DEOPS, 1946); Departamento Estadual de Ordem Política e Social (DOPS, 1924); e Delegacia de Ordem Política e Social (DOPS, 1953).

Presente nos principais estados da federação, no Espírito Santo a DOPS foi criada em 14 de setembro de 1946, sob o Decreto-Lei estadual nº 16.230, com o nome

de Delegacia de Ordem Política e Social, ligada à Delegacia de Estrangeiros e com as 1ª e 2ª Delegacias Auxiliares, dando origem à Delegacia de Ordem Especializada de Ordem Polícia e Social do Espírito Santo (DEOPS/ES). Vale dizer que, neste estado, esse órgão estava sob rígido controle disciplinar.

Esse órgão foi constituído, finalmente, em DOPS/ES, em 07 de março de 1953, pela Lei Estadual nº.719, que reiterou o Decreto-lei nº16.230. Fagundes (2011) ratifica que, além de fornecer condições para vigiar elementos considerados subversivos, para a manutenção da ordem social, a Lei 719 estadual de 1953 também amparou a Polícia e a Política no Estado, inclusive dando poderes para que os militares agissem clandestinamente, opondo-se a qualquer movimento contrário ao poder autoritário estabelecido, respaldados pelo então governador da época, Jones dos Santos Neves.

Esse governo, por sua vez, pautado na mesma Lei, promoveu mudanças significativas na Polícia Civil estadual durante seu segundo mandato, entre 1951 a 1954. Tais fatos podem ser consultados a partir de fundos custodiados no APEES. Vale ressaltar, que a aprovação da Lei estadual nº 4.573, de 31 de outubro de 1991, pôs fim aos direitos da Polícia Política Capixaba, designando que os documentos do extinto órgão governamental DOPS/ES fossem transferidos ao APEES, aprovado pela ALE e validada pelo então governador Albuíno Azeredo. Com a vigência dessa Lei, pesquisadores, estudantes e comunidade puderam ter acesso e utilizar o acervo do fundo DOPS/ES, para os mais diversos fins.

Tomando como base o fato de que a memória coletiva se constrói a partir de diferentes identidades, no Brasil, podemos inferir que essa construção se deu com a Constituição de 1988, que ratificou o direito à informação, por brasileiros que sofreram de algum modo e que foram penalizados durante a ditadura. Dessa forma, precedentes foram abertos para que informações desse período viessem à tona e, assim, iniciar o processo de reparação de danos sofridos, fossem estes econômicos ou morais.

Nesse contexto, de reparação de danos e acesso à informação, foi aprovada, em 2009, pela Ministra de Estado da Casa Civil da Presidência da República, a Portaria nº 204, de 13 de maio de 2009, que criou o Centro de Referência das Lutas Políticas no Brasil (1964-1985) – Memórias Reveladas, no âmbito do Arquivo Nacional. Em seu artigo 1º, essa portaria diz que o objetivo desse Centro é o de tornar-se espaço de convergência e difusão de documentos ou informações produzidas ou acumuladas sobre o regime político que vigorou de 1º de abril de 1964 a 15 de março

de 1985, bem como o de servir de polo incentivador e dinâmico de estudos, pesquisas e reflexões sobre o tema, possibilitando acesso ao acervo do Departamento de Ordem Política e Social (DOPS), do projeto Memórias Reveladas, em todo o Brasil.

Vale lembrar que, no Brasil, antes da aprovação da LAI, tivemos outras ações do governo, que objetivavam implantar medidas legais que permitissem ao cidadão acesso as informações desse órgão de repressão aos movimentos sociais populares em defesa da democracia, na época da ditadura, visto que o DOPS era um dos centros de tortura e repressão desses movimentos considerados da esquerda e apoiadores do comunismo no Brasil. Tal premissa foi contestada com a aprovação da Lei de Acesso à Informação e a Lei 12.528, que criou a Comissão Nacional da Verdade. Assim, acreditamos que é possível reconhecer erros e apurar as violações de Direitos Humanos cometidos a serviço da ditadura militar por quase duas décadas, graças à liberação de acesso aos acervos das DOPS.

Sodré (2016) reitera que não bastam apenas leis que permitam acesso aos documentos da repressão, como os fundos das DOPS, mas que, também, faz-se necessário que as instituições arquivísticas, como o APEES, organizem-se cada vez mais, disponibilizando conteúdos de fácil acesso a todos os interessados em conhecê-lo, seja para fins históricos, acadêmicos, ou de reparação de danos. A memória é construída a partir de iniciativas que reprovem violações de direitos, como as ocorridas na ditadura militar, e, podem ser evidenciadas em instituições arquivísticas custodiadoras dos acervos das DOPS.

Foi evidente a contribuição do acervo do APEES na produção do conhecimento, referente aos documentos das DOPS, bem como aos relatórios das Comissões da Verdade da UFES e da Comissão Estadual da Memória e Verdade Orlando Bonfim. Isso porque reúne grande quantidade de documentos da repressão, bem como de todos os setores da sociedade, ratificando desse modo a relação social da arquivologia e da memória encontradas na episteme da Ciência da Informação.

Em 2009, os documentos da DOPS/ES custodiados pelo APEES e classificados como acervos textuais, fotográficos, iconográficos, inclusive foi ratificado, em estudo de Sodré (2016, p. 124), como tipologias documentais mais predominantes nos arquivos, ilustrado no quadro quatro da autora, quando inclui a classificação geral das DOPS nacionais, pontuando os gêneros documentais em textual, iconográfico, bibliográfico e tridimensional. Essa classificação é utilizada também pelo APEES, como exemplificado na fotografia do Ato Público, realizado pela

tomada da Casa do Estudante e pela reconstrução da União Estadual de Estudantes na Praça Costa Pereira, em 06/01/1982, em conformidade com o quadro de arranjo, descrito na ficha catalográfica (Figura 1) e ilustrado na Figura 2.

Figura 1 - Ficha catalográfica

<p><b>ÁREA DE IDENTIFICAÇÃO</b>  <b>Código de Referência</b>  BR ESAPEES DES.0.COLT, FOT.7  <b>Título</b>  Fotografias relacionadas ao Movimento Concílio dos Jovens  <b>Datas</b>  <b>Data de Assunto</b>  9/2/1975  <b>Dimensão e suporte</b>  Iconográfico (s) - fotografia (s) - 21 itens (ns)  <b>ÁREA DE CONTEXTUALIZAÇÃO</b>  <b>ÁREA DE CONTEUDO E ESTRUTURA</b>  <b>Ambito e conteúdo</b>  21 (vinte e uma) fotografias referentes a pessoas que desenvolviam atividades relacionadas aos movimentos "Concílio do Jovens". Fotos concernentes ao Dossiê nº 1 (Concílio dos Jovens), Série: Movimentos Religiosos, caixa nº 28.  <b>Sistema de arranjo</b>  <b>Estágio de tratamento</b>  Organizado totalmente  <b>ÁREA DE CONDIÇÕES DE ACESSO E USO</b>  <b>Condições de Acesso</b>  Com restrição - Necessidade de autorização  <b>ÁREA DE FONTES RELACIONADAS</b>  <b>Unidades de descrição relacionadas</b>  <b>Na Instituição</b>  Dossiê Irmãos Taizé e Concílio dos Jovens. -BR ESAPEES, XX DES.0.MR.2 -  <b>ÁREA DE NOTAS</b>  <b>Identificação</b>  <b>Notação Anterior</b>  BR ESAPEES, XX DES.0.COLT, FOT.7  <b>Estado de Conservação</b>  12/8/2009 - Bom -  <b>Outras</b>  Fotografias alocadas na caixa de nº 78.  <b>ÁREA DE CONTROLE</b>  Juliana de Lima Gomes dos Santos  <b>Arquivo Digital:</b> Sim</p>
--

Fonte: Acervo APEES<sup>5</sup>

Figura 2 - Fotografias relacionadas ao Movimento Concílio dos Jovens – 1975



Desse modo, em nível nacional e estadual, esse fato contribui para que o papel social do arquivo se consolide como importante fonte de pesquisa para o governo, imprensa, universidades, pesquisadores, entre outros, visto que a utilização do acervo

<sup>5</sup> Disponível em: <<https://ape.es.gov.br/memorias-reveladas>>. Acesso em: 19 set. 2020.

DOPS/ES resultou em projetos como o da Comissão da Verdade (CNV)<sup>6</sup> - UFES, criada a partir da Portaria nº 12528/2011, para ser a principal fonte de pesquisa relacionada à ditadura militar, no Espírito Santo.

## 2.2 O APEES A DOPS/ES E O MEMÓRIAS REVELADAS

Uma das fontes dos estudos sobre as memórias da repressão são os arquivos dos órgãos de repressão. No caso do Espírito Santo, a DOPS foi criado, de acordo com o portal do governo do Espírito Santo<sup>7</sup>, entre os anos de 1935 e 1937, no governo do presidente Getúlio Vargas. Foi organizada uma Delegacia de Segurança Política e Social (DOPS/ES), que visava à investigação e à vigilância dos movimentos de contestação do poder na época.

Nesse cenário, no Estado o surgimento desse órgão ocorreu nos primeiros meses do governo provisório do interventor federal João Punaro Bley, com o objetivo de organizar uma polícia voltada à manutenção da ordem política e social, com jurisdição em todo o território capixaba. No governo constitucional de Vargas, o órgão foi elevado à categoria de Delegacia de Ordem Política e Social do Estado do Espírito Santo (DOPS/ES), funcionando como órgão do governo, que tinha como principal função vigiar e reprimir capixabas contrários ao regime que punia, monitorava e agia para que os considerados subversivos fossem controlados. Para tanto, documentos eram produzidos em larga escala a fim de incriminá-los, no período entre as décadas de 1930 e 1980.

Entre 1964 e 1985, a DOPS exerceu relevante papel na permanência da ditadura militar, especialmente na contenção de qualquer ação contrária ao regime instaurado. Na época, a criação do Destacamento de Operações de Informações-Centro de Operações de Ordem Interna (DOI-CODI) intensificou e ampliou a produção de dados. O DOI/CODI agia como órgão de coordenação e planejamento. Sua incumbência era a vigilância, captura e interrogatório daqueles que contestavam a ditadura. A partir da redemocratização do País, houve um esvaziamento das funções

---

<sup>6</sup> CNV criada a partir da Lei nº 12528/2011 com a finalidade de examinar e esclarecer as graves violações de direitos humanos praticadas no período de 1964 a 1985, referente à Ditadura Militar, ocorrida em todo o Brasil, com o fim de efetivar o direito à memória e à verdade histórica e promover a reconciliação nacional.

<sup>7</sup> Disponível em: <<https://www.es.gov.br/Noticia/historia-dos-57-anos-da-ditadura-militar-integra-acervo-do-arquivo-publico-do-estado-do-espírito-santo>>. Acesso em: 10 ago. 2021.

da delegacia até a sua completa extinção.

De acordo com os estudos do pesquisador Fagundes (2011), a DOPS/ES foi extinta em meados dos anos de 1980, quando ocorreu o processo de redemocratização nacional. Rocha Silva (2014, p. 52) traz a historiografia sintetizada da DOPS/ES a partir de mudanças políticas e administrativas da Delegacia do Estado.

Figura 3 – Resumo das mudanças político-administrativas ocorridas na DOPS/ES

RESUMO DAS MUDANÇAS POLÍTICO-ADMINISTRATIVAS OCORRIDAS NA DOPS/ES	
LEI/OU PERÍODO	ASPECTOS
Decreto Estadual nº 129 de 27/11/1930	Cria o cargo de Delegado de Ordem Social, subordinado à Delegacia Geral.
1935 – 1937	Organizada a Delegacia de Segurança Política e Social, que teve como principal finalidade a vigilância às atividades comunistas.
Decreto-Lei Estadual nº 16.230 de 14/09/1946	A Delegacia de Ordem Política e Social, juntamente com a Delegacia de Estrangeiros e 1ª e 2ª Delegacias Auxiliares foram unificadas numa única Delegacia Especializada: Delegacia Especializada de Ordem Política e Social do Espírito Santo (DEOPS/ES).
Lei Estadual nº 719 de 07/03/1953	Em parte, reproduziu o Decreto-Lei nº 16.230, com algumas modificações quanto sua composição. Uma das modificações refere-se às denominações dadas às Delegacias Especializadas. Assim, a DEOPS, como as demais delegacias especializadas, teve alteração em sua nomenclatura, passando a ser denominada de Delegacia da Ordem Política e Social (DOPS), com as mesmas funções da anterior.
Lei Estadual nº 3.391 de 03/12/1980	A DOPS aparece como órgão da Polícia Civil subordinado à Superintendência de Investigação Especial, ao lado da Delegacia Especializada de Tóxicos e Entorpecentes.
Lei Estadual nº 4.573 de 31/10/1991	Extingue a Polícia Política no Estado do Espírito Santo e transfere a massa documental produzida para o Arquivo Público do Estado do Espírito Santo.

Adaptado de: FAGUNDES, Pedro Ernesto. Foi sempre assim: Modus Operandi da Polícia Política do Estado do Espírito Santo (1930 a 1985). In.: FAGUNDES, Pedro Ernesto (Org.). Arquivos da Repressão Política no Estado do Espírito Santo (1930-1985). Coleção Rumos da História. Universidade Federal do Espírito Santo. Vitória/ES: GM Editora, 2011, pp. 11-34.

Fonte: Rocha Silva (2014, p. 52).

Nesse cenário, entendemos que as atividades do Projeto Memórias Reveladas serviram para destacar o papel do APEES na sociedade capixaba. Isso posto, podemos indicar que o fazer social do arquivo se torna cada vez mais destacada, como ratificado por Cook (2012, p. 5, apud DA SILVA TAVARES, 2017, p. 78), quando diz que o discurso arquivístico está mudando [...] “de registro para contexto de registro, de resíduo “natural” ou subproduto passivo da atividade administrativa para memória social construída conscientemente e mediada ativamente”.

Cabe sublinhar que o Projeto Memórias Reveladas, no APEES, foi fundamental nesse cenário de mudanças, pelo resgate da memória política capixaba, ou seja, o APEES tem cumprido sua missão, quando atende a instituições, indivíduos, municípios e comunidades, conforme discorreremos ao longo desta pesquisa. Além de ser órgão custodiador do acervo da DOPS/ES, de acordo com informações disponibilizadas no site oficial, o Arquivo

[...] iniciou sua participação no Projeto 'Memórias Reveladas - Centro de Referência das Lutas Políticas no Brasil', uma iniciativa da Casa Civil da Presidência da República, coordenada pelo Arquivo Nacional. O projeto tinha como objetivo, organizar, catalogar, descrever, reproduzir e publicar em uma base de dados, via internet, especialmente desenvolvida para o projeto, referências e a reprodução digital dos documentos produzidos pela Delegacia de Ordem Política e Social do Espírito Santo (DOPS/ES) durante a ditadura civil-militar (1964-1985). O trabalho trouxe à tona a história recente do Espírito Santo, inserindo o Estado nos acontecimentos nacionais durante o regime da ditadura militar. O acervo DOPS/ES, sob guarda do APEES, constitui-se de diversas tipologias documentais tais como: correspondências recebidas e expedidas por órgãos da Secretaria de Segurança Pública, [...] depoimentos, inquéritos policiais, jornais, livros, cartazes e fotografias. Os documentos contêm informações sobre diferentes assuntos, dentre eles: [...] organizações clandestinas, manifestações, atos públicos, eventos, eleições, movimentos grevistas e estudantis, organizações religiosas, Aliança Nacional Libertadora e Ação Integralista Brasileira, além de fichas policiais de identificação contendo informações sobre indivíduos, instituições e municípios (ARQUIVO PÚBLICO DO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO).

Huyssen (2004) destaca a emergência da memória que acompanhamos a partir da década de 1980, que, impulsionada pelos debates sobre o Holocausto na Europa e nos Estados Unidos, tornou-se uma das preocupações culturais e políticas centrais da sociedade contemporânea. Para ele, vivemos submetidos a

[...] uma sobrecarga informacional e perceptual combinada com uma aceleração cultural, com as quais nem a nossa psique nem os nossos sentidos estão bem equipados para lidar. Quanto mais rápido somos empurrados para o futuro global que não inspira confiança, mais forte é o desejo de ir mais devagar e mais nos voltamos para a memória em busca de conforto (HUYSSSEN, 2004, p. 32).

Na busca por amenizar essa escassez de sentidos provocada pela efemeridade de um presente contínuo, a cultura da memória surge com uma importante função, que é a de ressignificar a existência dos sujeitos, atuando como “[...] instrumento capaz de fazer emergir o passado como matéria-prima para a construção do presente” (SOUZA, 2014, p. 99). Isso, em um cenário onde disputas políticas acirradas e tendenciosas trabalham para o apagamento histórico e o silenciamento da memória que evidencia falhas cometidas intencionalmente durante a ditadura.

Nesse sentido, pessoas que até então acreditavam na impunidade de suas ações concordaram e aprovaram leis que permitiriam abertura e acessos aos documentos das DOPS em todo o país. Não sem antes eliminarem alguns documentos, como evidenciado durante o recolhimento pelos arquivos, que, ao receberem documentação para custódia, constataram a ausência de dossiês inteiros, cujas informações foram silenciadas para sempre. É nesse contexto que surge o

projeto Memórias Reveladas, num presente recente, como peça-chave, a fim de atender a uma demanda reprimida da sociedade que clama por justiça, esclarecimento de fatos e reparação de danos cometidos por décadas. A seguir, abordaremos as questões sobre a Memória.

Objeto de estudo desta pesquisa, pode ser considerado um dos mais relevantes e significativos acervos que compõem os arquivos que abrigam a documentação do regime de violação de direitos humanos no país. Prova disso é que, de acordo com Stampa (2020, p. 11), em quatro anos, entre 2012 e 2016, o Brasil sediou cerca de 45 Comissões da Verdade. Estas foram criadas a fim de “alavancar novos estudos sobre trabalhadores e ditadura de uma maneira diferenciada” (STAMPA, 2020). O contexto de criação da Comissão Nacional da Verdade (CNV), a partir da Lei nº 12.528/2011, com a finalidade de examinar e esclarecer as graves violações de direitos humanos praticadas no período de (1964-1985), referente à Ditadura Militar ocorrida em todo o Brasil. Criada pela presidenta Dilma Rousseff, por meio da Lei Federal nº 15.528, tinha como missão resgatar o período da história brasileira marcado por violações de direitos, trazendo à tona verdades de fatos encobertos, para que nunca mais se repitam e possibilitem a obtenção de informações que permitam o reparo dos danos a familiares e às próprias vítimas da ditadura.

Assumpção (2014, p. 167) ratifica a relevância de uma Comissão da Verdade, ao descrever que uma CV deve:

- 1) investigar e compreender os abusos do passado praticados por agentes do Estado ou a seu serviço; 2) publicizar os fatos sobre os quais há disputa política; 3) reconhecer, oficialmente, os abusos cometidos no passado; 4) contribuir para a ampliação da justiça e accountability; 5) delinear responsabilidades e recomendar reformas institucionais; e 6) promover a reconciliação nacional e reduzir os conflitos sociais. De acordo com esse compromisso, as comissões da verdade atuam de forma a 1) investigar as graves violações aos direitos humanos e contribuir para a construção de provas; 2) construir espaços de escuta das vítimas do regime ditatorial; e 3) promover interrogatórios com os responsáveis pelas violações.

Deste montante, no Estado do Espírito Santo, destacamos a Comissão Estadual da Memória e Verdade Orlando Bonfim – Cemvob, que, de acordo com a página sete do relatório<sup>8</sup>, foi criada com a finalidade de examinar e esclarecer as graves violações de direitos humanos ocorridas contra qualquer pessoa, no Estado,

---

<sup>8</sup> O Relatório completo pode ser acessado

<https://sedh.es.gov.br/Media/sedh/DOCUMENTOS%202021/Relat%C3%B3rio%20da%20Comiss%C3%A3o%20Estadual%20da%20Mem%C3%B3ria%20e%20Verdade.pdf>

ou contra capixabas, ainda que fora do Estado, praticadas por agentes públicos estaduais, durante o período fixado no art. 8º do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias, a fim de efetivar o direito à memória e à verdade histórica e promover a consolidação do Estado Democrático de Direito.

O trabalho da Cemvob contou com a participação de sete integrantes: Agesandro da Costa Pereira (*in memoriam*), Eugênia Célia Raizer, Francisco Aurélio Ribeiro, Jeanne Bilich, João Baptista Herkenhoff, Júlio César Pompeu e Sebastião Pimentel Franco. Ao longo de três anos e nove meses, essa Comissão realizou pesquisa e análise de documentos, e ouviu depoimentos de pessoas impactadas pelo rigor da ditadura militar no Estado. O trabalho dos membros culminou com a publicação do relatório que contribui para o esclarecimento de violações de direitos humanos como torturas, mortes, ocultação de cadáveres e desaparecimento forçado, como do capixaba Orlando Bonfim, que dá nome ao relatório. O nome de Orlando Bonfim consta no relatório da Comissão Nacional da Verdade entre os mortos e desaparecidos políticos. Orlando Bonfim desapareceu no dia 08 de outubro de 1975, aos 59 anos.

Cabe destacar que, dentre as comissões setoriais, a Comissão da Verdade da Universidade Federal do Espírito Santo (CVUfes) contou com o apoio do APEES para obter êxito nos trabalhos realizados, que culminou com a publicação de um relatório da Comissão Nacional da Verdade.

De acordo com o relatório da CVUfes, o trabalho teve início em 2011 quando a comissão foi notificada com recebimento do documento do Ministério da Educação informando sobre a criação da CNV e as parcerias firmadas com as universidades a fim de elucidarem ocorrência de barbáries no meio acadêmico durante a ditadura militar no Estado. Fatos como prisão de estudantes, torturas, expulsões, entre outras penalidades, foram levantadas com a edição dos relatórios.

De acordo com os dados do Relatório Final da CVUfes (2016), foi grande o desafio de coletar documentos e informações durante três anos referentes ao histórico de violações de direitos, ameaças, torturas entre outras ações utilizadas contra estudantes universitários, funcionários e demais pessoas que atuavam na universidade, durante o regime militar. Desse modo, a verdade dos fatos foi colocada sem qualquer tipo de adulteração, de modo que a contribuição da pesquisa da CVUfes integrasse os demais relatórios elaborados em todo o Brasil, que trouxeram a veracidade dos fatos na versão dos que foram penalizados, e/ou até mesmo tiveram

suas vidas ceifadas pelo rigor do regime militar.

Nesta medida, pode-se inferir o relevante papel do APEES no Projeto Memórias Reveladas, ao receber, tratar, preservar e disseminar informações contidas nos documentos sob sua custódia à sociedade. Trabalhos cujos produtos foram intensificados com a participação do APEES no Projeto, podemos citar: exposições, livros (Ditaduras não são eternas, Memórias da Resistência ao Golpe de 1964 no Espírito Santo em 2014, publicado pela Assembleia Legislativa do Espírito Santo – ALES), teses, dissertações, artigos, entre outros, como fontes para a imprensa, como é o caso da matéria publicada no Jornal Folha Vitória<sup>9</sup>, em 31 de março de 2019, cujo tema abordava os 55 anos do Golpe Militar no Brasil: onze fatos que marcaram o Espírito Santo durante a Ditadura. Na matéria, fotos de fatos históricos ocorridos no período, foram ilustrados como: os porões da ditadura militar, que trazia fotos do 38º Batalhão de Infantaria (38º BI), na Prainha, em Vila Velha. Esse local era utilizado para torturar e prender presos que resistiam ao regime. E outros fatos como pode ser visto no Apêndice C.

### 2.3 A PRODUÇÃO CIENTÍFICA A PARTIR DO ACERVO

Considerando a relevância da temática aqui pontuada, ressaltamos que pesquisas realizadas nas bases da BDTD, Repositório Institucional da Universidade Federal do Espírito Santo (RiUfes) e Repositório de História da UFES (PPGHIS), Encontro Nacional de Pesquisa e Pós-graduação em Ciência da Informação (Enancib) **Grupo de Trabalho – GT 10 – Informação e Memória**, no site do Diário Oficial, na Base de Dados em Ciência da Informação (BRAPCI) entre outras fontes consultadas, ratificam a elaboração desta pesquisa, pois, vive-se um momento em que as tentativas de apagamento, esquecimento da memória é constante, principalmente quando se trata da memória traumática, como é o caso do acervo da DOPS/ES, custodiado pelo APEES. Nesse contexto, Cordeiro (2015, p. 111) afirma que

O esquecimento é a maior arma a favor da manutenção do status quo e da permanência das marcas produzidas pelas diversas violências perpetradas à sociedade durante a **ditadura**. Lutar pelo direito à memória, verdade e justiça é lutar contra o esquecimento!.

---

<sup>9</sup> <https://www.folhavitoria.com.br/politica/noticia/03/2019/os-55-anos-do-golpe-militar-no-brasil-onze-fatos-que-marcaram-o-espírito-santo-durante-a-ditadura>

Para alcançar os indicadores do trabalho, iniciamos a pesquisa consultando as bases de dados do ANCIB/ENANCIB, BRAPCI, nos repositórios do RiUfes, além do Diário Oficial, utilizando como descritores **memória, memória social, arquivo, ditadura e ditadura militar**. Com os primeiros resultados, refinamos a busca utilizando ainda as palavras chave: APEES, Memórias Reveladas e DOPS. Destacamos que na Associação Nacional de Pesquisa e Pós-Graduação em Ciência (ANCIB) a busca foi realizada nos 11 Grupos de Trabalho (GT) que compõem a associação, mesmo sendo a nossa temática pertencente ao GT – 10, que apresentou apenas um trabalho referente a ditadura e arquivo. A baixa produtividade sobre ditadura na área da CI levou-nos a seguir com este trabalho.

Nesse sentido, ditadura, memória e arquivo ainda são um leque de oportunidades a ser trabalhado no Campo da Ciência da Informação, por ser pouco abordada. Assim, apontamos os indicadores das produções por bases, num cenário onde o negacionismo histórico está cada dia mais presente. A Tabela 1 possibilita melhor visualização da premissa comparativa descrita em relação ao projeto Memórias Reveladas/APEES.

Tabela 1 - Memória, ditadura e arquivo em Repositório e Base de Dados – 2009 - 2020

REPOSITÓRIOS E BASES DE DADOS	TOTAL GERAL (Memória, ditadura e arquivo)		DOPS/ES - APEES		%
ANCIB/ENANCIB	24		1		5%
DTD	389		86		76%
BRAPCI	13		1		2%
DIÁRIO OFICIAL	34		34		7%
PPGHIS - UFES	18		4		3%
RiUfes	36		16		7%
<b>TOTAL</b>	<b>514</b>	<b>78%</b>	<b>142</b>	<b>22%</b>	<b>100%</b>

Fonte: Tabela elaborada pela autora da pesquisa (2021).

A seguir, iremos apresentar alguns dos produtos decorrentes das pesquisas elaboradas a partir do acervo do APEES. Dentre as produções científicas apresentadas na Tabela 1 da base do PPGHIS da UFES, destacamos o trabalho de Herbert Soares Caçador, de 2017, intitulado O “*Grupo dos Onze*”: Repressão e Anticomunismo no Município de Muniz Freire – ES, dissertação que resultou na publicação do livro “O grupo dos Onze” – Elites Políticas e Anticomunismo no Município de Muniz Freire – ES, em outubro de 2021. A elaboração do trabalho de pesquisa contou com relevantes informações disponibilizadas no acervo do fundo

DOPS/ES, Série Investigações Criminais; Subsérie Crimes Políticos; Dossiê Grupo dos Onze, o que ratifica que fatos ocorridos durante a ditadura militar ainda hoje são utilizados na geração de conhecimento à sociedade.

De acordo com Caçador (2017, p. 105), o dossiê encontrado no APEES, produzido pela DOPS/ES, levanta a existência de Grupos dos Onze nos municípios de Jerônimo Monteiro, Colatina e Montanha, no estado do Espírito Santo. O autor pondera que o grupo foi criado pelo então deputado federal, pelo Partido Trabalhista Brasileiro (PTB), Leonel Brizola, na década de 1960, num cenário político de grave crise econômica e política, que precederia do Golpe Militar de 1964, que resultou dois anos depois com a prisão de nove dos onze membros do grupo, segundo informações relatadas a partir de documentos da DOPS/ES do APEES.

Outra produção a partir da temática recuperada refere-se à dissertação de José Carlos Rocha Júnior (2014), com o tema: *No Encalço dos Companheiros Militantes do Partido dos Trabalhadores (PT) sob a Vigilância da Delegacia de Ordem Política e Social do Espírito Santo (DOPS/ES) – (1978-1985)*. No trabalho, o historiador analisa a atuação de militantes do Partido dos Trabalhadores do Espírito Santo, a partir de 1978 e o funcionamento da Delegacia de Ordem Política e Social do Espírito Santo (DOPS/ES); tendo em seu acervo a principal fonte de pesquisa. Averiguando a documentação, o autor constatou o quanto o partido dos trabalhadores foi perseguido por agentes da DOPS/ES.

Rocha Júnior, embasado no acervo DOPS/ES, relata que, no seu nascedouro, o PT atraía militantes políticos contrários ao regime, e, mesmo experientes, defendiam reivindicações de pautas traçadas em nível nacional como: anistia, melhorias salariais e enfraquecimento da repressão, que culminou no fortalecimento da oposição e na consequente criação do PT. Dentre os documentos apreendidos pela DOPS/ES, Rocha Júnior (2014, p. 92) destaca um intitulado “Mais uma violência contra os trabalhadores”, o qual argumentava que o governo vinha praticando o arrocho salarial desde 1964”. Isso que comprova a vigilância da DOPS/ES em relação aos movimentos das classes trabalhistas. Vide documento do Anexo C.

Nesse seguimento, cabe agregar que Athaydes (2017) documentou a subversão e a reorganização do Movimento Estudantil (ME) na Universidade Federal do Espírito Santo, entre 1976 e 1978, sob a vigilância da DOPS/ES. Nesse documento, a autora relata as constantes repressões sofridas no campus da UFES, bem como pelos movimentos estudantis do período. Ela aborda que, mesmo sob

grande pressão, que culminou com o fechamento do Diretório Central dos Estudantes (DCE) da universidade, em 1969, o ME não desapareceu e mantém-se, como evidencia o Dossiê “Movimento Educacional” que compõe o fundo da DOPS/ES (ATHAYDES, 2017, p. 18).

Entre outras contribuições obtidas no período de 2009 a 2020 da DOPS/ES, destacamos a publicação de Baptista (2020) que analisou de forma abrangente o funcionamento e a organização da delegacia, tendo como base trabalhos realizados por pesquisadores que tiveram suas fundamentações no acervo DOPS/ES, custodiado pelo APEES. O trabalho atesta que “os estudos sobre os órgãos responsáveis pela repressão política da ditadura militar podem ser potencializados” (BAPTISTA, 2020, p. 220). Nesse sentido, o objeto de estudo desta pesquisa atesta o quanto se tem a produzir tomando como base documentos do fundo da DOPS/ES.

Nesse contexto, Da Silva (2013) descreveu sobre a militância de cristãos católicos do Espírito Santo e as memórias da repressão, tendo como fundamentação o acervo da DOPS/ES, com sua vigilância e monitoramento do clero e seus participantes no contexto político capixaba, em que sermões ministrados durante as missas eram monitorados e documentados. Nessa linha, apontamos também o trabalho de Pelegrine (2016) que reflete sobre os impactos da ditadura militar na UFES, no tocante a modernização e repressão, da DOPS/ES, entre 1969 e 1974.

As produções elaboradas a partir da documentação da DOPS/ES evidenciam que o acesso à informação e à memória colaborou para reflexões sobre o passado histórico ocorrido nas diversas camadas da sociedade capixaba, no período da ditadura militar, e ecoam até hoje. Nesse contexto, há um caminho a ser percorrido, dado que os impactos causados pela violação de direitos humanos ainda não foram totalmente mensurados. Nessa pesquisa, que contempla o período entre 2009 e 2020, pós-projeto memórias reveladas do APEES, observou-se o quanto a DOPS/ES fomentou estudo sobre a temática no Estado, principalmente por estudantes universitários.

Destacamos que dos 514 trabalhos levantados nos repositórios científicos e bases de dados relatados na Tabela 1, no período compreendido entre 2009 e 2020, apenas 10% abordam diretamente a temática da pesquisa, como demonstrado anteriormente. Um crescimento notável, sobretudo, se compararmos ao silenciamento nas décadas anteriores. Nessa direção, investigar em que medida o DOPS contribui para o fomento de discussões e produção de conhecimento acerca da história e

memória da ditadura militar é válida e atual, se considerarmos o contexto político vivido no país, depois do Golpe.

Um breve relato das produções de trabalhos, elaborados a partir de conteúdos informacionais do Memórias Reveladas, responde ao objetivo da pesquisa, cuja finalidade era apresentar as produções científicas de temáticas associadas à memória social, documento arquivístico e ditadura militar, a partir do acervo da DOPS/ES. Isso nos leva a concluir como é relevante preservar, disponibilizar e divulgar o quanto o conteúdo do acervo DOPS/ES pode contribuir não apenas para as produções acadêmicas, mas, também, para a sociedade em geral que, como apontou o resultado da pesquisa, desconhecem o potencial documental do período da ditadura militar no Brasil.

Como destacamos, na organização do conhecimento os “projetos de memória social” deram um passo importante, quando se tornaram, de fato, instrumento de socialização e luta na conquista dos direitos humanos. Stampa (2011) afirma que “o direito de acesso às informações públicas, como regra geral, é um dos grandes mecanismos de consolidação dos regimes democráticos e de prevenção à recorrência de violações maciças aos direitos humanos”. A autora aponta, ainda, que a “abertura” “dos arquivos do regime militar brasileiro constitui um momento importante no processo de democratização e difusão do patrimônio documental no país” (STAMPA, 2011, p. 3).

Dessa forma, amparados legalmente, esses espaços de saberes abocanharam, além das funções “técnicas” dos acervos de interesse científico, a oportunidade de auxiliar, de assistir pessoas em busca de documentos do período da ditadura militar, servindo ao público em geral, além de desenvolver parceria em publicações, eventos e produções históricas, que ratifiquem a importância de manutenção da memória social.

Assim como destacamos anteriormente, apesar das mudanças pelas quais passou o APEES ao longo dos anos, custodiar o acervo da DOPS/ES confirma o relevante papel do Arquivo, como ressalta Cook<sup>10</sup> e Schwartz (2002), quando afirmam que:

---

<sup>10</sup> Texto publicado originalmente, em inglês, na revista *Archival Science*. SCHWARTZ, Joan M; COOK, Terry. *Archives, records, and Power: the making of modern memory*. *Archival Science*, Dordrecht (Netherlands), v. 2, n. 1-2, 2002, p. 1-19. \* National Archives of Canadá/Queen's University. \*\* University of Manitoba/Clio Consulting.

Os arquivos têm o poder de privilegiar ou de marginalizar. Podem ser uma ferramenta de hegemonia ou de resistência. Ambos refletem e constituem relações de poder. São um produto da necessidade de informação da sociedade, que se reflete na abundância e circulação de documentos. Eles são a base e a validação das histórias que nós contamos, das narrativas que dão coesão e significado aos indivíduos, grupos e sociedades (COOK; SCHWARTZ, 2004, p. 24).

Isso posto, a fim de agregar conteúdo à pesquisa, buscamos, também, verificar em outras instituições arquivísticas espalhadas pelo país, que também participaram do projeto Memórias Reveladas, levantamos informações e dados de como o acervo da DOPS tem contribuído ao longo de suas implantações para a manutenção e difusão do Arquivo no ambiente onde se encontram instaladas. O resultado mostrou que sim, os documentos arquivísticos têm servido de base para ações diversas como aumento de atendimento a demandas de comissões de verdade, ações de extensão para sindicatos, universidades, entre outras.

### 3 ARQUIVO PÚBLICO DO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO

Neste capítulo, discorreremos um pouco mais sobre a trajetória histórica do APEES e as principais mudanças ocorridas desde sua implantação, como: serviços prestados, visão, valores, e legado construído como espaço de memória, bem como sua atuação signatária no Projeto Memórias Reveladas.

#### 3.1 A HISTÓRIA DO APEES

O atual APEES foi criado com o nome de "Archivo Público Espírito-Santense"<sup>11</sup>, em 18 de julho de 1908, pelo decreto nº 135 do Presidente do Estado, Jerônimo Monteiro, e era um anexo da Biblioteca Pública. Em 02 de dezembro do mesmo ano, a repartição foi regulamentada pela lei n. 559, como dependente da Secretaria Geral do Governo. O acervo existente e a ser recolhido ficou dividido em quatro ordens: 1ª Legislativa e Administrativa; 2ª Judiciária; 3ª História e Geografia; e 4ª Literária e Artística.

Sabe-se que, desde sua fundação em **1908**, o Arquivo Público do Estado do Espírito Santo (APEES) passou por diversas transformações em sua estrutura física (mudança de local), administrativa (gestores) e arquivística (procedimentos), entre outras, a fim de dar continuidade à prestação de serviços à comunidade Capixaba, em todas as suas camadas.

São **114** anos<sup>12</sup> de história contada nos diversos documentos que compõem o acervo, como processos, papéis oficiais, cartas, fotografias, negativos, livros, películas e fitas de áudio e vídeo, que nos leva a inferir que a memória coletiva do desenvolvimento econômico, cultural, político, da relação de poder, e da vida cotidiana do Estado do Espírito Santo, perpassa pela custódia do APEES.

Em fevereiro de **1909**, Henrique Alves de Cerqueira Lima foi nomeado o primeiro diretor e, em **1910**, o órgão foi oficialmente aberto ao público. Ao observar a grande quantidade de papéis, Jerônimo Monteiro relatou em um processo: "Os compartimentos do 'Archivo Público' já se mostram deficientíssimos para a guarda dos numerosos documentos a ele remetidos. Cogito de construir prédio apropriado, com

---

<sup>11</sup> <https://ape.es.gov.br/quem-somos>. Acesso em 21 mar. 2021.

<sup>12</sup> [Arquivo Público do Estado do Espírito Santo - Página inicial | Facebook](#). Acesso em 21 jul. 2021.

espaço suficiente para melhorar a acomodação desse precioso repositório das nossas tradições”. Porém, a intenção de viabilizar um espaço próprio só foi concretizada no Governo de Florentino Ávidos **(1924-1928)**.

A construção de um novo edifício, situado na Rua Pedro Palácios, na Cidade Alta, para abrigar o “Arquivo Público” e a Biblioteca Pública Estadual, teve início no ano de 1925. Ele foi sede da instituição nos 80 anos seguintes. Em **1924**, assumiu a direção Moysés de Medeiros Accioly, que exerceu o cargo até **1938**. Ele foi pioneiro na implantação de um sistema de qualificação documental.

No período acima compreendido, o Arquivo foi marcado pela fase de estabilidade junto à Secretaria do Governo da Província do Estado do Espírito Santo e refletia, em certa medida, a carência de autonomia das estruturas dos governos regionais, conforme pontua (ALDABALDE, 2015, p.89). E, de acordo com o relatório do Interventor João Punaro Bley, em **1936**, o edifício sede do APEES sofre a sua primeira reforma, tanto interna quanto externa. Comenta-se também o desaparecimento de parte do "depósito", consumido por cupins.

Figura 4 - Local onde funcionava o APEES.



Fonte: <https://ape.es.gov.br/quem-somos>. Acesso em 15 mar. 2021

### 3.2 FASES E CRONOLOGIA RELEVANTES DO APEES

Nos anos seguintes, nas décadas de **1940 a 1970**, o Arquivo passaria por mudanças estruturais significativas como: torna-se uma simples seção, subordinada ao Departamento de Administração Geral (DAG), pela reforma administrativa

implantada pela lei nº 2.296, de julho de 1967, e outras mudanças relevantes a partir da gerência de diretores que estiveram à frente do APEES.

De acordo com a tese de Aldabalde (2015), a administração de Fernando Achiamé (1975-1983) foi uma das gestões mais relevantes para o APEES, tanto para a comunidade arquivística. Segundo o autor a primeira influência foi notada no Decreto Normativo nº 612, de 1975, que estabeleceu as especificações de classe para o cargo de arquivologista, o que significa que a profissionalização do APEES passou a ser oficializada. (ALDABABE, 2015, p. 100-102).

Apontamos que a notoriedade dos feitos da gestão Achiamé ocorreu em um momento de crise do regime militar e que, mesmo nesse contexto de incertezas políticas, Achiamé estabeleceu parcerias com a Ufes, além de apresentar à Universidade projeto de Bacharelado em Arquivologia, mesmo sem sucesso à época. Posteriormente, o curso foi implantado e segue realizando projetos em parceria com o APEES. Sua administração culminou com o marco da transição do Estado autoritário para o processo de redemocratização, ocorrido em 1985, com o fim da ditadura militar no país. Nessa perspectiva, no recorte elucidamos, anteriormente, os períodos compreendidos entre o ano de 1909 e o início dos anos de 1970. Contudo, acreditamos ser pertinente demonstrar a cronologia de atividades relevantes do Arquivo, a partir de 1971, como evidencia o **Quadro 1**.

Quadro 1 – Evolução Cronológica do APEES<sup>13</sup> por Décadas

<b>Década de 1970</b>
<b>1971</b> – O APEES segue vinculado à Secretaria de Administração, continuando o Arquivo Público a ele vinculado.
<b>1972</b> – Inicia parceria entre o governo e a Ufes, departamento de História, na reorganização do acervo, coordenado pela Prof. <sup>a</sup> Gilda Rocha. O convênio foi responsável pelo “ressurgimento” da instituição no cenário capixaba.
<b>1974</b> - A lei nº 2.942, de 12 de dezembro de 1974, eleva o APEES ao nível de diretoria, subordinada à Divisão de Seleção, Documentação e Divulgação, e passa a ter regulamento próprio, com um Serviço de Arquivística.
<b>1975</b> - Reiniciam-se as publicações do Arquivo Público, com o “Catálogo I”, organizado pela Prof. <sup>a</sup> Gilda Rocha.
<b>1976</b> - O campo de atuação e as atividades do Arquivo passam a ser disciplinadas pelo decreto n.º 877-N de 25, de agosto de 1976.

<sup>13</sup> Essas informações foram adaptadas e podem ser conferidas em: <https://ape.es.gov.br/quem-somos> no site do APEES.

### Década de 1980

**1981** - As obras de reforma e reestruturação do Arquivo e reorganização do acervo, bem como lançamento do “Guia Preliminar do Arquivo Público Estadual”, marcaram o ano.

- O professor e historiador Fernando Antônio de Moraes Achiamé assume a diretoria do APEES, num período de grandes realizações e avanços da instituição, como a parceria com a Ufes, observados os princípios da arquivística.

**1982** - É concluída a reforma do prédio Sede.

**1983** - A sede do Arquivo Público é tombada como Patrimônio Histórico e Artístico Estadual, pelo Conselho Estadual de Cultura.

**1987** - O Arquivo, pela lei n.º 3.932, de 14 de maio de 1987, é transformado em Órgão de Regime Especial.

**1988/1989** - Maria Inês Ribeiro Pupa assume a direção geral do Arquivo. Em homenagem aos 100 anos da Abolição da Escravatura, o APEES publica o “Guia de Fontes para História da Escravidão no Espírito Santo”. Publica, também, os ementários “Legislação provincial do Espírito Santo –1835-1888” e 1889-1930 (vol. 1)”, importante instrumento de pesquisa do Arquivo Público.

### Década de 1990

**1990 a 1993** – Marcado por publicações como: “Bibliografia oficial do Estado”, “Catálogo de documentos fotográficos abrangendo o governo de Jones Santos Neves”, “Inventário do Fundo Fazenda”, entre outras feitas pelo APEES. **Marca, também, o início do recebimento de documentos da DOPS/ES.**

**1994** - O APEES segue subordinado à Secretaria de Estado da Administração e dos Recursos Humanos (SEAR).

**1995** - Assume a direção-geral do Arquivo Público o sociólogo e escritor Agostino Lazzaro. Desenvolve-se o "Projeto Imigrantes Espírito Santo".

**1996** – O APEES passa a integrar Secretaria de Estado da Cultura e Esportes, mantendo sua natureza jurídica.

**1998** – O APEES completa 90 Anos, inicia o recebimento de documentos do Projeto Resgate (doc. referentes ao arquivo histórico de Ultramarino de Portugal – 1585 a 1822) e lança sua primeira página da Internet.

**1999** – Em Parceria com o Ministério da Cultura o APEES, inicia o processo de informatização e aquisição de equipamentos.

### Anos 2000

**2000** - Nessa década, o APEES foi marcado por exposições, como a dos 150 anos da Insurreição de Escravos. Início do projeto “Arquivo Itinerante”. Comemoração dos 130 Anos de Imigração Italiana no Espírito Santo. Passou a ser vinculado à Secretaria de Planejamento, Orçamento e Gestão e, posteriormente, em 2004, novamente à Secretaria de Estado da Cultura. A modernização de equipamentos e agilidade no atendimento ao público também marcou a década.

**2005 a 2007** - A nova sede do APEES, situada no Edifício Getúlio Rezende, situado na Rua Sete de Setembro, é oficializada pelo governo do Estado. A tecnologia, digitalização e modernização passam

a fazer parte efetivamente da gestão do Arquivo.

**2008** – Nesse ano, o APEES dá sequência à fase de modernização e tratamento de acervo e atendimento. Em dezembro desse ano, inicia sua participação no “Memórias Reveladas - Centro de Referência das Lutas Políticas no Brasil”, uma iniciativa da Casa Civil da Presidência da República, coordenado pelo Arquivo Nacional. Foi um dos primeiros signatários, no país, de documentos do Projeto Resgate (doc. referentes ao arquivo histórico de Ultramarino de Portugal – 1585 a 1822).

**2009 a 2016** – O APEES tem validada sua trajetória como órgão público garantidor da memória sócio cultural do Estado, bem como guardião do patrimônio documental do Estado do Espírito Santo, recebendo e disseminando as informações contidas em seu acervo. Além de contribuir e participar na produção de subprodutos como: livros, exposições, catálogos, entre outras, o APEES também foi espaço para diversas manifestações culturais. Em 2016, finalizou o trabalho de digitalização dos 914 dossiês que compõem o Fundo DOPS.

**2017** – Lançamento da Revista do APEES, impressa e on-line, em parceria com a Ufes, com a finalidade de disseminar o saber científico e cultural.

**2018** - Criação da Galeria dos ex-Governadores, digitalizados 1049 acervos virtuais do projeto “Memórias Reveladas”. Exposições, publicações e coleções.

**2019** – Convênio do APEES com Family Search, com digitalização do Fichas de Identificação do DOPS. O APEES traz a história dos 55 anos da Ditadura Militar no ES.

**2020** - Realizada parceria com a Ufes para implementação do software de fluxo de trabalho da Revista do APEES. Realização de *lives* em Comemoração aos 112 anos do APEES, feitas em parceria com o Laboratório de Conservação e Restauro da UFES Universidade e Secult/ES.

Fonte: elaborada pela autora da pesquisa (2021)

Após breve cronologia histórica do APEES, foi possível verificar que o acervo do projeto Memórias Reveladas, via DOPS/ES, custodiado pelo Arquivo, evidencia resultados bastante ampliados que repercutem de forma positiva e abundante nos variados projetos, que vão além da abrangência estadual. Inclusive, vale destacar que, em 2011, a UNESCO, órgão da Organização das Nações Unidas para a Educação, Ciência e Cultura, por intermédio da diretora Irina Bokova, certificou o APEES, realizando a inscrição do Fundo Documental da Delegacia de Ordem e Política Social - DOPS (1964-1985), referente à documentação da Ditadura Civil-Militar, no período citado, como parte integrante da Memória do Mundo.

Após esse relato histórico, cabe destacar, também, que o APEES, com seus 114 anos de existência e graças ao acervo por ele custodiado, ainda mantém uma relação de proximidade com pessoas e organizações que dele se utilizam para diferentes finalidades, entre elas, o uso de documentos para fins culturais, didáticos, informativos, comprobatório e de preservação da memória. Como é o caso do acervo

da Delegacia da Ordem Política e Social do Espírito Santo (DOPS/ES), que passou a ser custodiado pelo APEES, em 1992.

### 3.3 MISSÃO, VALORES E PAPEL SOCIAL DO APEES

O histórico do APEES demonstra a importante participação da centenária instituição no estado capixaba. Sua identidade histórica e social leva-nos a seguir nessa linha de estudo em busca de fatos e produções que colaborem para a construção social memorialística, bem como a de ratificar importância do Arquivo, enquanto órgão oficial do Governo, responsável por custodiar documentos não só do período da repressão, mas, também, por colocar em prática sua missão e valores primordiais.

Nessa perspectiva, cabe agregar o conceito de identidade institucional<sup>14</sup> como sendo a expressão que confere personalidade e traduz o que se considera ideal para a instituição, representada nos conceitos de missão, visão e valores, em que missão define a razão da existência; visão, a situação desejável para o futuro; e os valores constituem a base de tudo o que se acredita como certo e adequado. Esse trinômio responde a questões referentes ao que a organização faz, deseja e em que acredita e valoriza.

O APEES, ao longo de 114 anos de existência, tem colocado isso em prática. Monteiro (2014, p. 321) pondera que o “arquivo não pode ser entendido como depósito de documentos velhos, mas sim como ferramenta estratégica de poder na construção de memórias e identidades sociais”. Ele endossa o valor da identidade, ao afirmar que “Os arquivos possuem uma relação direta com as ideias de memória e verdade, influenciando a produção do conhecimento sobre o passado e os registros que moldam no presente as ideias de história, memória e identidade” (MONTEIRO, 2014, p. 321).

Ainda nesse sentido, o quadro 2, a seguir, descreve a missão e os valores dos APEES.

---

<sup>14</sup> Conceito adotado pelo Tribunal de Justiça do Estado do Paraná. Disponível em; <https://www.tjpr.jus.br/identidade-institucional>. Acesso em 5 ago. 2021.

Quadro 2 - Missão e Valores do APEES

<b>APEES</b>	
<b>MISSÃO</b>	
O Arquivo Público do Estado do Espírito Santo (APEES) tem a missão de realizar a gestão de documentos produzidos e recebidos pelo Poder Executivo Estadual, bem como tratar os documentos públicos após o cumprimento das razões pelas quais foram gerados. Dentre as principais atividades, previstas em lei, destacam-se: planejar, coordenar e controlar as ações e projetos nas áreas de documentos escritos, audiovisuais e cartográficos; preservar e reproduzir documentos; permitir o acesso rápido e eficaz à informação; prestar atendimento aos consulentes e realizar atividades para a divulgação do acervo por meio da <b>mediação cultural e de ações educativas</b> .	
<b>VALORES</b>	
<ul style="list-style-type: none"> <li>• Prezar pelo atendimento universal aos seus pesquisadores, sem qualquer distinção, respeitando-se os <b>direitos de cada cidadão quanto ao acesso à informação</b>;</li> <li>• Garantir aos órgãos da administração pública estadual a aplicação correta da gestão documental em suas instâncias;</li> <li>• Preservar e proteger o acervo documental sob sua guarda de modo a garantir o legado documental às futuras gerações;</li> <li>• Incentivar a produção de pesquisas tendo como fonte seu acervo documental;</li> <li>• Disseminar a informação do seu acervo por meio de práticas de mediação cultural e de ações educativas, procurando valorizar a pluralidade do povo capixaba.</li> </ul>	

Fonte: APEES<sup>15</sup> - Quadro elaborado pela autora da pesquisa (2021).

Diante da missão e valores do APEES expostos no quadro 2, entendemos que mediação cultural e ações sociais do Arquivo encontram-se em concordância com os estudos de Belloto (2002), quando pontua que o papel dos Arquivos vai além do atendimento aos consulentes, perpassa pelo atendimento do público em geral, que busca informações em seus acervos documentais, se estende à mediação cultural e acaba por promover um novo olhar da comunidade para com a instituição, voltado à história e à memória nele custodiadas.

Dessa forma, aproxima cada vez mais o público do Arquivo. Nesse sentido, acreditamos que o APEES também cumpre seu papel social quando preserva, incentiva a produção científica e dissemina informações do acervo por diferentes serviços e vias de atendimentos à comunidade da Grande Vitória e Interior do Estado, que encontra de algum modo resposta a suas buscas no Arquivo.

Nesse sentido, o APEES, vem ao longo de sua história, enquanto lugar de memória, cumprido sua missão social com serviços voltados à comunidade. Para

<sup>15</sup> Disponível em: <<https://ape.es.gov.br/missao>>. Acesso em: 15 mar. 2021.

tanto, mantém em seu quadro funcional dois especialistas em Desenvolvimento Humano e Social, com o fim de atender às solicitações que lhe são demandadas dos mais variados fundos, além do fundo da DOPS/ES; por exemplo: fundo da polícia, registro civil, etc.

Analisando a missão e valores do APEES, identificamos que mediar e disseminar informações a partir de seu acervo é premissa fundamental do Arquivo. Santos (2016, apud DI PIETRO, 2020, p. 4) ratifica esse papel social ao afirmar que

[...] a preservação dos arquivos e dos documentos que comprovam as ações de um Estado autoritário e as violações perpetradas tem relação intrínseca com a adoção de medidas de prevenção, investigação, responsabilização e reparação de violações de direitos humanos.

Feitas as considerações sobre missão e valores do APEES, foi possível perceber entre outros pontos relevantes para o resultado deste estudo que pretende, analisar até que ponto o acervo da DOPS/ES participa na construção da episteme social “[...] formando um conjunto portador de informações multidisciplinares [...]” (KOSSOY, 2001, p. 152), constituído por tipologias documentais variadas tais como: ofícios, relatórios, fotografias, inquéritos policiais, cartazes, etc. Dessa forma, o APEES valida sua vocação social, na medida em que possibilita o atendimento a demandas variadas do público capixaba.

Contudo, ao que pudemos averiguar junto à administração do Arquivo, o avanço da pandemia, provocada pela COVID-19, fez com que o Governo do Estado do Espírito Santo tomasse providências para atenuar a contaminação e proliferação do vírus, reduzindo a circulação de pessoas<sup>16</sup>. O APEES, atendendo a todas as recomendações governamentais, não pôde mais realizar eventos com a participação de pessoas, seja na sede da instituição, seja em atendimentos aos municípios do interior. Porém, o atendimento online se manteve em meio à pandemia.

---

<sup>16</sup>Disponível em:

[https://ape.es.gov.br/Media/ape/PDF/Relat%C3%B3rios%20de%20Gest%C3%A3o\\_APEES/APEES\\_Relat%C3%B3rio\\_Gest%C3%A3o\\_2017.pdf](https://ape.es.gov.br/Media/ape/PDF/Relat%C3%B3rios%20de%20Gest%C3%A3o_APEES/APEES_Relat%C3%B3rio_Gest%C3%A3o_2017.pdf). Acesso em: 30 set. 2021.

## 4 DOCUMENTO E MEMÓRIA SOCIAL À LUZ DA CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO

Vale aqui contextualizar acerca de documento, memória social e DOPS, fazendo uso do aporte teórico da Ciência da Informação, ciente do poder que os arquivos detêm, na pesquisa inicial no repositório da Biblioteca Digital Brasileira de Teses e Dissertações (BDTD) sobre a temática: memória social e arquivo. Constatou-se que dos **63** trabalhos recuperados no recorte temporal de 2009 a 2020, no campo da Ciência da Informação, há muito que ser trabalhado. Partindo dessa premissa, coube investigar essa linha de pesquisa voltada à memória social, arquivo e ditadura militar, como proposto nesse estudo.

Nesse ponto, a produção científica sobre a temática evidenciou que o papel cultural do APEES é um elemento agregador à sua função social, dado que tanto o arquivo, a memória e a identidade estão intrinsecamente relacionados. Tal entendimento nos levou a esta pesquisa, como instrumento científico da área da CI. Nesse sentido, Merlo e Konrad (2015, p. 27) ratificam que

A relação documento, história e memória é pouco abordada por pesquisadores brasileiros, sob o ponto de vista da necessidade de preservação do patrimônio documental visando ao direito da sociedade de acesso à informação.

Direito assegurado e cumprido pelo APEES desde início de suas atividades em 1908.

### 4.1 CONCEITUANDO DOCUMENTO

Conceituar o documento não é uma tarefa simples, por se tratar de um marco na área da CI, principalmente no que tange à Arquivologia, segundo Rondinely (2011), quando em sua tese realizou levantamento histórico conceitual de documento, na visão de autores clássicos da área de CI. O estudo aponta os principais conceitos, como sistematizado pela pesquisadora, quando discorre sobre o conceito de documento na visão de escritores da área, evidenciado no Quadro 3.

Quadro 3 – Sistematização do conceito de documento arquivístico a partir dos autores clássicos.

Ano	Autorias	Termo Adotado	Ideias Centrais Clássicas
1898	Associação dos Arquivistas Holandeses	Arquivo	Natureza dos arquivos: pessoas jurídicas; Organicidade; Forma documental
1922	Jenkinson	Arquivo	Natureza dos arquivos: pessoas jurídicas; Organicidade (implícita); Imparcialidade; Autenticidade; Forma documental; Custódia ininterrupta; Uso pelo órgão produtor; Preservação
1928	Casanova	Arquivo	Natureza dos arquivos: pessoas físicas e jurídicas; Organicidade (implícita); Ordenação; Uso pelo órgão produtor; Uso secundário;
1937	Cencetti	Arquivo	Natureza dos arquivos: pessoas físicas e jurídicas; Organicidade (implícita); Uso pelo órgão produtor;
1953	Brenneke	Arquivo	Natureza dos arquivos: pessoas físicas e jurídicas; Organicidade (implícita); Evidência;
1956	Schellenberg	Documento arquivístico (record) Arquivo (archives)	Natureza dos arquivos: pessoas jurídicas e intervenção do arquivista; Organicidade (implícita); Evidência; Seleção; Uso secundário;
<p><b>CONVERGÊNCIA</b>  Natureza dos arquivos: pessoas jurídicas*  Organicidade  (*Em relação a Shellenberg, há divergência entre os autores quanto à sua concepção sobre a natureza dos arquivos).</p>			

Fonte: Autoria: Rosely Curi Rondinelli (2002). Adaptado pela autora

Nessa perspectiva, Rondinely (2011) segue conceituando o documento arquivístico na visão de autores contemporâneos, desde os anos de 1980 a 2000, como segue:

Quadro 4 – Sistematização do conceito de documento arquivístico a partir de autores contemporâneos

Ano	Autorias	Termo Adotado	Ideias Centrais Contemporâneas
1973	Associação dos Arquivistas Franceses	Arquivo	Natureza dos arquivos: pessoas físicas e jurídicas; Organicidade
1983	Carucci	Arquivo	Natureza dos arquivos: pessoas físicas e jurídicas; Organicidade
1989	Cortes Alonso	Arquivo	Natureza dos arquivos: pessoas físicas e jurídicas; Organicidade (implícita); Naturalidade; Unicidade; Integridade; Autenticidade; Imparcialidade; Uso pelo órgão produtor; Uso secundário;
1991	Heredia Herrera	Arquivo Documentos arquivísticos Documento de arquivo	Natureza dos arquivos: pessoas físicas e jurídicas; Naturalidade; Organicidade; Ordenação; Uso pelo órgão produtor; Uso secundário;
1991 1994	Mckemmish e Upward	Documento arquivístico contínuo	Natureza dos arquivos: pessoas físicas e jurídicas; Documento contínuo; Evidência; Transação; Contexto;
1994	Duranti	Documento arquivístico	Natureza dos arquivos: pessoas físicas e jurídicas; Imparcialidade; Autenticidade; Naturalidade; Organicidade; Unicidade;
1996	Martín-Pozzuolo Campillos	Documento de arquivo	Natureza dos arquivos: pessoas físicas e jurídicas; Organicidade (implícita); Contexto de produção; Unicidade; Autenticidade; Multiplicidade de conteúdo; Interdependência
2001	Mckemmish e Upward	Documento arquivístico contínuo	Natureza dos arquivos: pessoas físicas e jurídicas; Documento contínuo; Evidência; Transação; Contexto;
2002	Rodriguez Bravo	Documento de arquivo	Natureza dos arquivos: pessoas jurídicas; Naturalidade; Organicidade;
2002	Duranti	Documento arquivístico	Natureza dos arquivos: pessoas físicas e jurídicas; Organicidade; Instrumento; Subproduto;
2005	Mckemmish e Upward	Documento arquivístico contínuo	Natureza dos arquivos: pessoas físicas e jurídicas; Documento contínuo; Evidência; Transação; Contexto;
2007 2008	Yeo	Documento arquivístico	Natureza dos arquivos: pessoas físicas e jurídicas; Organicidade (implícita); Representação; Persistência; Atividades; Ocorrência; Doc. Protótipo; Doc. Limítrofe;
2009	Eastwood	Documento arquivístico	Natureza dos arquivos: pessoas físicas e jurídicas; Imparcialidade; Autenticidade; Naturalidade; Organicidade; Unicidade;
2010	Mckemmish e Upward	Documento arquivístico contínuo	Natureza dos arquivos: pessoas físicas e jurídicas; Documento contínuo; Evidência; Transação; Contexto;
<b>CONVERGÊNCIAS</b>			
Natureza dos arquivos: pessoas jurídicas Organicidade			

Fonte: Autoria: Rosely Curi Rondinelli (2002). Adaptado pela autora

Nessa linha, destacamos também que o documento na CI remonta a 1868, com Paul Otlet, que já se debruçava sobre o tema, e chegou até os dias atuais, quando encontramos definições recorrentes sobre o documento, por autores contemporâneos. Nesse sentido, Rondinelli (2013, p. 197) pontua que:

Documentos arquivísticos fornecem muitas provisões, porém, a mais característica é de que eles fornecem evidência e informação sobre atividades passadas e outras ocorrências. Pode-se argumentar que alguns documentos fornecem essas provisões de maneira mais efetiva que outras, ou que diferentes usuários encontrem diferentes níveis de evidência e informação no mesmo documento arquivístico, mais todos de alguma forma fornecem essas provisões. Eles fazem isso porque são representações persistentes de ocorrências produzidas por participantes ou observadores dessas ocorrências ou por seus representantes. Esta é uma definição ampla, que engloba tanto documentos arquivísticos protótipos quanto aqueles mais distantes dos protótipos.

Contudo, o conceito técnico definido pela Associação de Arquivistas Brasileiros, é o de que o documento é qualquer informação fixada em um suporte (AAB, 1990). Para melhor exemplificar, Costa Filho e Sousa (2017, p. 49) pondera que:

O Documento é a representação de uma ação, ou seja, é o registro do fazer humano, nos seus mais diversos suportes (filmes, mapas, vídeos, foto, texto, cartas, etc.). Os documentos estão em um constante processo de devir, ou seja, podem atender a diferentes propósitos ao mesmo tempo.

No registro do fazer humano, encontramos um número significativo de documentos, em suportes variados, como os que compõem o acervo DOPS/ES, a saber: cartas, mapas, fotografias, processos, etc., que, de acordo com o conceito de documento expresso por Figueiredo (2007),

[...] ultrapassa a ideia de textos escritos e/ou impressos. O documento como fonte de pesquisa pode ser escrito e não escrito, tais como filmes, vídeos, slides, fotografias ou pôsteres. Esses documentos são utilizados como fontes de informações, indicações e esclarecimentos que trazem seu conteúdo para elucidar determinadas questões e servir de prova para outras, de acordo com o interesse do pesquisador (FIGUEIREDO, 2007, s/p).

De todo modo, no âmbito da Arquivologia, no qual se propõe este trabalho, Rondinelli (2011) exemplifica quando conceituou os principais levantamentos dos conceitos nos quadros 3 e 4 desta pesquisa.

## 4.2 CONCEITO DE MEMÓRIA

Dada a amplitude dos dados coletados sobre a construção da memória em diversos campos do conhecimento, seja da sociologia, biologia, entre outros, Pollak (1989) ressalta que na sociedade a existência de memórias coletivas é tão grande quanto as unidades que as compõem. Afirmar que “[...] no nível individual o trabalho

da memória é indissociável da organização social da vida”. O conceito de memória aponta que “[...] a memória não pode apenas ser conceptualizada do ponto de vista “instrumental”, mas antes deve ser entendida como um sistema de significado que se produz ao longo do tempo” (PERALTA, 2007, p. 5). Por outro lado, Huyssen (2000), julga que “[...] a memória vivida é ativa, incorporada no social – isto é, indivíduos, famílias, grupos, nações e regiões” que “a memória é humana e social” (HUYSSSEN, 2000, p. 25-36).

Nesse sentido, depreende-se que os documentos da DOPS/ES, custodiados pelo APEES, têm na memória oficial a representação de fatos do passado ocorridos no período da ditadura no Estado e, por isso, servem de instrumento de propagação da memória pública social, no contexto dinâmico informacional dos arquivos. Ao custodiarem documentos, os lugares da memória, como o APEES, “guardam a memória de um povo [...] de um país, com isso, a CI desconsiderou um importante aspecto da memória: o esquecimento” (MONTEIRO, 2008, p. 130).

Nesse cenário, o Memórias Reveladas trouxe à tona a voz de uma minoria que a memória da ditadura militar encobriu por décadas, mesmo sendo uma memória coletiva nacional, Pollak (1989, p. 12) “dita oficial” por seguimentos governamentais que trabalharam para encobri-la, diminuindo e até mesmo eliminando vestígios dos impactos negativos causados pelo regime militar.

Do ponto de vista de Gondar e Dodebei (2005), discorrer sobre a complexidade da memória trata-se de um conceito inacabado, que não pode ser formulado em moldes clássicos, sob uma forma simples. Apontam que os “lugares de memória” como é o caso do APEES, são criados a fim de ancorá-la, compensá-la e de reparação do dano, nesse caso, os danos da ditadura militar, que tem nos documentos do acervo da DOPS/ES base para comprovação.

De todo modo, Gondar e Dodebei (2005, p. 18) reconhecem que

[...] a memória é uma construção. Ela não nos conduz a reconstruir o passado, mas sim a reconstruí-lo com base nas questões que nós fazemos, que fazemos a ele, questões que dizem mais de nós mesmos, de que nossa perspectiva presente, que do frescor dos acontecimentos passados.

Da mesma forma, Peralta (2007, p. 4) aborda a memória social como “[...] um campo de estudo vasto que atravessa diferentes áreas disciplinares constituindo, por isso, um terreno de pesquisa de difícil delimitação conceptual”. Baseado no entendimento sobre memória discorrido nesta pesquisa, ressaltamos que

[...] a construção social do passado está diretamente relacionada com a legitimação dos poderes instituídos, quer sejam de âmbito nacional, regional ou local, não se pode reduzir exclusivamente o conceito de memória social à noção de "falsa consciência" (PERALTA, 2007, p. 10).

A autora destaca, ainda, que “[...] a construção da memória é um processo negociado entre diversos atores sociais e sua natureza é eminentemente conflitual em constante transformação”. Contexto no qual se insere o acervo da DOPS/ES do Projeto Memória Reveladas.

#### 4.3 MEMÓRIA SOCIAL

Podemos inferir que a memória social, conceituada por diferentes autores de áreas como sociologia, antropologia, história, entre outras, está posta como (possibilidades) uma das soluções encontradas para acessar verdades do passado (desde que haja ferramentas para isso), que, no caso da ditadura, são muitas vezes ocultadas. Faz-se, portanto, necessária a intervenção de políticas públicas para que possam ser disponibilizadas.

Maurice Halbwachs, sociólogo francês, considerado um dos fundadores dos estudos sobre memória no campo das Ciências Sociais, leva-nos a pontuar que somos instrumentos de memória, dado que esta, a memória, se mantém entre grupos e indivíduos. Logo, “Recorremos a testemunhos para reforçar ou enfraquecer e também para completar o que sabemos de um evento sobre o qual já temos alguma informação” (HALBWACHS, 2006, p. 29), como ocorre com os documentos da DOPS/ES, que registram ocorrências de atrocidades do período da ditadura militar, cometidos contra um grupo de cidadãos que tinham como bandeira a liberdade de expressão em defesa da democracia e direitos básicos adquiridos.

Nessa linha de pensamento, da memória coletiva cujo reflexo se repete no dia a dia da sociedade, cabe depreender que no “[...] contexto político atual, onde esquecimentos e silêncios forçados constroem a memória oficial e marginalizam tantas outras, seja pelo seu apagamento ou pelo desprezo a práticas, saberes e narrativas de grupos sociais distintos” (MASSONI et al, 2019, p. 206), o acervo da DOPS/ES ratifica a relevância do arquivo e da memória social da ditadura militar. Isso se deve a seu papel de preservar fatos do passado a fim de manter viva a existência

de provas que, de algum modo, servirão à sociedade atual e às gerações futuras, sem privilégios e/ou narrativas inverídicas.

Para o historiador francês Pierre Nora (1993), entre memórias e história, ao problematizar os lugares de memória, instiga-nos a questionar a memória não apenas como positiva, mas, a partir da análise do que vivemos em sociedade, em que, de acordo com o autor, “vivemos a aceleração da história que produz cada vez mais rapidamente um passado morto, a percepção geral de algo desaparecido” (NORA, 1993, p. 7). Desse modo, entendemos que os lugares de memória, como o APEES, sejam relevantes na preservação da identidade social de grupos, indo além de apenas de custodiar documentos como os da DOPS/ES, mas, também, disponibilizando-os a toda sociedade.

Nesse sentido, memória e arquivo estão intrinsecamente ligados, levando a uma construção racional do passado que rompe com padrões pré-estabelecidos, a questionamento de verdade impostas por determinadas camadas da sociedade. Tal inferência encontra apoio em Halbwachs (2004, p. 30), quando afirma que as memórias “permanecem coletivas, e elas nos são lembradas pelos outros, mesmo que se trate de acontecimentos nos quais só nós estivemos envolvidos, e com objetos que só nós vimos”.

Reforçando a narrativa do arquivo e da memória social, pontuamos que “os lugares de memória não devem ser compreendidos como algo alheio, distante e desprovido de significado” (GEVEHR, 2016, p. 950), ao contrário, estão cada vez mais em evidência “ao privilegiar a análise dos excluídos, dos marginalizados e das minorias, a história oral ressaltou a importância de memórias subterrâneas que, como parte integrante das culturas minoritárias e dominadas, se opõem à “memória oficial” (POLLACK, 1989, p. 3). Evita-se, dessa forma, o apagamento dessa memória que muitas vezes tem sido imposto via grupos, instituições, organizações econômicas ou políticas que insistem em manter fatos do passado encobertos.

Dessa forma, o APEES, parceiro do Projeto Memórias Reveladas, via acervo DOPS/ES, abriga “documentos de interesse público, ainda que seu acesso contrarie a vontade de alguns grupos atuantes envolvidos em fatos comprometedores que desejam manter em segredo” (THIESEN, 2013, p. 5), documentação essa que esteve por tanto tempo inacessível. Contudo, vale enfatizar que o trabalho de memória social prestado pelo arquivo à sociedade de modo geral, como relata Gevehr (2016, p. 957), “impedirão que ela o esqueça, forçando para que se posicionem tanto em relação ao

passado quanto em relação ao futuro almejado".

Contrapondo a memória positiva, tão em voga na atualidade, em que se tenta anular os efeitos maléficos causados pela ditadura militar, e muitos deles evidenciados nos documentos da DOPS, Gevehr (2016, p. 952) descreve que

[...] a memória é alvo de manipulações e defesa de interesses pessoais e coletivos, estando necessariamente relacionada como contexto e com a época em que foi produzida. [...] aliás, os discursos da atualidade estão amplamente ancorados nessa ideia, na qual a memória do passado serve de instrumento para tentar impor uma ideia de "progresso" e até mesmo de "evolução", imprimindo uma noção de vitória e conquista em relação aos "problemas do passado" [...] Nesse sentido, a memória pode ser manipulada de acordo com os interesses de determinados grupos e épocas. [...] não existe uma memória desinteressada.

#### 4.4 ESPAÇOS DE MEMÓRIA

Seguindo apontamentos históricos referentes ao conceito de arquivo que remonta ao século XIX, é possível observar que as mudanças foram pautadas no conceito original que colocava o arquivo como sendo um conjunto de documentos em diversos formatos produzido oficialmente por um determinado setor administrativo ou por um indivíduo particular, custodiado por um órgão público ou privado. Contudo, os pontos básicos do conceito seguiram desde os colocados pela Associação dos Arquivistas Holandeses, em 1898, até a atualidade.

O conceito descrito pelo Conselho Nacional de Arquivos (CONARQ<sup>17</sup>) também diz que arquivo é um conjunto de documentos produzidos e recebidos por uma entidade coletiva, pública ou privada, pessoa ou família, no desempenho de suas atividades, independentemente da natureza do suporte. Como objeto de estudo desta dissertação, entende-se Arquivo como sendo uma instituição ou serviço que tem por finalidade a custódia, o processamento técnico, a conservação e o acesso aos documentos arquivísticos, como o acervo DOPS/ES.

De todo modo, o arquivo enquanto lugar de memória atende às necessidades administrativas, políticas e sociais. Nora (1993) coaduna com a ideia de que os arquivos possam ter diferentes usos e significados. Nesse sentido, lugares de memória, como o APEES, ressaltam, além da história, a identidade de uma sociedade. Para Thiesen (2013), os lugares de memória têm indiscutivelmente uma dimensão

---

<sup>17</sup> Fonte: [https://www.gov.br/conarq/pt-br/assuntos/camaras-tecnicas-setoriais-inativas/camara-tecnica-de-documentos-eletronicos-ctde/2016\\_CTDE\\_Glossario\\_V7.pdf#M6\\_Relacao\\_Organica](https://www.gov.br/conarq/pt-br/assuntos/camaras-tecnicas-setoriais-inativas/camara-tecnica-de-documentos-eletronicos-ctde/2016_CTDE_Glossario_V7.pdf#M6_Relacao_Organica)

pedagógica e dizem muito sobre as sociedades que os produziram. Oliveira e Santos (2009, p. 1) endossam tal prerrogativa, quando afirmam que

“lugares”, sejam refúgios para os indícios, as marcas, os sinais do que se passou, permitiriam uma visão, ou melhor, uma “re-visão” da memória, pois, através do que neles está contido, nos seria possível apreciar o que é lembrado ou esquecido em relação ao passado”.

Por outro lado, ao estudarmos sobre o conceito com autores contemporâneos, nos deparamos com propostas inovadoras como as registradas por Rondinelli (2013):

- 1) Arquivo: a instituição que conserva, trata e disponibiliza os documentos de arquivo que guarda;
- 2) Arquivo: conteúdo documental do Arquivo, identificado com todos os documentos ali conservados, seja um só fundo [...]<sup>18</sup>;
- 3) Fundo documental: conjunto orgânico de documentos procedente de uma instituição, coletiva ou individual, que é testemunho ou prova de sua respectiva gestão. (RONDINELLI, 2013, p. 212)

Segundo a pesquisadora Inez Stampa (2020, p. 22), podemos afirmar que sem os arquivos “[...] não há vontade política de minorias, não há possibilidade de dissidência política livre, não há direitos inalienáveis iguais (que constituem o cerne do Estado de direito), não há democracia participativa, deliberativa ou representativa – eleitoral”. Nesse cenário, a autora destaca ainda que nisso está “[...] o valor imprescindível de arquivos da repressão e resistência políticas, como são os arquivos do Centro de Referência das Lutas Políticas do Brasil (1964-1985) Memórias Reveladas” (STAMPA, 2020, p. 22).

Tal legado de violência, no Brasil, encontra-se em parte registrado nos documentos do acervo da DOPS/ES, no APEES, os quais são qualificados por Freitas (2012, p. 63) como sendo a ‘memória verdadeira’, isto é, a memória que é “[...] vivida coletivamente sem rupturas com o presente; é afetiva, enraizada no concreto e funciona como suporte de continuidade cultural entre o passado, permanentemente atualizado, e o presente”. Dessa forma, mediada por práticas arquivísticas que contribuem para a perenidade da memória através de registros históricos recuperados pelo APEES e disseminados socialmente.

Neste sentido, vale apontar que a gestão dos Espaços de Memória vai muito além do gerenciamento, do resgate e da disseminação de informações históricas relevantes a um determinado público ou período da história, como demonstrado nos

---

<sup>18</sup> Sobre este item, é possível citar a DOPS/ES e, eventualmente, uma ou várias coleções.

indicadores recuperados nas buscas realizadas nos repositórios científicos. E, “apesar das dificuldades e das críticas justas, o projeto ‘Memórias Reveladas’ já é uma referência no que diz respeito à difusão e ao acesso de arquivos da Ditadura Militar no Brasil” Oliveira (2012 apud SODRE, 2016, p. 132), o que justifica a realização desta pesquisa específica, tendo como principal objeto de estudo o APEES e a construção de sua identidade a partir da memória social. Stampa (2013, apud POLLAK, 1992, p. 204) afirma que

[...] a construção da identidade é um fenômeno que se produz em referência aos outros, em referência aos critérios de aceitabilidade, de admissibilidade, de credibilidade, e que se faz por meio de negociação direta com outros, onde ninguém pode construir uma auto-imagem isenta de mudança, de negociação, de transformação em função dos outros.

De acordo com perspectivas do estudo, podemos inferir que, quando da realização do Projeto Memórias Reveladas, do qual o APEES faz parte via acervo DOPS/ES, ao custodiar parte da documentação do período, pois, percebeu-se que os documentos mais comprometedores e relevantes do período foram eliminados antes do envio ao Arquivo.

Contudo, proteger o patrimônio documental capixaba do período da ditadura militar no Estado, e, dessa forma, possibilitar debates verdadeiramente democráticos desse período, continua sendo premissa do APEES, que, com novas narrativas a partir do acesso aos documentos sob sua custódia, possibilita a legitimação de fatos nunca antes pesquisados e/ou avaliados, porém, a partir das Memórias Reveladas, foram disponibilizados ao público.

Com efeito, entender e explicar por que, mesmo tendo em vista os resultados obtidos a partir da (implantação da) Comissão Nacional da Verdade (CNV) – Projeto Memórias Reveladas em todo o país, serem visíveis, como apontados parcialmente nesta pesquisa, a reconstrução de narrativas do passado que corroboram para a transparência e o reconhecimento de fatos históricos ocorridos no período de 21 anos de censura e ditadura no país, ainda trazem à tona verdades omitidas desse período. Explicita-se, também, de que modo o APEES participa dessa construção social democrática de acesso à informação.

Cabe frisar que as Comissões da Verdade, espalhadas por todo o Brasil, atuaram entre os anos de 2012 e 2014, tendo como finalidade esclarecer fatos de violência política, censura e tortura, ocorridos no regime militar, como pontua Stampa

(2020, p. 40). As CNV's tiveram importante papel na reunião de dados que comprovaram a existência de tortura por motivos políticos, negação de valores e direitos democráticos. Por tratar-se de um órgão temporário, os trabalhos das CNV's foram encerrados em 2014, culminando com os 50 anos do Golpe de Estado, ocorrido em 1964.

Partindo-se do princípio de que o arquivo é um dos lugares da memória sobre a resistência ao autoritarismo, tem-se que sua função na construção da memória social está posta como fundamental, dado o valor dos documentos sob sua custódia ao longo dos anos. Em síntese, diante dessa realidade, pensamos que os acervos da ditadura militar, custodiados no acervo da DOPS/ES, as leis recentes, como a de Acesso à Informação (12.527/) e a Lei de criação Comissão Nacional da Verdade (Lei 12.528/2011), e a criação das comissões setoriais, serviram para impulsionar o papel público e o legado social construído pelos arquivos, no qual o APEES está inserido e sendo fortalecido, desde 2008, quando iniciou o processo de recebimento e tratamento de acervos da repressão militar.

Nessa linha de pensamento, Gevehr (2016, p. 950) afirma que “a memória é um elemento indispensável para se compreender a construção das representações sociais e pelas quais se produzem diferentes narrativas sobre o passado”. Fato comprovado no período da ditadura militar, quando algumas ideias podiam ser ditas e outras silenciadas em função do regime político que as avaliava de acordo com os interesses “partidários”.

Partindo-se do princípio de que as atividades de classificação documental, conservação e preservação do acervo DOPS/ES, bem como pesquisa e levantamento histórico, culminaram no arranjo a partir de estudo do contexto de produção, tem-se que resultaram na composição de coleções, dossiês, entre outras séries e subséries, que permeiam o fazer arquivístico social do APEES. Em seu acervo encontram-se documentos que retratam um período marcado pelo abuso de poder, violação de direito à liberdade e o uso da violência sem causa aparente no Espírito Santo – a ditadura militar. Nesse sentido, os contextos foram:

- Instituições parceiras, como a Petrobrás e UFES, colaboraram na gestão de tratamento dos acervos DOPS/ES, recebidos pelo APEES, bem como passou a ser feito com o incentivo da verba e prestação de serviço;
- Mudanças no APEES, a partir da custódia da DOPS/ES, bem como perfil dos usuários;

- Entender o alcance social da documentação do projeto memórias reveladas, como a constituição de relatórios da CNV, por exemplo, e discorrer em que medida um projeto baseado num acervo colaborou para transformar a identidade social do Arquivo Público APEES;
- Recuperação da memória da repressão política no ES, como base de elaboração de dois relatórios da Comissão Nacional da Verdade – CNVV, filme, livros, entre outros produtos.

Nesse contexto, a temática pode ser endossada quando avaliamos que “[...] o fluxo da memória, portanto, está no refluxo do esquecimento, que apaga, renuncia, recorta, porque é na relação lembrar-esquecer e na tessitura das narrativas que se (re) constroem cuidadosamente as histórias” (SANTOS, 2014). História que tem sido objeto de estudo e fonte de pesquisa, como demonstra o resultado recuperado no Repositório da Universidade Federal do Espírito Santo (RiUfes) e no Programa de Pós-Graduação em História (PPGHIS), que, entre 2009 e 2020, produziu **74** pesquisas, entre teses e dissertações, as quais contaram com informações disponibilizadas pelo APEES.

Dessa forma, a partir dos resultados do estudo, objetiva-se disponibilizar indicadores para que o APEES utilize em seus relatórios de prestação de serviço, bem como definir o perfil dos usuários dos documentos da ditadura da DOPS. Como, inclusive, é apontado em estudo realizado por Sodré (2016, p.149) que destaca os usuários do acervo DOPS/ES, conforme Quadro 5.

Quadro 5 - Usuários dos acervos DOPS por entidades custodidoras

ENTIDADES CUSTODIADORAS	USUÁRIOS			
	Pesquisadores Acad�micos	Comissões da Verdade	Jornalistas	Comprova�o de Direitos
CEARÁ	X	X		
ESPÍRITO SANTO	X	X	X	X
GOIÁS	X		X	X
MARANHÃO	X			X
PARANÁ	X	X		
SÃO PAULO	X	X		X

**Fonte:** Elaborado por Sodré (2016, p. 149)

Além disso, o produto do trabalho poderá servir de base para outros estudos sobre a memória da ditadura militar e seus frutos na atualidade, nos Arquivos Públicos, no Sudeste. Uma vez que a História é uma ciência que analisa e descreve como os

fatos aconteceram, neste sentido, defendemos que a história é “[...] uma ciência da mutação e da explicação da mudança [...]” (LE GOFF, 2003, p. 15). A memória da ditadura, portanto, segue alinhada a mudanças sociais ocorridas no âmbito do direito de ir e vir, de se expressar sem correr o risco de sofrer penalidades, tortura.

#### 4.5 MEMÓRIA E ARQUIVO

É notório que os registros da memória se dão, em grande parte, através de documentos históricos que formam um conjunto de informações que servirão de base para manutenção dos registros da história humana, entre esses constam os documentos dos arquivos. Mais especificamente ao nosso intento, os documentos que compõem o acervo da DOPS/ES.

Com efeito, Brothman (1991, p. 82) afirma que as instituições arquivísticas, tal como o APEES “[...], incorporam uma vocação social para criar um espaço especial no qual certa ordem de valores prevalece”. Essas instituições que contêm documentos arquivísticos ocupam um espaço alocado dentro e por uma ordem social circundante<sup>19</sup>

Tal inferência foi constatada ao iniciarmos este estudo que pontuou a relevância social do APEES na construção da memória, seja ela individual ou coletiva, pública ou privada. Com esse propósito, recorreremos à base de dados, repositórios científicos, entrevistas, revisão de literatura impressa, entre outros materiais que pudessem servir de subsídios na elaboração da pesquisa. Para tanto, seguimos o caminho a partir de definição de descritores referente à temática e delimitamos as buscas preliminares conforme evidenciado na Tabela 2.

Tabela 2 - Recorte Temporal de Indexadores nas Bases – 2009-2020

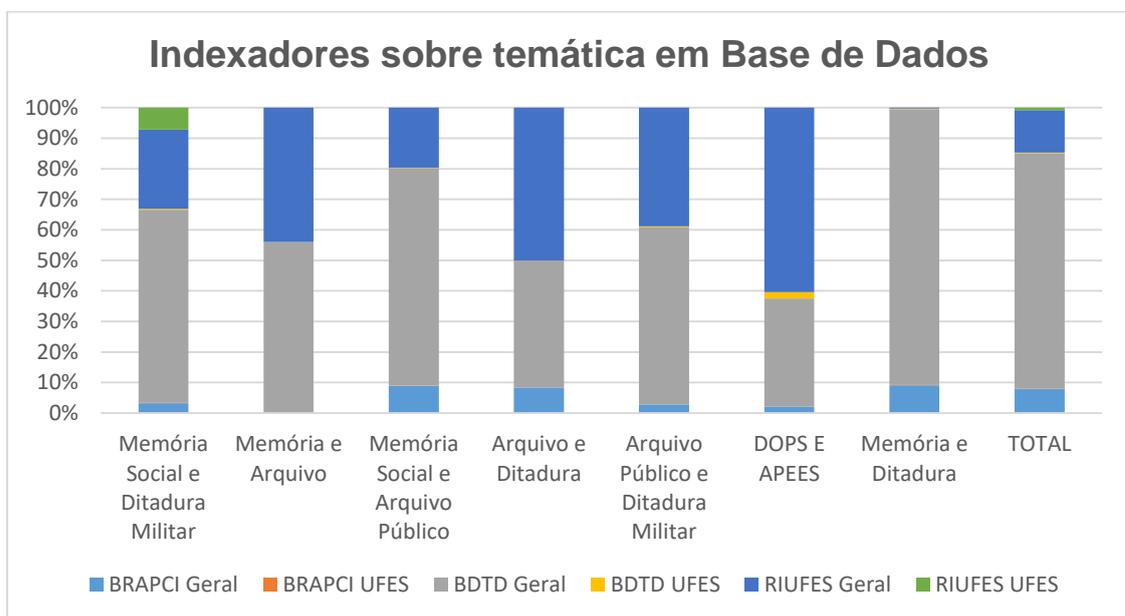
BASES E REPOSITÓRIOS Descritores	BRAPCI		BDTD		RIUFES	
	Geral	UFES	Geral	UFES	Geral	UFES
Memória e Ditadura	26	1	512	3	210	58
Memória Social e Ditadura Militar	0	0	14	0	11	-
Memória e Arquivo	223	2	1795	1	495	-
Memória Social e Arquivo Público	1	0	5	0	6	-
Arquivo e Ditadura	13	0	264	1	177	-
Arquivo Público e Ditadura Militar	1	0	17	1	29	-
DOPS E APEES					9	-
<b>TOTAL = 3.875</b>	<b>264</b>	<b>3</b>	<b>2607</b>	<b>6</b>	<b>937</b>	<b>58</b>

\*AND, NOT ou OR. **Fonte:** Tabela elaborado pela autora da pesquisa (2021).

<sup>19</sup> Tradução livre da autora da pesquisa do Inglês para o português.

A partir do resultado da pesquisa de busca por indexadores, cabe assinalar a baixa produção de trabalhos científicos recuperados sobre a temática no Estado, fato que pode ser mais bem visualizado no Gráfico 1. Isso nos levou a seguir com a pesquisa, haja vista a oportunidade aberta de expandir a produção teórica sobre a temática e a relevância do documento no contexto social da ditadura militar, via instituições como o APEES.

Gráfico 1 - Recorte Temporal de Indexadores nas Bases- 2009 – 2020



Fonte: Elaborado pela autora da pesquisa (2021).

Em busca preliminar, foi possível chegar ao resultado de mais de **3.875** publicações sobre a temática que em algum ponto relacionavam-se com o objeto de estudo, memória social, arquivo, ditadura e memórias reveladas. Porém, desse montante, apenas **67** publicações fazem menção à temática no Estado.

Convém assinalar que é facultado o retorno à pesquisa em bases de dados e repositórios, a fim de refinar os resultados voltados para o âmbito de memória social, no construto específico do papel desempenhado pelo APEES para o público, dada a riqueza do acervo e a baixa produtividade de trabalhos, a partir da custódia do acervo da DOPS/ES, premissa deste projeto, quando apenas nove produções foram encontradas.

A fim de avaliar subprodutos construídos com apoio do APEES em sua função social de disponibilizar informações à comunidade, solicitadas para os mais diversos

fins. Como interpreta Belloto (2012), os “arquivos são ferramentas da cidadania, instrumentos de uso, que, seus documentos são prova do direito, ferramentas da historiografia”.

Com efeito, como pretendemos demonstrar, o papel difusor do APEES, relacionado à ditadura militar, se consolida a cada dia quando dissertações, livros, seminários, matérias de TV, entre outros, são realizados a partir do acervo DOPS/ES, principalmente, entre 2011 e 2014. Dessa forma, o Arquivo se propõe a lutar e defender os direitos humanos, minimizando os impactos causados pela violação de direitos, consolidando sua identidade enquanto instituição fomentadora de conhecimento científico-social no âmbito da memória.

Nesse sentido, dentre tantas funções exercidas pelo APEES ao longo de sua trajetória histórica de prestação de serviço à sociedade capixaba, mesmo durante o período da repressão política, o Arquivo se posiciona como “fonte” quando se trata de prestar serviços aos mais variáveis fins científicos e sociais, tais como: acadêmico, popular, administrativo, político, cultural, científico, probatório, entre outros, que validam a construção de sua memória. Isso se justifica pela sua utilização, como ratifica Garcia Belsunce (1980, apud BELLOTO, 2012, p. 7), ao afirmar que “o uso é que determina o arquivo e não o arquivo que determina o uso”.

No entanto, principalmente no campo da CI, cujos indexadores recuperados evidenciaram um pequeno número de trabalhos (37) com essa abordagem social e menos ainda quando o conteúdo era relacionado à ditadura militar e arquivo, como é o caso do APEES, acervo DOPS/ES. Seguimos com o estudo, a fim de que o impacto do conhecimento, gerado com os resultados da pesquisa, alcance relevância científica e social a partir do acervo Memórias Reveladas, custodiado no APEES.

Em um bom entendimento, efetuamos a busca com o recorte temporal pré-estabelecido entre 2009 e 2020, no Campo da CI, no repositório da Associação Nacional de Pesquisa e Pós-Graduação em Ciência da Informação (ANCIB). A temática arquivo e ditadura recuperada foi baixa, totalizando **20** publicações, nos **11 Grupos de Trabalhos (GT's)**, e apenas **um** trabalho no **GT 10 - Informação e Memória**, publicado em 2013. Nesse cenário, pode-se afirmar que a produção teórica recuperada corresponde a menos de **10%** dos estudos para a geração de conhecimento no campo informacional.

Como resultado parcial de busca no repositório RiUfes/PPGHIS e revisão de literatura, foram recuperadas 142 publicações entre teses e dissertações, nas quais o

APEES é citado, contudo, quando efetuamos uma busca avançada, refinada, utilizando como indexador DOPS/ES, esse número decresce significativamente para 28 trabalhos, dos quais 16 deles fazem referência a ditadura militar e tiveram como orientador o professor doutor Pedro Ernesto Fagundes. Os demais são, em grande parte, das áreas de Arte e Educação.

Embora muito se tenha avançado com a aprovação da Lei 8.159, que dispõe sobre a política nacional de arquivos públicos, bem como com a Lei nº 12.527 de 2011, conhecida como Lei de Acesso à Informação (LAI), que assegura o direito a todos de receber dos órgãos públicos tanto informações de seu interesse particular, geral, ou mesmo quanto de interesse coletivo, como é o caso do acervo DOPS/ES, do APEES, contudo, vale destacar que os resultados preliminares desta pesquisa apontam que os desafios enfrentados pelos arquivos ainda persistem.

Nesse sentido, custodiar o Projeto Memórias Reveladas contribui de algum modo para que a expansão e reconhecimento do APEES, enquanto órgão responsável pela gestão documental, guarda e preservação de documentos públicos ou privados, seja cada vez mais confirmado como espaço de promoção de conhecimento social.

Vale ressaltar que “[...] os arquivos, por intermédio de seus conjuntos documentais, contribuem para que se possa conhecer o passado e, também, para embasar o planejamento de políticas do futuro” (STAMPA, 2020, p. 48). Nesse contexto, o APEES, ao custodiar o acervo da DOPS/ES, ratifica seu relevante papel social, disponibilizando à sociedade documentos que contêm registros de injustiças políticas e atrocidades cometidas durante o período da ditadura. Desse modo, mesmo em um cenário atual de negacionismo, podem ser acessados e utilizados para geração de conhecimento.

Nessa perspectiva, destacamos que a revisão de literatura, complementada por um estudo de caso, tenha sido o melhor caminho para reconhecimento e descrição dos paradigmas da Ciência da Informação, nos quais está inserida a episteme social, abordada nesta pesquisa e que se refere à construção da memória social identitária do APEES, via documentos da DOPS/ES, do Projeto Memórias Reveladas, de um período recente da história brasileira, o da ditadura militar (1964-1985), pois acreditamos que a informação é um construto teórico, da qual faz parte a literatura, que tem nos arquivos públicos uma vasta fonte informacional.

Diante disso, ressaltamos que os documentos que compõem o acervo

DOPS/ES, enquanto memória social da ditadura, ainda é pouco estudada por pesquisadores da área. Concordamos com Araújo (2017, p. 11), quando sinaliza que as “[...] revisões de literatura envolvem trabalhos demorados de sistematização e análise e, por isso, acabam pouco sensíveis a tendências muito recentes”. Fato comprovado nos resultados de buscas realizadas em bases de dados como o RiUfes, Ancib, Brapci, cujos trabalhos sobre a temática ainda são escassos.

Ora, nesse sentido, esta pesquisa se propõe atender essa demanda reprimida de informações empíricas sobre a temática memória social x ditadura x arquivo público, sob o paradigma de identidade social, já que Araújo (2017, p. 18) afirma que “[...] a busca e a recuperação de informação são dimensões das práticas sociais que fazem parte das rotinas, sejam elas da vida cotidiana ou do mundo do trabalho”. O que nos leva a assinalar a relevância da pesquisa, com amparo no fato de que “o Brasil é detentor do maior conjunto documental de origem pública sobre a vigilância e a repressão política na região sul-americana”, segundo Rodrigues (2017, apud STAMPA, 2020, p. 47).

Isso posto, é fato que avaliar até que ponto custodiar o acervo documental da DOPS/ES contribui para que o APEES consolide seu papel social na construção da memória no Campo de ação da Ciência da Informação. Isso porque o conhecimento científico, tal qual a memória, está em constante mutação, por tratar-se de uma construção social. Embora Araújo (2017) pontue que:

[...] a ciência da informação divorciou-se das práticas sociais, políticas, econômicas e culturais nas quais a informação é produzida. O documento traz as marcas de seu contexto, de quem o produziu, do suporte em que está inscrito, de suas dimensões e tamanho, de seus aspectos estéticos, entre outros (ARAÚJO, 2017, p. 18).

Nessa linha de percepção orientada pela perspectiva social, os documentos da ditadura militar, que constituem o acervo DOPS/ES do APEES, propiciam a noção de concretude que possibilita cogitar a existência de violação de direitos humanos por parte do Estado a membros da sociedade num período de 21 anos de repressão, ligando os fatos históricos à memória social de forma concreta, materializada no documento.

Com efeito, apesar de a memória afetiva ser tão conhecida e valorizada por pessoas comuns, a memória social da ditadura militar ainda é velada quando se refere ao acesso a esses documentos. Como exemplo, podemos citar o fornecimento de informações históricas dos arquivos públicos referente a documentação do período de

repressão, cujos acervos, muitas vezes, têm seu acesso restrito e vetados em função de leis que os protegem por até 50 anos em setores públicos, como secretarias, departamento de investigação, universidade entre outros.

Nessa direção, destacamos a importância de estudos, de pesquisas envolvendo a temática, num esforço constante para avançar nas perspectivas de interação da memória social com a episteme científica informacional, uma vez que “[...] a memória está inserida em um campo de lutas e de relações de poder, configurando um contínuo embate entre lembranças e esquecimentos” (DODEBEI; FARIAS; GONDAR, 2016, p. 11). Assim, o passado recente do período da ditadura militar no Brasil pode ser pensado por historiadores, arquivistas, cientistas sociais, entre outros pesquisadores a fim de entender melhor o que aconteceu no período de repressão política e, dessa forma, pensar cientificamente sobre a temática.

Como exposto e analisado até aqui, vale destacar que o estudo da memória e a manutenção de arquivos históricos têm muito a contribuir para o campo da Ciência da Informação, que “[...] está em constante mudança” (ZINS, 2007, p. 335). Destaca-se que o papel da memória vai muito além de apenas celebrar datas comemorativas consideradas especiais ou mesmo reunir fatos e fotos para compor exposições, ilustrar livros, etc.

Neste contexto, nas ciências sociais, segundo Tedesco (2014, p. 29), aponta-se que o interesse pela memória está amparado “[...] na reflexão de que tanto a continuidade quanto a descontinuidade da vida em sociedade estão implicada em mecanismos de lembrança e de esquecimentos, de seleção e de elaboração daquilo que o passado deixa para trás de si mesmo”. Nesse sentido, o passado da ditadura militar disponível nos documentos arquivísticos sob a guarda do APEES, referente à DOPS/ES, está intrinsecamente relacionado à memória social Capixaba, como abordado neste trabalho.

Não apenas a memória do Estado, mas, também, no contexto nacional do Projeto Memórias Reveladas. Assim, este estudo visa, igualmente, levantar dados de produção científica num recorte temporal de 2009 a 2020. Para isso, o APEES colaborou na produção via fornecimento de informações que vão além do contexto social da ditadura militar, como podemos verificar na tese de Aldabalde (2015), em um exaustivo trabalho sobre a mediação cultural do APEES, no qual afirma que

[...] as instituições arquivísticas públicas não estão alheias aos direitos dos cidadãos e não se deve sonegar o desfrute do patrimônio

arquivístico, pois, o conjunto de documentos arquivísticos estatais, avaliado com valor para uso social, científico, artístico e cultural é um bem não exclusivo. (ALDABALDE, 2015, p. 17)

Aldabalde pontua ainda que “[...] os arquivos públicos não podem restringir-se a um único público” (ALDABALDE, 2015, p. 17).

#### 4.6 O PROJETO MEMÓRIAS REVELADAS E A CONSTRUÇÃO DA MEMÓRIA SOCIAL DA DITADURA MILITAR

Em concordância com o que reflete Stampa (2020, p. 26),

[...] a partir do século XX o conceito de ditadura, passou a ser compreendido, de modo geral como uma forma opressora e arbitrária de governo, por meio da qual um determinado líder, ou grupo monopoliza o poder político por meio da força em detrimento da sociedade.

Nesse sentido, Le Goff (2003) reafirma o regime opressor ao relatar que a memória não se vale apenas de vitórias e conquistas, mas, além disso, como um instrumento de poder, crimes políticos, entre outros que podem ser encontrados por meio de registros informacionais contidos em documentos como os das DOPS/ES.

Nesse contexto, foi criado em 13 de maio de 2009<sup>20</sup>, pela Portaria nº 204, o Centro de Referência das Lutas Políticas no Brasil (1964-1985) - o Projeto Memórias Reveladas<sup>21</sup>. O DIN1 atua como um polo difusor de informações contidas nos registros documentais sobre as lutas políticas no Brasil, nas décadas de 1960 a 1980. A partir de sua base de dados, fontes primárias e secundárias são gerenciadas e colocadas à disposição do público, incentivando a realização de estudos, pesquisas e reflexões sobre o período. Neste contexto, “o Centro de Referência Memórias Reveladas tem sido um instrumento fundamental para lembrar um passado recente do Brasil, que muitos querem esquecer” (STAMPA 2020, p. 6).

Vale ressaltar, contudo, que o recolhimento da documentação teve início na década de 1990, porém, o APEES passou a fazer parte do projeto Memórias Reveladas em 2008, dando continuidade ao processo de recebimento do acervo documentos do período da ditadura brasileira no cenário do Espírito Santo, que foi tratado, catalogado e disponibilizado ao público. E, desde então, já foram atendidos

---

<sup>20</sup> [Histórico \(memoriasreveladas.gov.br\)](http://historico.memoriasreveladas.gov.br)

<sup>21</sup> [Memórias Reveladas — Português \(Brasil\) \(www.gov.br\)](http://www.gov.br)

inúmeros pesquisadores e a comunidade em geral, que consultam o acervo para fins de reparação às vítimas da ditadura.

As ações e atividades buscam facilitar e difundir o conhecimento sobre o período da ditadura militar no Brasil, garantindo a preservação do acervo documental e difusão informacional de fatos ocorridos no período das lutas políticas realizadas durante a ditadura militar, ratificada com a criação das DOPS; que os documentos que compõem os arquivos da ditadura são fruto da obsessão que esse regime tinha em averbar suas ações, seus atos de violência contra cidadãos contrários ao regime da época.

Nessa premissa, entre documento, arquivo e memórias, entende-se que os documentos que compõem o acervo do Arquivo Público do Estado do Espírito Santo (APEES) são importantes fontes informacionais na prestação de serviço e construção da memória, seja ela social, afetiva, política, probatória, entre outras. Nesse construto memorialístico, inclui-se os documentos do acervo da DOPS/ES que é abordada no estudo, cuja base se fundamenta no período brasileiro ocorrido com o processo de redemocratização política social, em 1985, que culminou com a transferência de acervo documental aos arquivos públicos, em meados da década de 1990.

Nesse período, quando no APEES houve a desclassificação dos documentos, que deixaram de ser restritos e passaram a ser ostensivos. Além disso, a existência de uma nova legislação, incluindo a lei de acesso à informação, que corroborou para o sucesso do projeto em outras instituições espalhadas pelo país, como nos estados de São Paulo, Goiás, Rio Grande do Sul, entre outros.

#### 4.7 IMPORTÂNCIA SOCIAL DO ARQUIVO PÚBLICO NA CONSTRUÇÃO DA MEMÓRIA

Partindo do princípio de que na atualidade o arquivo seja dinâmico, moderno e criativo, a fim de cumprir seu papel social, podemos inferir que o APEES se enquadre nessa perspectiva, portanto, oferece a cada dia serviços sociocultural e educacional que o torna imprescindível para a construção da memória social. O paradigma do arquivo morto não cabe mais, pois deixou de ser um local de guarda e acúmulo de documentos, para se tornar fonte de produção do conhecimento. Como é o caso do Projeto Memórias Reveladas, bem como as parcerias estabelecidas entre o Arquivo e

as universidades federais de estados brasileiros, como as do Rio Grande do Sul e de Goiás, entre outras.

Nesse caso, pesquisas realizadas junto ao APEES, em um recorte temporal entre 2009 e 2020, desde que este passou a custodiar o acervo DOPS/ES, resultaram no resgate de rico material que validaram as produções e trabalhos realizados, bem como apontaram subprodutos gerados a partir da memória histórica sob sua guarda. Dessa forma, a trajetória do APEES, com do Memórias Reveladas, pode ser descrita em três etapas: (i) a primeira, quando o arquivo recebeu os primeiros documentos da extinta DOPS/ES, ainda no início da década de 1990, ratificado pelo Gráfico 2, de recolhimento por Estado; (ii) a segunda se deu quando estabeleceu parceria signatária com o Arquivo Nacional, através do Projeto Nacional do Memórias Reveladas; e (iii) a terceira, quando iniciou o processo de análise, tratamento e guarda em parceria com a Universidade Federal do Espírito Santo, com a duração de dois anos, que culminou com a responsabilidade social de salvaguardar a memória através da documentação referente à ditadura no Estado.

Gráfico 2 - Ano de recolhimento dos acervos DOPS por Estado.



Fonte: Elaborado por Sodré (2016, p 139)

Sobre esse aspecto, cabe destacar a avaliação feita por (ARAÚJO et al, 2015, p. 59) quando observou em pesquisa que existe uma escassez sobre a temática de responsabilidade social da Arquivologia e do arquivo, na medida em que existem poucos autores que abordam sobre o assunto. Isso foi observado ao longo desta pesquisa sobre o APEES.

Cabe ressaltar, entre os autores citados, que Fagundes (2011, 2012) é referência na temática Ditadura Militar no Estado, com vários trabalhos publicados,

além de coordenar a equipe que elaborou o relatório da CNV no Espírito Santo em parceria com a UFES e o APEES. No entanto, achamos pertinente descrever de forma sucinta, no Quadro 6, uma parte dos autores pesquisados até o momento na revisão de literatura e como tais obras se relacionam com o objeto deste trabalho científico, pertinente à temática arquivo, memória social e ditadura militar.

Quadro 6 - Categoria e Autores Pesquisados

Bases Teóricas	Base Conceitual		Aplicações na Pesquisa
	Construto Teórico	Categorias Analíticas	
Arquivo, memória social e Ditadura	- Memória - Ditadura No contexto social	- Laila Figueiredo <b>Di Pietro</b> - Rubens Ribeiro Gonçalves da <b>Silva</b> - Fabio Assis <b>Pinho</b> - Lídia Silva de <b>Freitas</b> - Fernanda <b>Monteiro</b> - Jaques <b>Le Goff</b>	Fundamentos contextuais e Revisão da literatura
	Ciência da Informação conceitos: documento, ditadura e memória	- Paul <b>Otlet</b> - Telma Campanha de <b>Carvalho</b> - Daniel Martínez- <b>Ávila</b> - Eliane Braga de <b>Oliveira</b> - Maria Néida <b>Gonzáles de Gómez</b> - Maira Cristina <b>Grigoletto</b>	Fundamentos contextuais e Revisão de Literatura
	Atividades de ensino, pesquisa e extensão  Paradigma Social	- Carlos Alberto Ávila <b>Araújo</b> - Rafael <b>Capurro</b> - Bernd Frohmann - Michel <b>Foucault</b> - Suzanne <b>Briet</b>	Revisão da literatura
Fundamentos Da Ciência da Informação	Perspectiva Sociocognitiva da CI Na construção da memória social	- José Augusto Chaves Guimarães - Eliany Alvarenga de <b>Araújo</b> - Tefko <b>Saracevic</b>	Fundamentos contextuais e Revisão da literatura
	Memória conceitos	- Eduardo Ismael <b>Murguia</b> Maranon - Pierre <b>Nora</b>	Revisão da literatura, para fundamentação teórica
	Ditadura Militar CNV Memórias Reveladas	- Inez <b>Stampa</b> - Georgete M. Rodrigues - Douglas Antônio Rocha <b>Pinheiro</b> - Mariela <b>Passarin</b> - Cezar <b>Karpinski</b> - Pedro Ernesto <b>Fagundes</b> - Luís Eduardo França <b>Jardim</b>	Fundamentos contextuais e Revisão da literatura
Mediação da informação	Competência em Ciência da informação	- Regina Maria <b>Marteletto</b> - Jonathas Luiz Carvalho <b>Silva</b> * - Lena Vania <b>Pinheiro</b> - Dayo de Araújo Silva <b>Côrbo</b>	Revisão da literatura

Fonte: Elaboração da autora da pesquisa (2021).

Seguindo essa linha de raciocínio, vale agregar que os documentos que compõem o acervo DOPS/ES, custodiado no APEES, têm sido boas fontes de informação para a sociedade como um todo, não apenas no sentido saudosista, mas, acima de tudo, como fonte estratégica para novos saberes, uma vez que o tempo

nunca foi fator delimitador para se trabalhar com a documentação referente à ditadura militar, já que:

[...] a memória é, simultaneamente, acúmulo e perda, arquivo e restos, lembrança e esquecimento [...] e “[...] sua única fixidez é a reconstrução permanente [...]” (GONDAR, 2016), nos permitimos pensar a memória como um movimento da humanidade, “[...] um componente ativo dos processos de transformação social e de produção de um futuro” (GONDAR, 2016, p. 19).

Nesse contexto de lembrar e esquecer, criar e desconstruir, que acreditamos ser pertinente este estudo sobre o tema proposto, “[...] ao manifestar a sua vontade de memória, as instituições de memória como os Arquivos, por meio de suas narrativas, têm a possibilidade de transmitir e compartilhar os frutos de suas experiências, permanecendo vivas e influenciando o futuro” (NASSAR, 2016).

Nessa direção, percebemos que sempre é possível rever, “[...] visitar e ampliar as questões que envolvem a memória, a sociedade e as organizações, com o intuito de fornecer subsídios para a sobrevivência em uma modernidade vertiginosa” (COSTA, 1996). Nesse ínterim, salientamos que há muito ainda a se debater e avançar nessa temática, pois “[...] o árduo e constante embate entre memória e esquecimento permeia diversos campos do conhecimento” (NASSAR, 2016, p. 96), dos quais faz parte a Ciência da Informação.

Na visão de autores de diversas áreas do conhecimento, abordaremos a temática arquivo, memória e ditadura militar, tema atual e recorrente nos bastidores da sociedade e da política brasileira nos últimos anos. Nesse cenário, “[...] percebe-se que a cura do trauma social causado pela ditadura militar não se obtém apenas pelo reconhecimento das violações dos direitos humanos e pela reparação material às vítimas [...]” (PINHEIRO, 2009, p. 95), mas, também, por ações que incorram em mudanças significativas para todos os que tiveram seus direitos violados durante o período de repressão (1964-1985).

Nessa abordagem, a custódia do acervo DOPS/ES, pelo APEES, tem contribuído e auxiliado na mudança desse cenário de sequelas inimagináveis causadas pelo rigor da ditadura militar, bem como tem servido de fonte informacional no desenvolvimento de produtos culturais, acadêmicos, eletrônico, midiático, etc., que validam a identidade social do Arquivo como fonte verídica para atendimento à comunidade.

Seguindo essa linha de pensamento, no construto de memória, concordamos

com Nora (1993, p. 9), quando diz que “a memória é a vida, sempre carregada por grupos vivos”, e grupos nos remete a sociedade, a convívio, daí sua importância na construção social. Parafraseando o autor, podemos dizer que o acervo DOPS/ES, objeto de estudo, tal qual a memória, serve a todos os usos e manipulações, de indefinição e revitalizações; quando se trata de arquivos da repressão, as interpretações são distintas.

Saracevic (1996, p. 8) comenta sobre a interdisciplinaridade entre a Ciência da Informação e os campos da Biblioteconomia, Ciência da Computação, Ciência Cognitiva (incluindo inteligência artificial - IA) e Comunicação. Obviamente, outros campos também mantêm relações interdisciplinares com a Ciência da Informação. Nesse sentido, cabe a realização deste estudo sobre a memória social, arquivo e a ditadura militar, relacionado à DOPS/ES, do projeto Memórias Reveladas, perpassando as pesquisas no âmbito das produções acadêmicas, na área de História.

Faz-se necessário estudá-la, analisá-la, discuti-la e dela utilizar-se para melhor construção do conhecimento social, livre de obscuridades factuais geradas durante o período de repressão, disponibilizando-a a sociedade, a partir da guarda no APEES.

Nesse sentido, estudá-la a partir do conceito semântico cognitivo da CI, é relevante e desafiador, já que, para Nora et al. (1993), a memória emerge de um grupo que a une, tendo como premissa o fato de considerar que a memória é um absoluto, enquanto a história só conhece o relativo.

A memória é a vida, sempre carregada por grupos vivos e, nesse sentido, ela está em permanente evolução, aberta à dialética da lembrança e do esquecimento, inconsciente de suas deformações sucessivas, vulnerável a todos os usos e manipulações, susceptível de longas latências e de repentinas revitalizações. A história é a reconstrução sempre problemática e incompleta do que não existe mais. A memória é um fenômeno sempre atual, um elo vivido no eterno presente; a história, uma representação do passado. [...] A memória instala a lembrança no sagrado a história a liberta e a torna prosaica. A memória emerge de um grupo que ela une [...] é por natureza, múltipla e desacelerada, coletiva, plural e individualizada. [...] a memória se enraíza no concreto, no espaço, no gesto, na imagem, no objeto. A história só se liga às continuidades temporais, às evoluções e às relações das coisas. (NORA et al., 1993, p. 9).

Nesse sentido, o estudo apontou a necessidade de enriquecer a fundamentação teórica da temática do projeto em estudo, conceituando-o como pontuado na pesquisa: O que é memória? O que é arquivo? Qual o conceito de documento? O que é memória social? Além de verificar a legislação sobre o tema estudado.

Cientes dos resultados apontados até aqui, entendemos que conceituar a temática da pesquisa na visão de vários autores foi possível ao se partir do pressuposto de que um termo pode ser definido de maneiras diferentes, porém, cabe ao pesquisador avaliar a veracidade da informação.

Com efeito, segundo Da Silva Araújo et al (2015, p. 56), podemos inferir que:

“O arquivo deixou de ser apenas uma unidade de informação e passou a ser uma entidade integral, que se incorpora às outras unidades, fazendo com que a informação e o conhecimento sejam difundidos constantemente”. Como memória, tem a responsabilidade de salvaguardar a documentação, assegurando a constituição e preservação da memória cultural, institucional e pessoal.

Com efeito, destacamos que a necessidade de conceituar cada descritor do estudo, faz-se contundente uma vez que a informação não se encerra a si mesma, não se basta, mas, sempre se desdobra, se reinventa, está sempre em ação, daí ser pertinente estudá-la no contexto social de formação de novos conhecimentos. Capurro (2007, p.13), discorrendo sobre o conceito de informação interdisciplinar, avalia que “[...] a informação é dirigida para mentes humanas, recebida por mentes humanas, e tudo que vai além disso são metáforas”; daí importância do estudo.

Nesta perspectiva, o início do embasamento teórico metodológico deste estudo pautou-se na produção de autores que trabalham o Papel Social da Arquivologia, como Da Silva Araújo et al (2015), nas Abordagens Teóricas da memória social como Peralta (2007), entre outros, nas discussões acerca dos arquivos, memória e ditadura militar, abordados por Stampa (2011, 2014, 2020), servindo de parâmetro para confirmar a relevância do Projeto Memórias Reveladas e o acervo da DOPS/ES, no APEES.

Devido à experiência na área de Arquivologia, o projeto inicial foi adequado a fim de se trabalhar com memória e história relacionado à ditadura militar no Brasil. Esse é um tema pouco abordado pela CI, como evidenciado na Tabela 2, mesmo sendo o arquivo um pilar onde a memória social está amparada. Contudo, a lacuna de estudos com abordagem histórica do período de atrocidades no país por cientistas da informação levou à realização de ajustes na pesquisa que tem no APEES a oportunidade, mediante resultados obtidos, de ratificar a relevância social dos arquivos como repositórios da memória e facilitadores na construção e disseminação do conhecimento científico, como ocorre com os documentos do acervo das DOPS.

Considera-se que arquivo, história e ditadura já fazem parte de outras áreas do

conhecimento, como da sociologia, história, direito, entre outras humanidades. Os documentos arquivísticos, que de algum modo representam atividades ocorridas na sociedade, e essa, por algumas vezes, insiste em negligenciar e/ou omitir a ocorrência dos fatos registrados nos documentos, como é o caso dos documentos das DOPS, nesse sentido, o Memórias Reveladas tem importante papel na quebra desse paradigma relacionado aos documentos da ditadura no Brasil, custodiados nos arquivos.

Cabe sublinhar que dentre os conceitos de documento utilizados no Campo da CI está o de que o documento seja a informação materializada em um suporte, assim como outras tipologias, e que corroboram na geração de novos conhecimentos e saberes, e é nesse caminho que trilha a pesquisa, nos saberes sociais gerados a partir do Projeto Memórias Reveladas, em parceria com o APEES, cuja contribuição social tem sido comprovada desde sua criação, no século XX.

Nesse sentido, discorreremos sobre seu papel na construção da memória social capixaba, em função dos diferentes acervos documentais que compõem sua estrutura arquivística, entre os quais consta o da ditadura militar, formado ao longo de 21 anos (1964-1985), quando documentos foram utilizados, muitas vezes, para comprovar o registro de fatos que ratificam um grave período de violação dos direitos humanos; tortura, controle e poder por parte das autoridades governamentais. Outros serviços são prestados na área social, como para imigrantes, que encontram no APEES subsídios informacionais para elaboração de documento de cidadanias diversas.

Em continuidade à temática abordada neste estudo, Jardim (1996, p. 1) ratifica a importância do Arquivo Público na sociedade, quando afirma que

Tratou-se de observar como a noção/conceito de **memória** tende a ser teoricamente referida, quando do processo de avaliação e seleção de documentos arquivísticos, como um dos pilares da arquivologia. A este processo e seus determinantes teóricos encontra-se vinculada, por princípio, a constituição dos acervos permanentes/históricos dos **arquivos públicos**. Estes escolhem, mediante tais diretrizes, documentos considerados socialmente relevantes a ponto de se justificar a sua preservação permanente.

Além disso, ao pesquisarmos em repositórios científicos como a Biblioteca Digital Brasileira de Teses e Dissertações (BDTD), sobre Arquivo Público e Memória no período de 2009 a 2020, encontramos muitas abordagens literárias sobre o tema (**563, no total**), de estudos relacionados ao Arquivo Público no contexto de memória, história, bem como o da preservação dos vestígios de ações humanas, atestada na

representação de documento em suportes variados, como ocorre no APEES. Tais indicadores tornam esta pesquisa oportuna num cenário em que a informação se consolida na construção ou até mesmo na desconstrução de identidades.

Com efeito, os arquivos públicos são fundamentais para a promoção de justiça social, para suportar a memória da sociedade, além de promover o direito à informação nos diversos sentidos. Também auxilia na liberdade de consciência, expressão e associação da comunidade que vive sob um Estado soberano. Desse modo, contribuem na produção do conhecimento, sendo muitas vezes a única fonte onde pessoas comuns têm acesso e possibilidade de encontrarem as informações que desejam.

A Lei 8.159, de 08 de janeiro de 1991, a qual dispõe sobre os arquivos públicos e privados, promulga que: “É dever do Poder Público a gestão documental e a proteção especial a documentos de arquivos, como instrumento de apoio à administração, à cultura, ao desenvolvimento científico e como elementos de prova e informação” (BRASIL, 1991, p. 1).

Nesse sentido, a fim de minimizar os danos cometidos durante os anos de grave violação de direitos humanos no Brasil e esclarecer fatos ocorridos durante a ditadura militar, um dos mais importantes instrumentos para permitir o acesso aos chamados arquivos da repressão é a Lei de Acesso à Informação (LAI).

A Lei 12.527, de 18 de novembro de 2011<sup>22</sup>, permitiu e deliberou que documentos do período fossem enviados e custodiados pelos arquivos públicos dos estados brasileiros. O APEES já atuava como uma das instituições que abrigava o Projeto Memórias Reveladas – via DOPS/ES, com o recebimento dos primeiros documentos a partir de 2008. Em resumo, a nova lei pretendia superar as décadas de “silêncio oficial”.

Essa lei é de grande relevância para o contexto democrático da informação contida nos arquivos. O seu art. 3º assegura que os direitos fundamentais de acesso à informação devem ser executados em conformidade com os princípios básicos da administração. Pontua ainda, no Art. 4º, item I, que dispõe que a informação deve ser utilizada para produção e transmissão de conhecimento, contida em qualquer meio, suporte ou formato, como acontece com o acervo da DOPS/ES que desde o início da década de 1990 passou a estar sob a guarda do APEES.

---

<sup>22</sup> [http://legislacao.planalto.gov.br/legisla/legislacao.nsf/Viw\\_Identificacao/lei%2012.527-2011?OpenDocument](http://legislacao.planalto.gov.br/legisla/legislacao.nsf/Viw_Identificacao/lei%2012.527-2011?OpenDocument) Acesso em 22 abr. 2021.

Portanto, a chamada abertura dos arquivos da ditadura foi possível com a entrada em vigor da Lei 12.527, que regulamenta o direito constitucional de acesso dos cidadãos às informações públicas e é aplicável aos três poderes da União, dos estados, do Distrito Federal e dos municípios. Contexto no qual estão inseridos os documentos das DOPS/ES.

Nesse mesmo cenário, o Arquivo Público do Espírito Santos (APEES), em parceria com Projeto “Memórias Reveladas - Centro de Referência das Lutas Políticas no Brasil”, uma iniciativa da Casa Civil da Presidência da República, coordenada pelo Arquivo Nacional, passou a receber documentos da DOPS/ES, tratá-los e disponibilizá-los após todo o processo de gestão arquivística que envolveu a equipe de pesquisadores, professores, estagiários e servidores, em parceria com a Universidade Federal do Espírito Santo (UFES), durante um período de dois anos.

Seguindo essa linha de pensamento, Di Pietro (2020) pontua que

O conhecimento da história opressiva de uma sociedade é parte de seu patrimônio e os arquivos e outras provas referentes à violação dos direitos humanos devem ser conservados, [...], para promover o conhecimento dessas violações e evitar que sejam propagadas teorias negacionistas na construção da memória coletiva. (ORENTLICHER, 2005, apud DI PIETRO, 2020, p. 4).

Dessa forma, nas pesquisas realizadas sobre o papel social do APEES, a partir da custódia do acervo DOPS/ES, intentamos contribuir via resultados obtidos com levantamentos bibliográficos no Campo da Ciência, principalmente no da Ciência da Informação, bem como em outras fontes informacionais, como aplicação de questionário, entrevista com profissionais que atuam e atuaram no Arquivo e que, de alguma forma, colaboraram na construção do legado do Arquivo Público do estado do Espírito Santo.

Para tanto, realizamos levantamento em repositórios científicos, buscando em base de dados governamentais, Diário Oficial, e no próprio site do APEES, dados e informações que ratificassem o contexto de atendimento e desenvolvimento da memória social por meio de pesquisas, trabalhos, publicações, entre outros subprodutos construídos a partir do acervo DOPS/ES, como demonstrado no Quadro 7 e na imagem do Apêndice A.

Quadro 7 - Produções a partir do Projeto Memórias Reveladas – Acervo DOPS/ES

<b>PRODUÇÕES</b>	<b>Qt.</b>	<b>LOCAL</b>	<b>ENDEREÇO ELETRÔNICO</b>
Dissertações e teses	28	RiUfes	<a href="http://repositorio.ufes.br/handle/10/6768">http://repositorio.ufes.br/handle/10/6768</a>
Exposições e <i>lives</i>	NQ*	APEES	<a href="https://ape.es.gov.br/memorias-reveladas">https://ape.es.gov.br/memorias-reveladas</a>
Filme	1	APEES	<a href="https://ape.es.gov.br/memorias-reveladas">https://ape.es.gov.br/memorias-reveladas</a>
Clippings em mídia impressa, TV e em meio eletrônico	36	Diário Oficial Imprensa local	<a href="http://dio.es.gov.br">Buscar no Espírito Santo (dio.es.gov.br)</a> <a href="http://gshow.globo.com/TV-Gazeta-ES/Em-Movimento/videos/">http://gshow.globo.com/TV-Gazeta-ES/Em-Movimento/videos/</a> <a href="https://www.youtube.com/watch?v=0WEXeSih_aVA">https://www.youtube.com/watch?v=0WEXeSih_aVA</a> <a href="https://www.youtube.com/watch?v=aIRWSE1RLBM">https://www.youtube.com/watch?v=aIRWSE1RLBM</a>
Relatórios, folhetos e folhas CNV	3	UFES	<a href="https://www.acervo.bc.ufes.br/biblioteca/index.php">https://www.acervo.bc.ufes.br/biblioteca/index.php</a>

Fonte: Elaborado pela autora (2021). Baseado em pesquisa em repositório, bases de dados e busca eletrônica em sites institucionais. \* Não quantificáveis

Contudo, ressaltamos que o número de produções e ações realizadas a partir do acervo da DOPS/ES, do APEES, vai além dos evidenciados no quadro 7. Entre as produções não listadas, encontram-se teses e dissertações orientadas pelo professor Dr. Pedro Ernesto Fagundes, que podem ser conferidas no Apêndice D desta dissertação.

## 5 IMPACTO DO PROJETO MEMÓRIAS REVELADAS (DOPS/ES) NAS DISCUSSÕES SOBRE DITADURA MILITAR

Nesta pesquisa, buscamos coletar dados que ratificassem a premissa posta em relação ao Projeto Memórias Reveladas, do Arquivo Público do Estado do Espírito Santo, a partir do acervo da DOPS/ES, entre os anos de 2009 e 2020. Para tanto, iniciamos buscas preliminares em repositórios científicos, a fim de avaliar como a temática era abordada no período. Posteriormente, foi possível enriquecer os dados coletados a partir do site do APEES, onde é possível conhecer um pouco mais do projeto.

Todavia, a fim de produzir indicadores que endossassem o quanto a custódia do acervo contribuiu para validar a relevância do papel social do arquivo, elaboramos um questionário e o aplicamos, o que resultou em informações relevantes para a instituição, bem como servirá para elaboração de futuras novas pesquisas sobre a temática, conforme demonstrado a seguir.

A partir das análises iniciais, elaboramos o instrumento de pesquisa de fácil acesso e aplicação, que é o questionário. Nesse caso, foi dividido em duas partes, além do termo de consentimento. Iniciando pela **identificação**, como: sexo, vínculo com o APEES, formação e faixa etária. **Instruções** para respostas sobre: DOPS e Memórias Reveladas, ações fomentadas pelo arquivo, uso do acervo, visibilidade e difusão. A partir dessa construção e do resultado da pesquisa, foi possível dialogar com fundamentação empírica sobre a temática proposta.

Além disso, também fizemos contato com 13 entidades custodiadoras do Acervo DOPS no Brasil, participantes do Projeto Memórias Reveladas, a fim de levantar informações quanto ao andamento da DOPS ao longo desses 12 anos. Os estados consultados foram: Alagoas, Ceará, Goiás, Maranhão, Minas Gerais, Paraná, Pernambuco, Rio de Janeiro, Rio Grande do Norte, Rio Grande do Sul, São Paulo e Sergipe. Destacamos que o Arquivo do estado do Espírito Santo não entrou na lista, pelo fato de o APEES ser o objeto de estudo da pesquisa.

O contato para coleta de dados foi realizado via endereço eletrônico (e-mails), feito com cada instituição. Ressaltamos que, das 13 entidades contatadas, obtivemos retorno de cinco delas, sendo a **primeira** o *Arquivo Público de Alagoas, via Centro de Informação, Documentação e Arquivo (CIDARQ) da Universidade Federal de Goiás (UFG)*. A **segunda**, o Arquivo Público do Maranhão (APEM). A **terceira** foi o Arquivo

Público do Estado do Rio de Janeiro via APERJ. A **quarta**, o Arquivo Histórico do Rio Grande do Sul (AHRG), e a **quinta**, o Arquivo Público do Estado de São Paulo (APESP). Vale ressaltar que no Arquivo de São Paulo a documentação encontra-se sob a nomenclatura de “o DEOPS” (Departamento Estadual de Ordem Política e Social).

Destacamos, no entanto, que realizamos o contato com as oito demais instituições. Contudo, apesar de estabelecido eletronicamente, não logramos êxito. Avaliamos como positivo o retorno obtido das cinco instituições mencionadas, a respeito da temática tratada, apesar de sermos informados de que em uma delas não é permitida a consulta ao acervo, seguindo inoperante.

Apontamentos feitos pelas instituições consultadas, doze anos após a implantação do Memórias Reveladas, validam a relevância da custódia do acervo DOPS, dado que ações contribuíram e seguem contribuindo para memória da ditadura militar, ocorrida no cone sul e, especialmente, no Brasil, de 1964 a 1985, como evidenciado no Quadro 8.

Quadro 8 – Entidades Custodiadoras de Acervos DOPS ativas no período 2009 – 2020, por Estado

Estado	Nome da Instituição	Síntese e Status atuais	Obs.
Goiás	AGEPEL/UFG Centro de Informação, Documentação e Arquivo. Universidade Federal de Goiás	Passa a enxergar o patrimônio arquivístico como um instrumento de memória social a que se deve respeito e preservação. Possui consultas frequentes.	Ativo
Rio G. Sul	APRS/AHRG Arquivo Histórico do Rio Grande do Sul	Projeto realizado parcialmente, em 2020, ainda possui documentação em tratamento. Falta de recurso impedem consulta ao portal e ao acervo.	Inativo
São Paulo	APESP Arquivo Público do Estado de São Paulo	Em São Paulo a <b>DOPS</b> era chamada de <b>o DEOPS</b> (Departamento Estadual de Ordem Política e Social). Aumento da demanda ao acervo documental oficial e verificável, a partir de 2010; segue, na atualidade.	Ativo
Maranhão	APEM Arquivo Público do Maranhão	Aumento no número de acesso ao acervo DOPS; maior divulgação; utilização do acervo para a produção de documentários.	Ativo
Rio de Janeiro	APERJ Arquivo Público do Rio de Janeiro	A documentação da DOPS é uma das mais pesquisadas no APERJ até 2020.	Ativo

Fonte: Elaborada pela autora (2021)

Das entidades que retornaram o contato, foi possível avaliar que no Centro de Informação, Documentação e Arquivo da Universidade de Goiás (CIDARQ/UFG), o uso do acervo DOPS/GO segue contribuindo na construção da memória social, na

garantia dos direitos sociais, na pesquisa histórica e acesso à informação para a cidadania, como pontuado pela instituição, no retorno à solicitação. Na resposta enviada, tomando como base os trabalhos realizados, foi possível apontar ações de extensões envolvendo Sindicato de Trabalhadores Rurais, eventos, como Retalhos de Memórias e Revelando Memórias, realizados entre os anos de 2018 e 2019 pela instituição custodiadora do acervo DOPS, em Goiás.

Nesse contexto, mesmo não tendo sido avaliado o grau de satisfação dos usuários em consulta ao acervo, houve aumento nas demandas referentes aos fundos DOPS/GO, levando-o a ficar entre o terceiro e quarto fundo mais consultado na instituição. A procura pela documentação da DOPS/GO é feita, em grande parte, por doutorandos, mestrandos e graduandos de História.

Considerando as informações repassadas pelo CIDARQ/UF, de que o grande público de pesquisadores do acervo DOPS/GO é da área de História, podemos considerar que no Campo da CI a memória social da ditadura ainda tem muito a ser trabalhada, haja vista nos arquivos encontrarem-se grande parte dessa memória pouco explorada fora da academia. Contudo, em comemoração aos 10 anos do projeto Memórias Reveladas, período de 2009 a 2019, o CIDARQ realizou uma pesquisa cujos resultados apresentaram avanços consideráveis em relação à memória, verdade e justiça, trazendo ampla publicização e difusão a partir do acervo DOPS/GO, tal como ocorre no APEES, com a custódia do acervo da DOPS/ES, no qual o conhecimento de memória tem sido fomentado em novas pesquisas, como esta, que avalia a produção de determinada memória da ditadura militar, entre 2009 e 2020.

Consideramos imprescindível discorrer também sobre o retorno obtido do Arquivo Público do Maranhão (APEM), referente ao acervo da DOPS/MA, que também pontuou aumento da demanda a partir da custódia do acervo DOPS, de pesquisa histórica a construção de identidade de grupo, direitos sociais a pesquisas no acervo, que vão de apontamentos para reparação de danos a simples consultas por curiosidades sobre o período da ditadura, contido na documentação. Pontuamos que nesse Estado o fundo DOPS/MA é constituído de 12 séries.

A primeira série do fundo é denominada Subversão, a segunda série Estudantes, a terceira série Ministérios, a quarta série Entidades Religiosas, a quinta série Atividades Políticas, a sexta série Documentos Diversos, a sétima Sindicatos, oitava série Documentos Expedidos, a nona série Documentos Recebidos, a décima

série Atestado de Ideologia Política, a décima primeira série Recortes de Jornais e a décima segunda série Documentos Avulsos. Entretanto, das doze Séries documentais que compõem o acervo DOPS/MA, somente seis delas foram tratadas e finalizadas, estando disponíveis para consulta no site; as demais estão em processo de digitalização, a fim de serem publicadas posteriormente, porém, podem ser consultadas diretamente no espaço físico do APEM.

Embora tenhamos, a princípio, realizado contato via e-mail com treze entidades em nível nacional, que foram parceiras do projeto Memórias Reveladas da DOPS, obtivemos o retorno de cinco delas, ou seja, 38,46% do total. Ressaltando que desse total, em uma, a do Arquivo Histórico do Rio Grande do Sul (AHRG), em virtude da falta de recursos financeiros e equipes técnica reduzida, a organização, descrição e difusão dos arquivos da repressão política dos documentos da DOPS/RS segue dentro das possibilidades e estrutura técnicas administrativas do Arquivo, porém, sem que sejam disponibilizados no Portal do Memórias Reveladas, como ocorre com as demais entidades.

Entre os documentos que receberam tratamento no AHRG, estão os do subfundo Seção de Ordem Política e Social (SOPS), as 4.600 fichas nominais oriundas do DOPS, e os do Arquivo Particular Omar Ferri (advogado dos uruguaios sequestrados em Porto Alegre, em 1978, no marco da Operação Condor). No AHRG, tal como ocorreu no APEES, houve parceria entre a entidade e o curso de Arquivologia da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS) para a elaboração do quadro de arranjo e descrição do Arquivo Particular Tarso Dutra (ministro da Educação no governo Costa e Silva); esses são alguns dentre outros trabalhos realizados no Arquivo no Rio Grande do Sul. Nesse contexto, avaliamos mais uma vez o quanto a Ciência da Informação se coaduna com a responsabilidade social da memória.

Destacamos que, embora o acervo da DOPS/RS não esteja disponível no portal do Memórias Reveladas, o AHRG, ao custodiar a documentação da delegacia, tornou possível a realização de palestras, *lives* e oficinas sobre arquivos da repressão e da resistência; realizar exposições sobre a temática “50 anos da Campanha da Legalidade, O sequestro dos Uruguaios em Porto Alegre, Anistia: um passado presente?”, com ações educativas específicas, realização de seminários, entre outros.

Dessa forma, o AHRG tem recebido demandas de consulentes que buscam nos documentos da DOPS/RS informações para fins indenizatórios, de pesquisa histórica, ações educativas e culturais. Mesmo enfrentando dificuldades na preservação do

acervo, contribui para o fortalecimento de políticas institucionais, muitas vezes, diante de disputas político-ideológicas. Tal como ocorre no APEES e nas demais entidades parceiras do Memórias Reveladas, o auge de consultas e acesso à documentação se deu no ano de 2014, em comemoração aos 50 Anos do Golpe Militar.

Já no Arquivo Público do Estado do Rio de Janeiro (APERJ), o Projeto Memórias Reveladas contemplou o tratamento da documentação dos fundos Polícias Políticas, DOPS/GB, DOPS/RJ e as coleções Daniel Aarão Reis, Ângela Borba, Jean-Marc von der Weid e Jair Ferreira de Sá, constituindo em um volume significativo de documentos, cuja demanda de acesso e consulta aos fundos documentais da DOPS/RJ foi impulsionada com a aprovação da Lei Estadual de Arquivos (5562/2009).

No contato empreendido em nível nacional com as entidades parceiras, no Estado de São Paulo, a DOPS atua sob a nomenclatura de Departamento Estadual de Ordem Política e Social (DEOPS), última sigla usada até a atualidade. No APESP, o acervo da ditadura ocupa relevante lugar nas pesquisas da instituição. Mesmo custodiando documentos desde o Brasil Colônia, a consulta à documentação da DEOPS segue em franca expansão. Apesar do acesso aos documentos ser parte dos direitos sociais, o acesso à informação para reparo a danos sociais ou financeiros consolida a democracia no estado.

De todo modo, no APESP, a ausência de legislação que amparasse o direito de acesso à informação, também foi sentido, pois, desde início dos anos 90, o Arquivo recebeu os primeiros documentos, porém, sem poder disponibilizá-los. Em função da complexidade dos arquivos recebidos, exigiu-se grande desempenho da equipe técnica, que teve de analisar e entender a indexação dos documentos, que, de início, teve sua consulta restrita apenas a familiares de vítimas da ditadura, porém, com a aprovação da portaria SC Nº 38<sup>23</sup> de 27 de dezembro de 1994, passou a ser aberta a consulta pública mediante assinatura de Termo de Responsabilidade. O bom estado de conservação da documentação enviada ao APESP possibilitou a classificação e disponibilidade ao Portal Memórias Reveladas e colaborou para novas produções do conhecimento.

Um diferencial observado no APESP é o trabalho de visitação à unidade, aberta à comunidade, com o fim de ampliar e divulgar a memória e os documentos, dentre

---

<sup>23</sup> link: [https://www.transparenciacultura.sp.gov.br/eesseers/2018/10/2018.12-Caderno-UM-LabCult-4-Legisla%C3%A7%C3%A3o-Resolu%C3%A7%C3%B5es\\_final.pdf](https://www.transparenciacultura.sp.gov.br/eesseers/2018/10/2018.12-Caderno-UM-LabCult-4-Legisla%C3%A7%C3%A3o-Resolu%C3%A7%C3%B5es_final.pdf). A resolução SC-38 está na página 11 dessa publicação.

os quais encontram-se também os da DEOPS, relacionados à ditadura militar. Iniciativas como esse projeto de visitação ao Arquivo têm colaborado para o aumento de prestação de serviço aos ex-perseguidos políticos e a seus familiares, por documentos produzidos pelo estado no período da repressão. A busca se dá também, em grande parte, por estudantes e jornalistas que encontram no acervo da DEOPS embasamento para suas pesquisas.

Cabe enfatizar que fizemos contato com as treze instituições que participaram do Projeto Memórias Reveladas em nível nacional a partir de 2009, porém, as instituições custodiadoras do acervo da DOPS dos estados de Alagoas, Ceará, Paraná, Pernambuco, Paraíba, Rio Grande do Norte, Minas Gerais e Sergipe, não responderam à solicitação enviada, quanto ao funcionamento do acervo DOPS na instituição até 2020, conforme Quadro 9.

Quadro 9: Entidades que não retornaram/por estado, no Brasil

<b>Estados que não retornaram</b>		
<b>Estado</b>	<b>Nome</b>	<b>Sigla</b>
Alagoas	Arquivo Público de Alagoas	APA
Ceará	Arquivo Público Estadual do Ceará	APEC
Minas Gerais	Arquivo Público Mineiro	APM
Paraná	Arquivo Público do Paraná	APPR
Pernambuco	Arquivo Público de Pernambuco -	APPE
Paraíba	Universidade Federal da Paraíba (Núcleo de Cidadania e Direitos Humanos)	NCDH/UFPB (NCDH)
Rio G. Norte	Arquivo Público do Rio Grande do Norte	APRN
Sergipe	Arquivo Público Estadual de Sergipe	APES

Fonte: Elaborada pela autora (2021)

Quanto aos acervos das DOPS, no contexto nacional, concluímos que disponibilizar os arquivos da repressão foi de fundamental importância para o Cone Sul. Nesse contexto, encontra-se o acervo da DOPS/ES, que tem contribuído para a reconstrução de democracias, quando atende a demandas de determinada memória da ditadura, na busca de verdade e justiça por meio dos documentos que registram os fatos de violação de direitos realizados pelos agentes das delegacias em todo o país. Dessa forma, acreditamos que o APEES tem ampliado os diálogos que excedem de simples acesso à documentação, alcançando patamares que vão além do tratamento técnico e preservação do acervo, chegando ao nível político social, no qual a memória se fundamenta.

Nesse sentido, ressaltamos que o APEES foi signatário do projeto Memórias Reveladas e, desde então, o acervo da DOPS/ES tem sido consultado

frequentemente, como apontado em relatórios da instituição, que apresentam o fundo DOPS/ES entre os quatro mais consultados do Arquivo; sendo o primeiro, Governadoria; o segundo, Polícia; o terceiro mais pesquisado, Agricultura; e o quarto, DOPS. O que nos leva a refletir o quanto uma determinada memória, como a da ditadura militar, embora passados quase 60 anos, ainda encontra lugar na sociedade que busca a verdade de fatos, que podem estar contidos nos documentos das Delegacias que atuaram em todo o país com o fim de coibir manifestações consideradas subversivas ao regime, como por exemplo, a repressão ao Movimento Estudantil, compreendido entre os anos de 1964 a 1969, em todo o Brasil.

## 5.1 O PROJETO MEMÓRIAS REVELADAS E O APEES

A fase de coleta de dados, visando legitimar a temática da pesquisa sobre o APEES, teve início com a busca em sites e repositórios científicos sobre a temática memória, ditadura e arquivo. Nessa fase, coletamos dados que nos impulsionaram a seguir com o estudo do papel social dos acervos da DOPS/ES, na consolidação de uma determinada memória da ditadura militar no Brasil. Além dessa iniciativa preliminar, avaliamos ser pertinente efetuarmos também a coleta de dados, utilizando o instrumento de pesquisa questionário, como parte integrante no cumprimento do objetivo do trabalho.

Para tanto, elaboramos o questionário a fim de identificar em que medida o Projeto Memórias Reveladas, da DOPS/ES, contribuiu para o fomento de discussões e produção de conhecimento sobre a história e a memória da ditadura militar, entre os anos de 2009 e 2020. O questionário, composto de perguntas abertas e fechadas, totaliza 12 questões, que respondem ao problema da pesquisa com seus respectivos objetivos, conforme Apêndice B.

No que tange aos procedimentos para coleta dos dados, o envio do questionário foi precedido de carta explicativa, Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE), como evidenciado no Apêndice B, sob o número **CAAE:** 53318621.4.0000.5059, aprovado pelo Comitê de Ética da Plataforma Brasil, sob o parecer número: 5.254.795. O processo de coleta de dados ocorreu durante dois meses e, para alcançar o objetivo proposto, o pré-teste do questionário foi aplicado para quatro respondentes, os quais apontaram necessidades de ajustes, os quais

foram executados no instrumento de coleta questionário, sem, contudo, alterar o conteúdo proposto.

Considerando a estrutura, do instrumento de pesquisa, o questionário foi organizado de modo que as identificações dos respondentes nas questões de A a E, abordassem sexo, vinculado ou não com o Arquivo, idade e formação, sem, contudo, identificar ou expor o respondente. Por outro lado, as questões, foram organizadas de modo que os objetivos da pesquisa fossem contemplados. Nesse sentido, as questões **1, 5, 7, 9 e 11** do questionário, abordaram o objetivo específico (C), ao analisar se o acervo do DOPS/ES contribuiu para que o APEES consolidasse seu papel na construção da memória social da ditadura militar no ES, e o objetivo geral, ao **diagnosticar** em que medida o Projeto Memórias Reveladas, da DOPS/ES, contribuiu para o fomento de discussões e produção de conhecimento sobre a história e a memória da ditadura militar, entre 2009 e 2020.

Do mesmo modo, as questões de **2 a 8** abordaram o objetivo específico (D), que era identificar se o Projeto Memórias Reveladas, da DOPS/ES, aumentou a demanda sobre a ditadura militar no APEES. Por se tratar do ponto principal do estudo, esse objetivo foi reforçado no formulário. Por outro lado, o objetivo específico (B), de apresentar as produções científicas sobre as temáticas associadas à memória social, documento arquivístico e ditadura militar, a partir do acervo da DOPS/ES, foi evidenciado na questão 4. Também foi possível, através do questionário, trabalhar outro objetivo específico (A), cujo pressuposto apresenta o DOPS enquanto órgão de Estado, que reprimiu para manter o poder, através do uso de ferramentas usadas para silenciar e forçar o esquecimento, evidenciado na questão (10).

Dessa forma, contemplamos o problema de pesquisa, o objetivo geral e os objetivos específicos na aplicação do questionário realizado, cujos resultados comprovaram a hipótese de que a organização do acervo DOPS/ES configurou o APEES como um espaço de memórias com mais visibilidade. Tal fato levou ao aumento da produção do conhecimento sobre ditadura militar no Brasil, além de fomentar pesquisas sobre a temática.

Assim, os entrevistados, constituídos por docentes, estudantes de graduação e pós-graduação, bem como de pesquisadores que realizam ou realizaram trabalhos com o APEES nos últimos 10 anos e por funcionários administrativos do Arquivo, no caso dos colaboradores do APEES, entre outros, responderam as 12 questões da pesquisa “Memórias Reveladas e a Relevância Social identitária do Arquivo Público

do Estado do Espírito Santo (APEES), a partir do acervo da Delegacia de Ordem Política e Social do Estado do Espírito Santo (DOPS/ES). O questionário foi encaminhado via link do Google Forms, por e-mail e pelo aplicativo do WhatsApp, o que facilitou o acesso aos respondentes com mais de uma opção de contribuição com a pesquisa.

Cabe ressaltar que o processo de envio e submissão da pesquisa ocorreu sob a supervisão dos orientadores da Pesquisa, Prof. Dr. Pedro Ernesto Fagundes e Prof.<sup>a</sup> Dr.<sup>a</sup> Margarete Farias de Moraes, com observância das normas do Comitê de Ética da Plataforma Brasil, e obteve os resultados que ratificaram relevância e contribuição da pesquisa nessa área do conhecimento. Dessa forma, foram encaminhados questionários a 30 respondentes, dos quais 23 deram retorno. No período de 20 de janeiro a 31 de janeiro iniciamos a fase de tabulação de dados, organizando e descrevendo as informações coletadas a partir da identificação dos sujeitos e das 12 questões propostas.

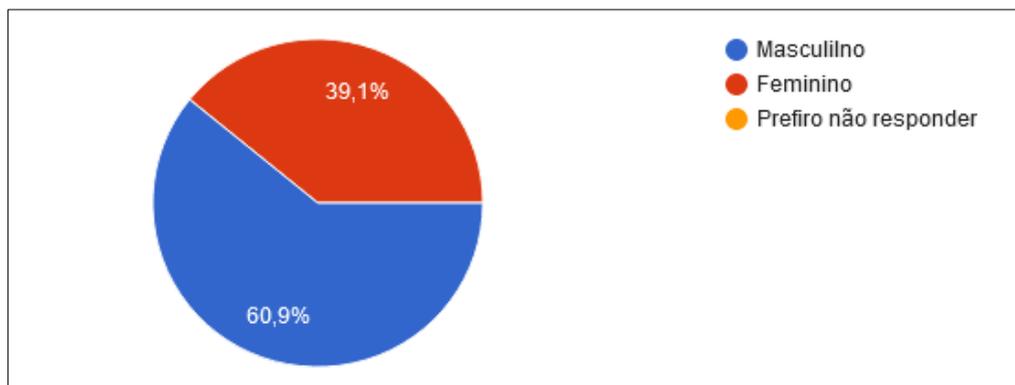
## 6 ANÁLISE DA PESQUISA

Em fase que antecedeu a conclusão da pesquisa, iniciamos a análise dos dados, tendo a certeza de que a memória social é um campo de estudos visitado por pesquisadores das mais diversas áreas do conhecimento (GONDAR; DODEBEI, 2005). Dentre estas, o Arquivo se faz representar pelo viés da CI. Desse modo, “trabalhar com maneiras diferentes de pesquisar é uma condição necessária à riqueza e à multiplicidade do pensamento e da produção do conhecimento” (GONDAR; DODEBEI, 2005, p.30). Fato que evidenciamos aos iniciarmos a análise dos dados coletados a partir da aplicação da pesquisa.

### 6.1 ORGANIZANDO OS DADOS

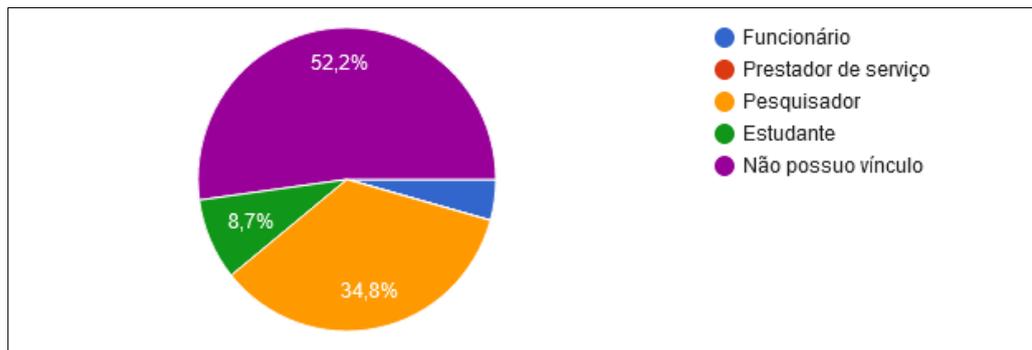
Antes de tudo, buscamos delimitar e identificar os respondentes da pesquisa, chegando a um total de trinta (30) convidados a participarem, dos quais obtivemos retorno de 76,66%, totalizando vinte três (23) respostas. Nessa fase, identificamos que, do total de respondentes, catorze (14) eram do sexo masculino, correspondendo a 60,9%, e nove (9) do sexo feminino, igual a 39,1%. Seguindo na parte de identificação da pesquisa, quando questionados sobre qual vínculo possuíam com o APEES, 52,2%, doze (12) deles, não possuíam vínculo com o Arquivo. Desse total, 34,8%, oito (8), eram pesquisadores, 8,7%, dois (2), estudantes e 4,3%, um (1), funcionário do APEES, conforme evidenciam os Gráfico 3 e 4. Nesse sentido, denominamos essa parte da pesquisa como sendo a de identificação dos sujeitos.

Gráfico 3 - Identificação de Sexo



Fonte: Pesquisa Memória Reveladas, Acervo DOPS/ES

Gráfico 4 - Identificação de Vínculo com o APEES

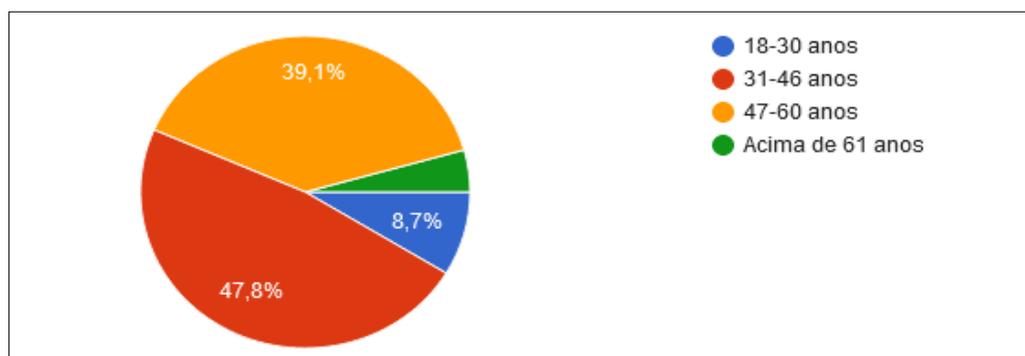


Fonte: Pesquisa Memória Reveladas, Acervo DOPS/ES

A partir da obtenção dos resultados, foi possível averiguar que 50%, ou seja, a metade dos respondentes, não possuíam nenhum vínculo com a Entidade. Esse fato leva-nos a inferir que os arquivos (por que não dizer a Arquivologia como um todo), ainda distam da comunidade no que tange ao caráter social de prestação de serviço, e não apenas em relação aos documentos da ditadura militar, como é o caso do acervo da DOPS/ES, enquanto instituição prestadora de serviço à comunidade em geral. Nesse sentido, Rosa e Albuquerque (2019; p. 6) ratificam que: “uma Arquivologia social induz a interrogar o sentido que damos aos arquivos, ao arquivista e à disciplina”. Nesse contexto, os Arquivos devem preocupar-se também em mostrar os benefícios sociais que advêm de suas práticas e ações voltadas à comunidade.

Seguindo o bloco de perguntas relacionadas à identificação dos sujeitos, os dados foram organizados de modo a levantar a faixa etária dos respondentes. Nesse ponto, foi possível observar que 47,8%, onze (11), dos participantes estão na faixa etária de 31 a 46 anos de idade; 39,1%, nove (9), deles de 47 a 60 anos de idade; dois (2) deles, 8,7%, na faixa etária de 18 a 30 anos; e somente 4,3%, um (1), deles acima dos 61 anos, conforme Gráfico 5.

Gráfico 5 - Identificação Idade dos respondentes



Fonte: Pesquisa Memória Reveladas, Acervo DOPS/ES

Mediante os resultados obtidos, na parte de identificação dos sujeitos da pesquisa relacionados à idade, podemos inferir que 52,1%, doze (12), deles nasceram quando as DOPS se encontravam em plena operação, sob o regime da ditadura militar. Porém, o fato de terem nascido nesse período, não evidencia o conhecimento sobre a temática, tampouco com os documentos da DOPS/ES. Nesse sentido, cabe salientar que o projeto Memórias Reveladas tem contribuído para tornar a Arquivologia mais visível à sociedade, facilitando o acesso, a comunicação e o desenvolvimento de pesquisas de caráter científico, quando a partir da custódia no APEES foi disponibilizado ao público.

Quando, na abordagem dos sujeitos, optamos por diversificar os respondentes de diversas áreas, visando resultados de pontos de vista diferenciados sobre a temática, dado que a Arquivologia interage com subáreas como administração, história, direito, comunicação entre outras. Desse modo, ao avaliarmos as respostas relativas à formação, constatamos que 30,43%, sete (7), deles possuem mais de uma formação. Desse total, quatro (4) deles em Arquivologia, como mostra o Quadro 10.

Quadro 10 - Respondentes com mais de uma formação

<b>Formação - 1</b>	<b>Formação - 2</b>	<b>Quantidade</b>
Arquivologia	História	3
Arquivologia	Biblioteconomia	1
Biblioteconomia	Ciências Sociais	1
Comunicação	História	1
Direito	Teologia	1
<b>Total</b>		<b>7</b>

Fonte: elaborado pela autora da pesquisa Memórias Reveladas, acervo DOPS/ES (2021)

Considerando o perfil dos sujeitos, ressaltamos que o item D do questionário oferecia ainda outras opções para assinalar formações, como por exemplo, a formação em administração, outros cursos ou ainda que o respondente assinalasse que não possuía graduação. Ressaltamos que todos assinalaram possuir graduação em alguma área do conhecimento.

Nesse contexto, podemos concluir “que a preservação da memória e o acesso à informação são aspectos essenciais do arquivo”, conforme pontua (DA SILVA ARAÚJO et al, 2015, p. 58). Desse modo, a memória da ditadura militar, contida no acervo da DOPS/ES, constitui importante legado social, na medida em que traz possibilidade de acesso a verdades outrora restritas. Ratificando, assim, a interdisciplinaridade da CI, ao analisamos as formações dos sujeitos da pesquisa.

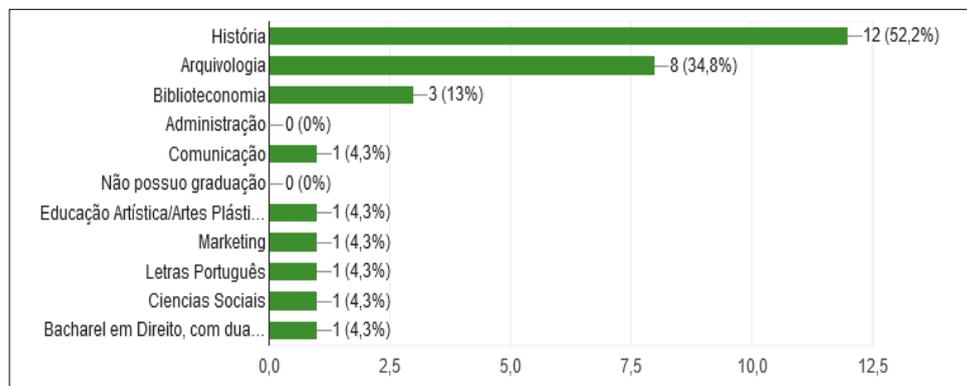
Contudo, é possível observar que grande parte, 52,2%, doze (12) deles, tem

na História sua formação primária. A priori, como apontado no início desse trabalho, ao consultar repositórios científicos, a temática memória e ditadura está voltada grandemente à história e de forma escassa à arquivologia. No entanto, o questionário apontou que 34,8%, oito (8), dos participantes são formados em Arquivologia. E, em terceiro lugar, 13%, três (3), são formados em Biblioteconomia.

Tendo em vista os resultados obtidos, é notório que, embora tenha a memória como um de seus pilares, a CI ainda está distante de seu papel social em relação ao arquivo. Porém, acreditamos que pesquisas como essa podem fortalecer o conhecimento sobre a temática memória, ditadura e arquivo, no cenário político e sociocultural.

Seguindo com a análise dos dados referente à formação dos respondentes, constatamos que 4,3%, um (1) deles possuía formação em outras áreas do conhecimento como: Letras Português, Direito, Marketing, Comunicação, Teologia, Marketing e Ciências Sociais. Embora o arquivo se relacione com a Administração, nenhum dos vinte e três (23) respondentes possuíam formação nessa área do conhecimento, como se nota no Gráfico 6, que demonstra as principais formações.

Gráfico 6 - Graduação dos respondentes

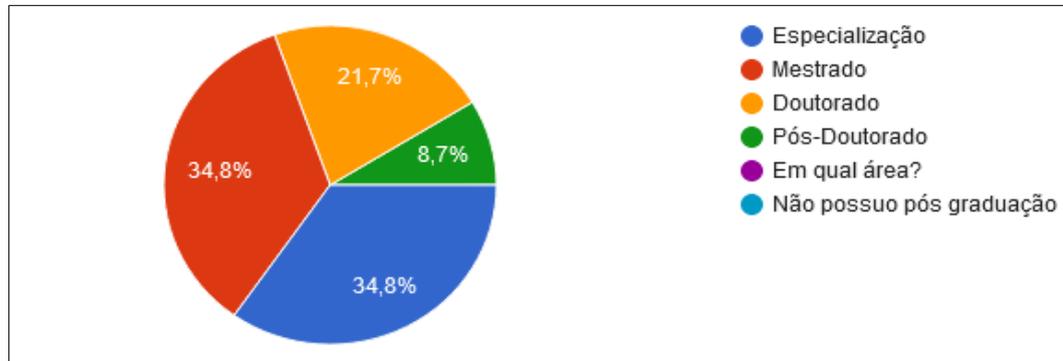


Fonte: Pesquisa Memória Reveladas, Acervo DOPS/ES

Finalizando o bloco de perguntas relativas à identificação dos sujeitos, quando instigados a responderem sobre titularidade, consideramos como resultado positivo o fato dos 23 respondentes serem pós-graduados. Vale destacar que 34,8%, oito (8), deles são especialistas e mestres; que 21,7%, cinco (5), deles são doutores; e que 8,7%, dois (2), dos sujeitos respondentes são pós-doutores. Do total de doutores e pós-doutores, três (3), deles são na área da CI, especificamente Arquivologia. É um quantitativo que supera os da área de História, o que nos leva a deduzir que o nível de formação dos profissionais da área de História e memória estão bem avaliados no

questo titularidade sobre os demais campos do conhecimento. O Gráfico 7 evidencia melhor essa premissa concludente.

Gráfico 7 - Titularidade dos respondentes



Fonte: Pesquisa Memória Reveladas Acervo DOPS/ES

## 6.2. O DOPS ENQUANTO ORGÃO DE ESTADO REPRESSOR

Dada a extensão do questionário, analisamos a **Parte Dois** do instrumento, composto por perguntas pré-elaboradas que visavam levantar informações ligadas ao acervo DOPS/ES e à memória social da ditadura militar no país. Assim, encontramos informações que responderam aos objetivos da pesquisa. Para tanto, utilizamos instruções de modo que os sujeitos opinassem em uma escala de concordância com a temática sugerida, a saber: concordo totalmente; concordo; discordo; discordo totalmente; ou não sei responder. Consideramos, a partir desse ponto do questionário, também as respostas abertas com contribuições dos participantes.

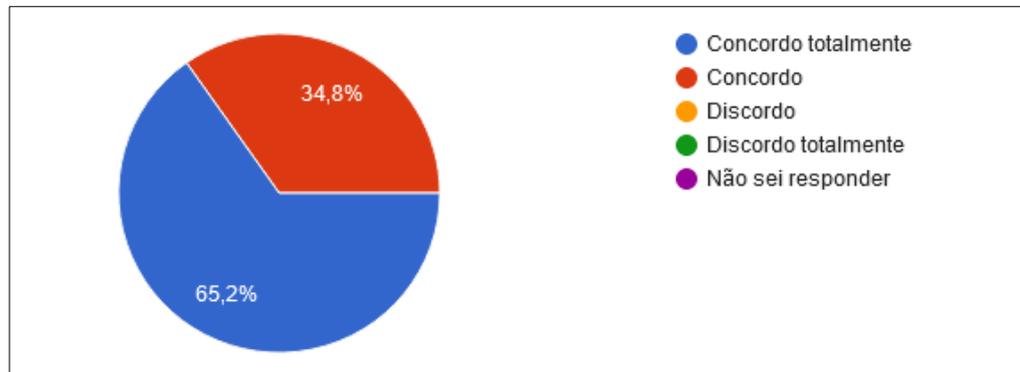
Nesse sentido, analisando a **questão 1** da segunda parte do questionário, que respondeu ao objetivo específico C<sup>24</sup> da pesquisa, quando questionados sobre a relevância do acervo DOPSES e o projeto memórias reveladas na construção da memória da ditadura militar no país, 65,2%, quinze (15) pessoas responderam concordarem totalmente com a contribuição do acervo. E 34,8%, oito (8) desses sujeitos afirmaram concordar. Nesse ponto, a pesquisa recebeu a contribuição de cinco (5) comentários, dos quais apontaram que: o “acervo é valioso para desenvolvimento de estudos acerca do tema” (Resp.<sup>25</sup> 6), relevante principalmente na

<sup>24</sup> Objetivo específico C da pesquisa: Analisar se o acervo do DOPS/ES contribui para que o APEES, consolidasse seu papel na construção da memória social da ditadura militar no ES.

<sup>25</sup> Resp. corresponde a um dos respondentes da pesquisa, de acordo com a numeração da planilha gerada pelo Google Forms.

construção da memória capixaba, como evidenciado no Gráfico 8. Ressaltando que 100% (23) dos sujeitos opinaram positivamente sobre a relevância da memória.

Gráfico 8 - Escala sobre construção da memória social da ditadura militar



Fonte: Pesquisa Memória Reveladas, Acervo DOPS/ES. Questão 1 – Google Forms

Desse modo, entendemos que obtivemos resposta ao objetivo específico (C) proposto na pesquisa que buscou analisar se o acervo do DOPS/ES contribui para que o APEES consolidasse seu papel na construção da memória social da ditadura militar no ES, quando 65,2%, quinze (15), dos respondentes concordaram totalmente com a premissa do objetivo.

Prosseguindo, na etapa 2 da pesquisa, as variáveis foram agrupadas em torno das categorias que, em consonância com os objetivos da pesquisa, subsidiaram a elaboração do instrumento de coleta de dados, quais sejam: na primeira parte, identificação dos sujeitos, seguimos analisando a **questão 2**, do objetivo específico D<sup>26</sup> da pesquisa, cuja abordagem norteadora discorre sobre o alcance/difusão/uso do acervo da DOPS/ES, do Projeto Memórias Reveladas, e o quanto ele pode contribuir para construção de identidades sociais de grupos. O resultado apontou que 47,8%, onze (11), dos respondentes acreditam na contribuição do acervo da DOPS na construção de identidade de grupos sociais. Nesse sentido, o posicionamento de que “[...] aqueles que não aprendem com o passado, são condenados a revivê-los, não como uma tragédia<sup>27</sup>, mas, como uma farsa” (STAMPA, 2020, p. 7). Daí, a importância social de salvaguardar e disponibilizar o acervo à sociedade.

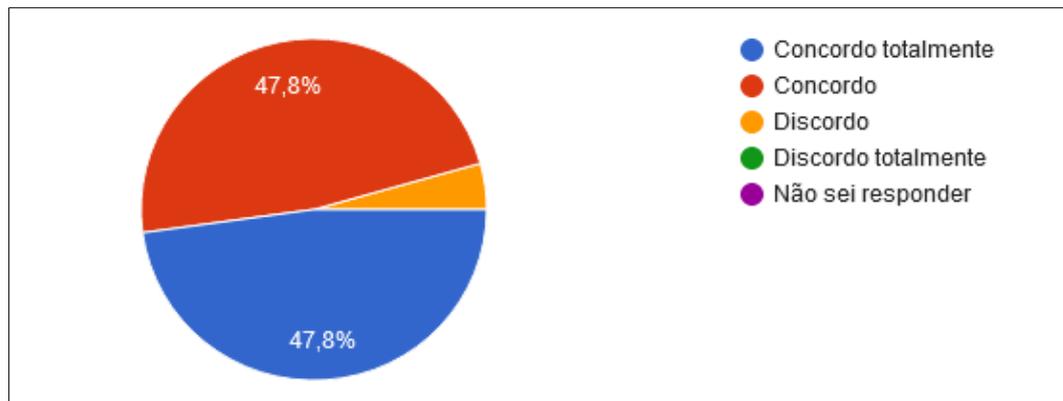
Cabe apontar que, do total de respondentes, 95,6%, vinte e dois (22), deles, tal qual no contexto anterior, também concordam ou concordam totalmente com a

<sup>26</sup> **Objetivo específico D** da pesquisa: Identificar se Projeto Memórias Reveladas da (DOPS/ES) aumentou a demanda sobre a ditadura militar no APEES

<sup>27</sup> Nesse caso a ditadura militar (grifo nosso).

contribuição do acervo para identidade, contudo, 4,3%, um (1), dos respondentes afirma discordar da prerrogativa de contribuição para identidades de grupo sociais com o acervo da DOPS/ES. O resultado apontou ainda três (3) comentários, entre eles o de que “entender a luta contra a repressão” (Resp.6), perpassa pela documentação desse período. De modo geral, a maioria deles visualizam a relação entre memória, documentação histórico-social de fatos do passado, como demonstrado no Gráfico 9.

Gráfico 9 - Alcance, difusão e uso do acervo da DOPS/ES



Fonte: Pesquisa Memória Reveladas, Acervo DOPS/ES, Questão 2 – Google Forms

Ainda na questão 2, foi possível respondermos a outro objetivo específico (D) que tinha como finalidade identificar se o Projeto Memórias Reveladas, da DOPS/ES aumentou a demanda sobre a ditadura militar no APEES. Premissa que foi alcançada quando, ao somarmos os que concordavam com os que concordavam totalmente, chegamos a **95,6%** de retorno positivo, referente aos respondentes que acreditavam que houve aumento de demanda a partir da custódia do acervo DOPS/ES.

Por outro lado, a **questão 3**, respondeu ao **objetivo geral**<sup>28</sup> da pesquisa em escala do questionário, que permitia aos sujeitos marcarem mais de uma resposta, tivemos como objetivo conhecer quais ações do APEES e de seus usuários foram fomentadas a partir do projeto Memórias Reveladas. O resultado apontou que, para os vinte e três (23) respondentes, as ações mais fomentadas pelo APEES, a partir do Projeto Memórias Reveladas, do acervo DOPS/ES, estão ligadas a publicações científicas, seguida de publicações de livros e ações educacionais, conforme evidenciado na Tabela 3. O Gráfico 10 permite melhor visualização quanto ao parecer

<sup>28</sup> **Objetivo Geral:** Diagnosticar em que medida o Projeto Memórias Reveladas da DOPS/ES, contribuiu para o fomento de discussões e produção de conhecimento sobre a história e a memória da ditadura militar entre 2009 e 2020.

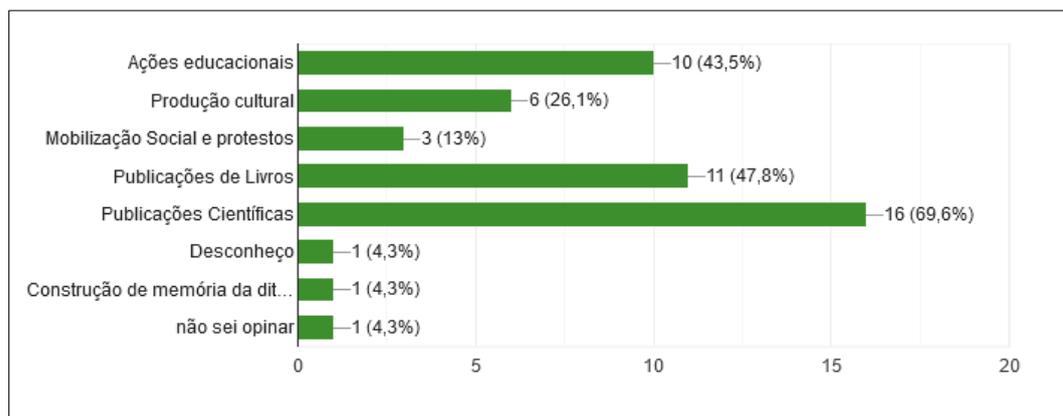
dos respondentes, em percentual.

Tabela 3 - Ações a partir do acervo DOPS/ES na visão dos respondentes

Ações	Mais pontuadas
Publicações científicas	16
Publicações de livros	11
Ações educacionais	10
Produção cultural	6
Mobilização social e protestos	3
Construção de memória da ditadura militar	1
Não souberam opinar e desconhecem ações	1
Desconheço	1
<b>Total</b>	<b>49</b>

Fonte: Elaborada pela autora, baseada no resultado da pesquisa, baseado na questão 3 do forms

Gráfico 10 - Ações a partir do acervo DOPS/ES em porcentagem



Fonte: Elaborada pela autora da pesquisa baseado na questão 3 do Google Forms

Ao analisar os comentários dos respondentes à questão, identificamos que há consciência de produções a partir do acervo, quando tivemos quarenta e sete (47) sinalizações de ações, contudo, ainda existe desconhecimento quanto à custódia do acervo DOPS/ES, pelo APEES. Conforme comentário de um dos sujeitos: “Desconheço a existência do acervo e qualquer ação e seus resultados baseada nesta documentação. Nem sabia que havia documentos do DOPS no Arquivo” (Resp.11). Por outro lado, outros dois respondentes demonstraram conhecimento e utilização do acervo, quando em comentários pontuaram que: “A definição de um arranjo arquivístico e a utilização da NOBRADE nas descrições dos fundos custodiados pelo APEES” (Resp.8).

Percebemos, ainda, a utilização do acervo na produção de “Pedro Ernesto Fagundes, Memórias silenciadas: inventário temático dos panfletos, cartazes e publicações confiscadas pela Delegacia de Ordem Política e Social do Estado do

Espírito Santo. DOPS/ES (1930-1985) / Pedro Ernesto Fagundes. – Vitória: Secretaria de Estado da Cultura (SECULT); Arquivo Público do Estado do Espírito Santo (APEES), 2012” (Resp.22), como apontado em respostas do questionário aplicado. Nesse sentido, podemos concluir que a elaboração desta pesquisa contribuirá para aumentar visibilidade do acervo junto à comunidade acadêmica e na sociedade como um todo.

Visto que, embora grande parte dos sujeitos tenham ciência do acervo DOP/ES e ações fomentadas com eles, o mesmo não ocorre quanto a sua relevância na construção de memória relacionada à ditadura militar com apenas 4,3%, uma (1) pessoa, acreditando nessa ação, e 13%, três (3), dos respondentes participantes acreditam na mobilização social e protesto, a partir do acervo DOPS/ES, embora o conteúdo documental evidencie a existência de violação de direitos sociais ocorridos no período.

Nesse sentido, fica claro que grande parte dos sujeitos, compartilham do mesmo parecer quanto às ações que foram e podem ser desenvolvidas com o projeto Memórias Reveladas, 12 anos após a liberação e encaminhamento da documentação produzida pelas DOPS em todo o país, para as Entidades Arquivísticas Públicas. Dessa forma, podemos inferir que os documentos das extintas DOPS, incluindo a DOPS/ES, ainda têm o poder de exercer influência sobre o aspecto histórico da ditadura militar no Brasil, impactando também na construção da memória social. Mesmo inativos, exercem influência sobre o aspecto histórico da ditadura militar na sociedade do Estado. Contudo, precisam de maior visibilidade, na promoção da riqueza informacional neles contidos.

### 6.3 PRODUÇÕES RELACIONADAS À MEMÓRIA SOCIAL, DOCUMENTO E DITADURA, VIA DOPS/ES

Seguindo na avaliação dos dados da pesquisa, ressaltamos que a **questão 4** do questionário respondeu ao objetivo específico B<sup>29</sup> do projeto e que tal inferência está pautada no resultado obtido, quando foram instigados a dizer, segundo a escala (concordo totalmente, concordo, discordo, discordo totalmente e não sei responder),

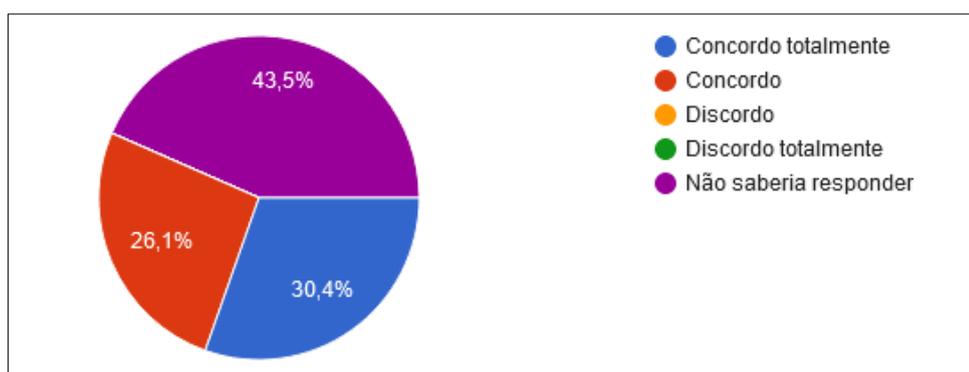
---

<sup>29</sup> Objetivo específico B: Apresentar as produções científicas das temáticas associadas à memória social, documento arquivístico e ditadura militar, a partir do acervo da DOPS/ES.

referente ao período compreendido entre 2009 e 2020, se houve expansão de demandas de pesquisadores, comunidade e cientistas ao APEES, desde que passou a custodiar o acervo da DOPS/ES.

O resultado obtido apontou que 43,5%, dez (10) deles, afirmaram não saber responder, enquanto 30,4%, sete (7), concordaram totalmente com o aumento de demandas ao Arquivo, no período. Apenas 26,1%, seis (6) deles, posicionaram-se de acordo, ou seja, concordaram que a demanda aumentou no período, conforme evidencia o Gráfico 11.

Gráfico 11 - Expansão de demandas de pesquisa no APEES



Fonte: Elaborado pela autora da pesquisa, baseado na questão 4 do Google forms

Apesar do desconhecimento dos sujeitos em relação às demandas históricas do acervo DOPS/ES, evidenciado na questão 4, De Hollanda (2021, p.179), afirma que “as fontes históricas, portanto, não têm apenas valor heurístico, sendo de interesse exclusivo do meio acadêmico, mas elas subsidiam processos ativos que se desenrolam no seio dos movimentos sociais”. Dessa forma, podem contribuir para novos debates e visões acerca de determinada memória social no que tange a violações de direitos, não apenas como ocorrido na ditadura.

A priori, a coleta de dados resultante da questão 5, sobre os diversos usos que o acervo da DOPS/ES pode ter, respaldou os objetivos específicos C<sup>30</sup> e D<sup>31</sup> da pesquisa. Vale ressaltar que, por se tratar de uma questão de múltipla escolha, constatamos que 87%, vinte (20), dos respondentes assinalaram a alternativa “Construção de Memória Social”, como um dos principais usos da documentação da DOPS/ES, seguido da “Pesquisa Histórica”, apontada por 82,6%, dezenove (19), dos

<sup>30</sup> **Objetivo específico C:** Analisar se o acervo do DOPS/ES contribui para que o APEES consolidasse seu papel na construção da memória social da ditadura militar no ES.

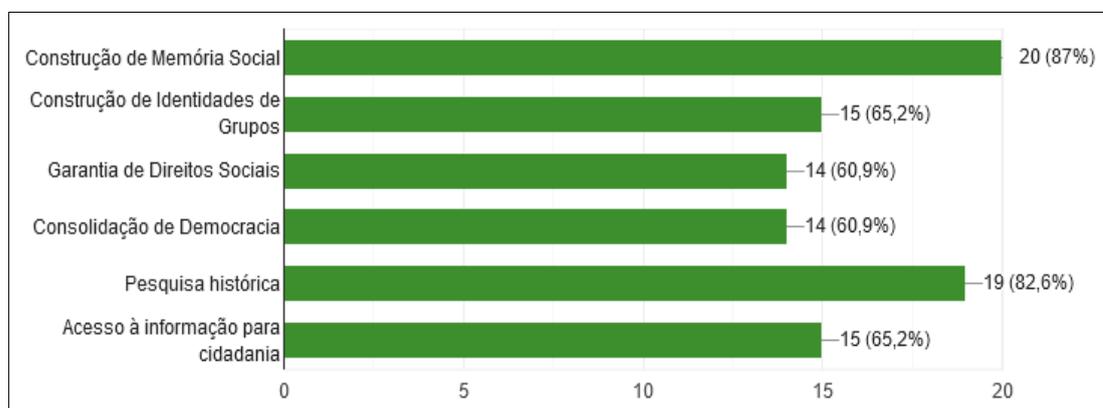
<sup>31</sup> **Objetivo específico D:** Identificar se Projeto Memórias Reveladas da (DOPS/ES) aumentou a demanda sobre a ditadura militar, no APEES.

respondentes. Outros 65,2%, quinze (15) deles, acreditam que o uso para a “Construção de Identidades de Grupos” e o “Acesso à Informação para a Cidadania” pode ser fomentada com o acervo, como evidencia o Gráfico 5 e o comentário do **Respondente 16**, quando diz:

Muito interessante o projeto, acredito que é importante sim para preservar a memória histórica (tanto da história brasileira como da história capixaba) e fortalecer a consciência coletiva quanto ao peso da repressão na história recente do Brasil, bem como permite fortalecer um sentimento de cidadania, que ainda não é predominante na sociedade brasileira (RESP. 16).

Ainda analisando os dados da pesquisa em relação ao não uso do acervo DOPS/ES, constatamos que a garantia de direitos sociais e consolidação da democracia, a partir de acervos históricos como os da ditadura, ainda são pouco aproveitados, mesmo que estejam disponíveis para utilização da sociedade. O resultado evidencia que quatorze (14) dos respondentes consideram essas ações. Nesse sentido, o entendimento quanto ao uso do acervo, na questão 5, ficou explícito, dado que não tivemos nenhum comentário que agregasse algum outro fator, como comprova o Gráfico 12.

Gráfico 12 - Principais Usos do Acervo DOPS/ES, em porcentagem.



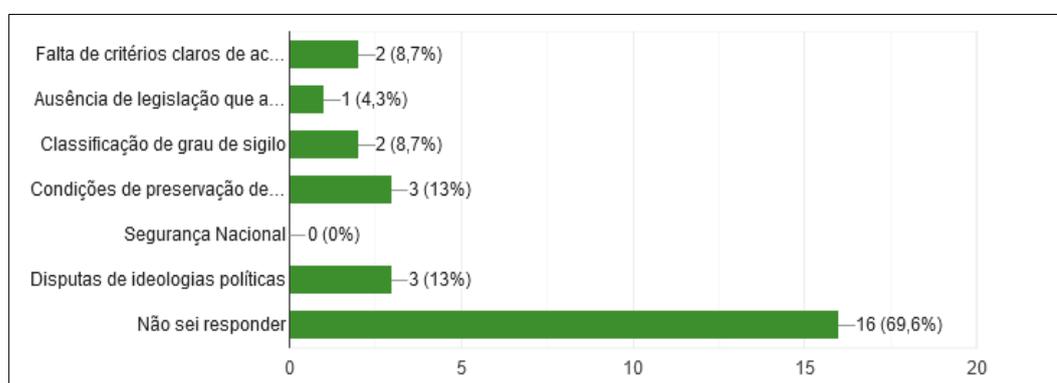
Fonte: Elaborado pela autora, baseado na questão 5 do Google Forms

#### 6.4 CONTRIBUIÇÕES DO ACERVO DOPS/ES, DO APEES, NA CONSTRUÇÃO DA MEMÓRIA SOCIAL DA DITADURA MILITAR NO ES

Em geral, observando os resultados da **questão 6** da pesquisa, sobre quais os principais obstáculos encontrados para garantir a difusão do acesso ao acervo da DOPS/ES, seguimos abordando o objetivo específico D, tal qual na questão anterior.

Desse modo, pudemos destacar que 69,6%, dezesseis (16) deles, não souberam responder sobre os obstáculos apontados na questão, quanto ao acervo da DOPS/ES. Nesse caso, a questão de múltipla escolha permitia mais de uma resposta, contudo, o resultado demonstrou que as sugestões disponíveis são desconhecidas dos participantes. Como por exemplo, a falta de critérios claros de acesso aos documentos, a ausência de legislação que amparasse o acesso à documentação, classificação de grau de sigilo, condições de preservação de acervo, segurança Nacional e disputas de ideologias políticas, conforme aponta Gráfico 13.

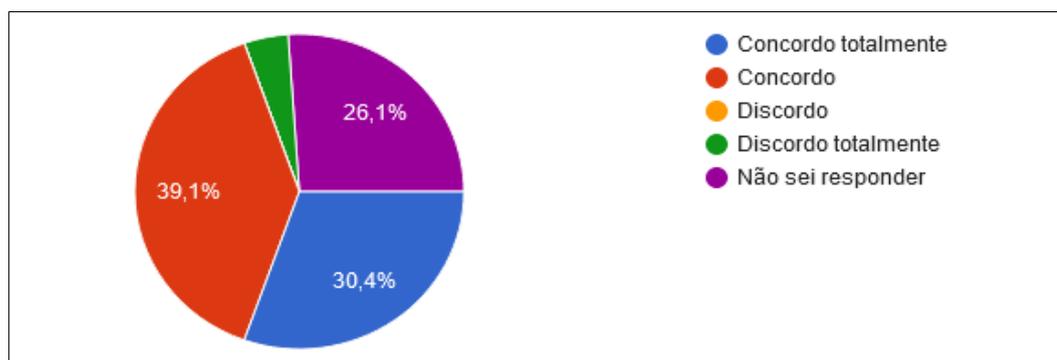
Gráfico 13 - Principais obstáculos do Acervo DOPS/ES



Fonte: elaborado pela autora baseado na questão 6, a partir do Google forms

Na **questão 7**, considerando a importância e a confiabilidade dos respondentes em relação aos serviços prestados pelo APEES, os objetivos específicos C e D da pesquisa foram ratificados. Quando buscamos também identificar na visão dos sujeitos, se eles concordavam que o projeto Memórias Reveladas, aumentou a visibilidade da entidade junto à sociedade Capixaba. Após análise das respostas, acreditamos que a visibilidade cresceu, pois, somando os sujeitos que concordam totalmente, 30,4% – sete (7) deles, com os que concordavam, 39,1% – nove (9), com a ideia estabelecida na questão, alcançamos 69,5%, dezesseis (16), dos respondentes; 26,1%, seis (6) deles, não souberam responder; e apenas 4,3%, um (1) deles, discordaram totalmente que o Acervo da DOPS/ES tenha de algum modo contribuído para expandir a visibilidade. Como sublima o Gráfico 14.

Gráfico 14 - Aumento da visibilidade do APESS com o DOPS/ES



Fonte: elaborado pela autora baseado na questão 7, a partir do Google forms

34,7%, sete (7), dos respondentes que discordaram ou não souberam responder encaixam-se no contexto defendido por Rosa (2018, p. 5), quando afirma “que a falta de divulgação pelas mídias da área resulta em uma falta de familiaridade da sociedade” com os serviços prestados pelo Arquivo, nesse caso, a partir do acervo DOPS/ES. Assim, apesar do potencial informacional que representa a documentação das delegacias, potencializar a divulgação e utilização desse acervo não é tarefa fácil, porém, ao longo dos anos, pesquisas como esta tem aproximado a sociedade da Arquivologia e do seu papel social, como é o caso da memória da ditadura.

Contudo, destacamos que, apesar do desconhecimento, não foi registrada nenhuma alternativa em que discordavam ou discordavam totalmente de que a visibilidade do APEES poderia não ter crescido, a partir de 2009, por se tratar de uma a instituição consolidada há mais de cem anos no Estado, o que a legitima ser vista como custodiadora do acervo da DOPS/ES.

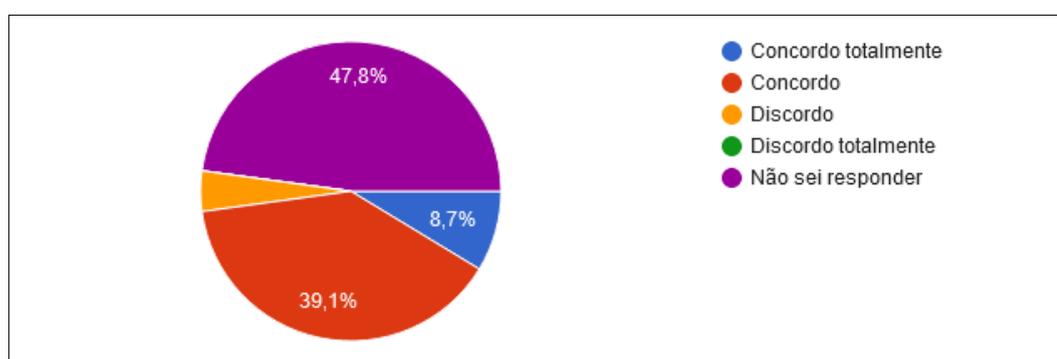
Vale lembrar que o instrumento de pesquisa aplicado, questionário, permitia aos respondentes a possibilidade de comentários complementares. Nesse sentido, um dos respondentes (Resp.15) afirma que “apesar da questão delimitar apenas a sociedade capixaba, ele acredita ser difícil mensurar”. E, acredita que “o impacto do projeto Memórias Reveladas da DOPS/ES na visibilidade do APEES possa ter ocorrido em grupos específicos da comunidade acadêmica”. O que justifica o resultado significativo de 26,1%, seis (6), dos participantes sinalizarem que não sabiam responder sobre a premissa colocada em questão.

Seguindo com a pesquisa, os objetivos específicos, como o D<sup>32</sup>, da **questão 8**,

<sup>32</sup> Objetivo específico D: Identificar se Projeto Memórias Reveladas da (DOPS/ES) aumentou a demanda sobre a ditadura militar no APEES.

se propuseram a avaliar, na visão dos respondentes, se eles concordavam que os usuários do APEES estariam satisfeitos com os serviços prestados. Analisando os dados coletados, constatamos que 47,8%, onze (11), dos participantes assinalaram não saber responder à questão; nesse ponto, concordamos com Figueiredo (1983, p. 46), quando afirma que muitos usuários “não têm conhecimento sobre fontes de informação, como utilizá-las e quais serviços estão disponíveis para auxiliá-los em seus problemas de informação e de tomada de decisão”. E, no que tange ao período de repressão ocorrido durante a ditadura, o acesso aos serviços e documentos é ainda mais desconhecido por grande maioria da sociedade, fato evidenciado neste trabalho, conforme mostra o Gráfico 15.

Gráfico 15 - Satisfação dos Usuários do APESS com serviços prestados



Fonte: Elaborada pela autora baseado na questão 8, durante a pesquisa via Google Forms

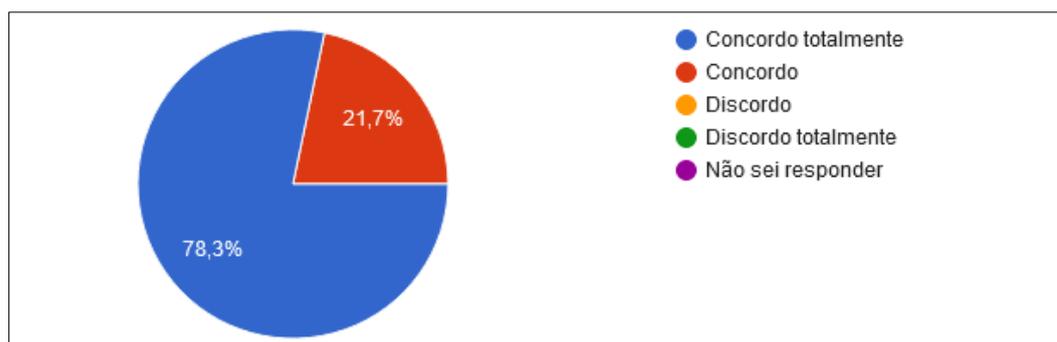
Em continuidade a análise das respostas à **questão 8**, os dados foram organizados de modo que também pudessem levantar o grau de satisfação com os serviços prestados pelo APEES, quando passou a custodiar o acervo da DOPS/ES. Nesse sentido, os trabalhos do Arquivo foram avaliados e os resultados apontaram que 39,1%, nove (9), dos respondentes concordaram totalmente e ainda 8,7%, dois (2) deles, concordavam com a premissa, totalizando 47,82%, onze (11), dos usuários se dizendo satisfeitos com os serviços prestados, em oposição a 4,5%, um (1), ter opinado contrariamente que os usuários estivessem satisfeitos. Tal resultado levou-nos a concluir que a discordância se deve à “inexistência de divulgação dos propósitos da instituição e, logo, o que encontrar ali”<sup>33</sup> como pontuado por um respondente, no item 12 do final da pesquisa, em espaço destinado a apontamentos, contribuições, críticas ou sugestões dos participantes.

<sup>33</sup> Resp.11

## 6.5 O ACESSO À INFORMAÇÃO E A VALIDAÇÃO DO APEES ENQUANTO ESPAÇO DE MEMÓRIA COM A DOPS/ES

Nessa fase da pesquisa, buscamos identificar se, na visão dos respondentes o APEES era tido como um espaço de memória do Estado do Espírito Santo. Nesse ponto, a **questão 9**, consolida o objetivo geral e o específico C, da pesquisa. O resultado apontou unanimidade entre os sujeitos, quando 78,3%, dezoito (18) deles assinalaram concordarem totalmente que o APEES seja um lugar de memória. Ratificado ainda por 21,7%, cinco (5), respondentes que também concordaram com a proposta da questão. De posse dos indicadores, é possível dizer que Arquivo e Memória estão bem delimitados na concepção dos pesquisadores e da sociedade, que têm no Arquivo um lugar onde as memórias estão preservadas. Como demonstrado no Gráfico 16.

Gráfico 16 - O APEES como lugar de memória



Fonte: Elaborada pela autora, baseado na questão 9, durante a pesquisa via Google Forms

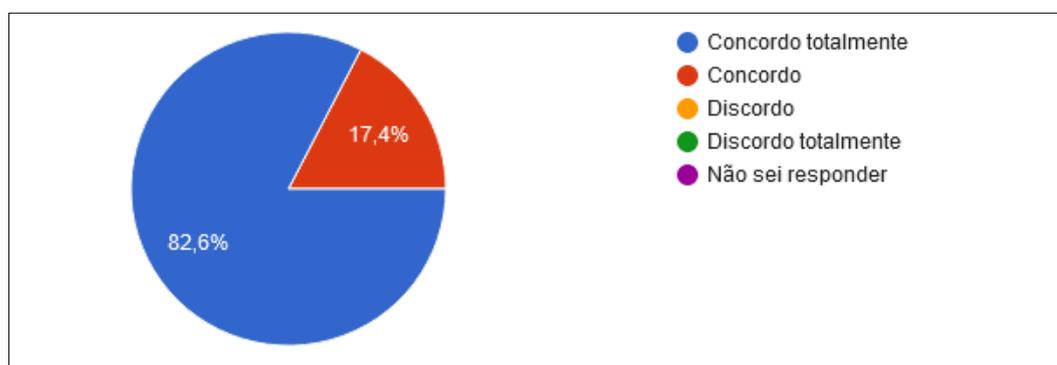
Quando analisamos o objetivo específico C da pesquisa, que no questionário tinha como finalidade avaliar se o acervo da DOPS/ES contribuiu para que o APEES consolidasse seu papel na construção da memória social da ditadura militar no ES, os respondentes foram praticamente unânimes, quando dezoito (18) deles afirmaram que concordavam totalmente com a premissa estabelecida na questão, enquanto apenas cinco deles optaram por concordar com a ideia sugerida.

Da mesma forma, seguimos com a análise dos dados, contextualizando o objetivo específico A<sup>34</sup> da pesquisa, que visava apresentar a DOPS enquanto órgão de Estado, que reprimia para manter o poder, através do uso de ferramentas para

<sup>34</sup> **Objetivo específico A:** Apresentar o DOPS enquanto órgão de Estado, que reprimiu para manter o poder, através do uso de ferramentas para silenciar e forçar o esquecimento

silenciar e forçar o esquecimento. Nesse sentido, a **questão 10** do instrumento de pesquisa visava saber se a preservação de acervos históricos como o da DOPS/ES contribuiu para o fortalecimento do direito do cidadão ao acesso à informação e, assim, revogar o esquecimento imposto pela DOPS/ES, continuado no cenário político atual de negacionismo. O resultado apontou que um total de 82,6%, dezenove (19), dos respondentes confirmou a assertiva de repressão por parte da DOPS/ES, enquanto 17,4%, quatro (4), deles concordaram com a premissa da questão. Desse modo, pudemos considerar que 100%, vinte e três (23), dos respondentes ratificaram o objetivo da pesquisa, como demonstrado no Gráfico 17.

Gráfico 17 - A Contribuição do acervo da DOPS/ES ao acesso à informação



**Fonte:** Elaborada pela autora baseado na questão 10, durante a pesquisa via Google Forms

Destaca-se ainda que, na visão dos respondentes, a preservação de acervos históricos, como os da DOPS/ES, contribui para o fortalecimento do direito do cidadão ao acesso à informação. Nesse sentido, a afirmativa é ratificada por um dos comentários que constam no final do formulário, quando um respondente afirmou que:

“Esse projeto veio em uma época de disputas acirradas das memórias da ditadura, onde o negacionismo é as fake news tem permeado as redes sociais causando confusão e conflitos ideológicos, então é um projeto com relativa importância social e histórica” (RESP.14).

Nesse sentido, cabe depreender que o acesso a informações do período da ditadura, como as do acervo DOPS/ES, apesar de ser um direito, ainda é pouco conhecido para a sociedade capixaba.

Cabe destacar ainda o apontamento feito por outro respondente no final do questionário, quando afirma que: “A questão da preservação é fundamental para a salvaguarda do patrimônio documental para as futuras gerações, todavia, não garante isoladamente de outras atividades o acesso à informação” (Resp.22), ao referir-se ao

acervo da DOPS/ES, em questão na pesquisa.

Caminhando para o fim da análise dos dados sinalizados na pesquisa com a **11ª e última questão**, cujo objetivo proposto era o de assinalar se os respondentes concordavam que o projeto Memórias Reveladas possibilitou alguma mudança de visão sobre a ditadura militar no Brasil e, ao responder o objetivo específico C<sup>35</sup>, identificar em que medida o Projeto Memórias Reveladas da (DOPS/ES) contribuiu para o fomento de discussões e produção de conhecimento sobre a história e a memória da ditadura militar, entre 2009 e 2020. Tal inferência é ratificada na visão de um respondente, quando afirma que: “este assunto sempre foi cercado de censura e trazer à tona isso, quem ganha é toda a sociedade” (Resp.17).

Desse modo, os resultados apontaram que somente 4,3%, um (1), respondente discordava da premissa de que o projeto Memórias Reveladas possibilitou alguma mudança de visão sobre a ditadura militar no Brasil. Enquanto 8,7%, dois (2), deles não souberam opinar sobre a questão. Em contrapartida, se somarmos os 60,9%, quatorze (14), deles que concordaram que o acervo do DOPS/ES contribuiu para que o APEES consolidasse seu papel na construção da memória social da ditadura militar no ES com os 26,1%, seis (6), que concordaram totalmente com a premissa, alcançamos 87%, vinte (20), de respondentes que compreendem a relevância do projeto para a memória da ditadura no país, bem como o valor do Arquivo na preservação e divulgação dessa documentação, demonstrando que apenas 13%, três (3), deles posicionaram-se contrários à ideia da pesquisa, como evidencia a Tabela 4, e é mais bem visualizado no Gráfico 18.

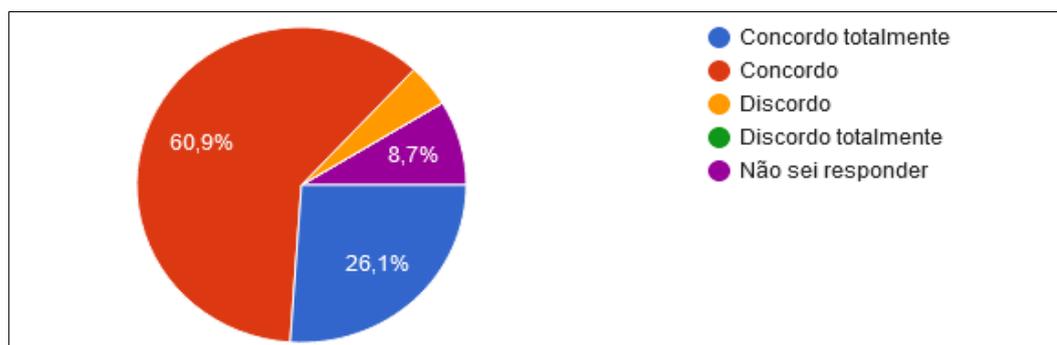
Tabela 4- Indicação de concordância, Mudança de visão sobre ditadura a partir do Memórias Reveladas

Concordância	Número Absoluto		Número Relativo %
Discordam	1		4,3%
Não souberam responder	2		8,7%
Concordam	14	60,9%	87%
Concordam totalmente	6	26,1%	
<b>Total de respondentes</b>	<b>23</b>		<b>100%</b>

Fonte: Elaborada pela autora baseado na 11ª questão, durante a pesquisa via Google Forms

<sup>35</sup> **Objetivo específico C:** Analisar se o acervo do DOPS/ES contribuiu para que o APEES, consolidasse seu papel na construção da memória social da ditadura militar no ES.

Gráfico 18: Mudança de visão sobre ditadura a partir do Memórias Reveladas



Fonte: Elaborada pela autora, baseado na 11ª questão, durante a pesquisa via Google Forms

Nessa perspectiva, ante todas as abordagens demonstradas na análise dos resultados, em face das respostas dadas pelos sujeitos no formulário, de modo geral, entende-se que estas sugerem a necessidade do APEES repensar as suas estratégias de divulgação, visando atingir uma maior parcela da sociedade capixaba, em relação ao acervo em potencial sob sua custódia. Nesse sentido, um respondente justifica o desconhecimento do acervo DOPS/ES ao afirmar que: “Acredito que a sociedade em geral não saiba da existência do arquivo público estadual como local de consulta e o que há ali, em função de inexistência de divulgação dos propósitos da instituição e, logo, o que encontrar ali” (RESP.11).

A inferência de necessidade de aumentar a divulgação e visibilidade do APEES, seja na custódia do acervo da DOPS/ES, seja em relação à riqueza de memória social sob sua guarda, é ratificada ainda quando o respondente da pesquisa reafirma que:

Somente pesquisadores interessados sabem da existência do arquivo e seu propósito. Mas, dentre o universo do público diretamente interessado no arquivo, nem todos sabem o universo documental, muito menos a existência desse arquivo, caso o tema não seja de interesse de pesquisa, como é o meu caso”. (RESP. 11)

Considerando a maturidade e confiabilidade dos respondentes para com o APEES, enquanto custodiador do acervo da DOPS/ES, acreditamos que o objetivo principal deste estudo foi alcançado, prerrogativa endossada por um desses respondentes, ao pontuar que “este assunto ditadura militar (grifo nosso) sempre foi cercado de censura e trazer à tona isso, quem ganha é toda a sociedade” (RESP.17).

Nesse sentido, acreditamos que, a partir da implantação das CNV's, foi possível aprofundar o trabalho relativo à justiça de transição, bem como visualizar políticas públicas direcionadas à consolidação e preservação da memória relacionada à

documentação histórica referente ao período da ditadura militar no Brasil. Stampa (2020, p.165) pondera que esse novo cenário do “período ditatorial que vem repercutindo social, política e simbolicamente dentro e fora da academia”. É o que nos foi mostrado no resultado da pesquisa Memórias Reveladas, da DOPS/ES. Embora tenhamos obtido resultados positivos com o estudo, ressaltamos que as contribuições advindas com o acervo DOPS/ES não se esgotam com essa dissertação, tendo ainda um caminho a ser percorrido.

Ressaltamos que em uma das questões abertas do questionário, constatamos o quanto a temática pode ser estendida, quando 21,7%, cinco (5) dos respondentes parabenizaram-nos pela iniciativa em abordar temas como esse, mesmo já tendo passado mais de duas décadas dos registros encontrados na documentação da DOPS/ES. Um dos respondentes pontuou que: “O item sete delimita a sociedade capixaba, porém acho difícil mensurar. Acredito que o impacto do projeto na visibilidade do APEES possa ter ocorrido em grupos específicos da comunidade acadêmica” (RESP.15).

Nesse sentido, existe ainda, por exemplo, a oportunidade de se trabalhar e mensurar os impactos causados pela ditadura à sociedade capixaba, na atualidade, por considerarmos que são muitos. Contudo, é possível depreender que passos como o projeto Memórias Reveladas, do APEES, sejam relevantes na construção social da memória da ditadura no Estado. Esse posicionamento pode ser ratificado com o comentário a seguir:

“O acervo da Delegacia de Ordem Política e Social do Espírito Santo (DOPS/ES) também deve ser levado para fora da academia, principalmente para escolas de ensino fundamental e médio. Trata-se de um acervo que enriquece o diálogo com alunos e professores sobre temas ligados ao contexto autoritário brasileiro. É, portanto, fundamental para possibilitar o surgimento de uma nova geração interessada na história local e consciente de como **é importante compreender de forma crítica os acontecimentos que marcaram a história do país**” (RESP.22, grifos do respondente).

Destacamos, ainda, que no quesito avaliativo da pesquisa foi possível constatar que o acervo DOPS/ES, tende a ser mais procurado, tomando como base a fala do respondente que fez a seguinte inferência: “a grande questão é a continuidade do projeto memórias reveladas durante essa atual gestão presidencial. Estamos em paralisia, talvez até retrocesso” (RESP.9). Contudo, acreditamos que, caso haja mudança de governo, o acervo tende a ser demandado mais vezes. Nessa perspectiva, há muito que se trabalhar sobre temática, tanto na Ciência da Informação

como nas demais áreas do conhecimento, como sociologia, história, direito, comunicação, entre outras. Isso porque a pesquisa traz, de algum modo, contribuições assertivas para a sociedade sobre a memória da ditadura e suas “sequelas”, que são minimizadas desde que o projeto memórias reveladas passou a vigorar em 2009, em todo o país.

Assim, finalizamos o questionário com o item 12, agradecendo aos participantes e deixando aberto um espaço para apontamentos, alguns dos quais foram citados ao longo da dissertação. Vale enfatizar que a grande maioria deles parabenizou-nos pela iniciativa de trabalhar a temática relacionada à ditadura militar no Estado, via acervo DOPS/ES, do projeto Memórias Reveladas, do APEES. Inclusive, um deles ressalta que, em visita ocorrida em 2013 para realização de uma pesquisa de mestrado, já na época pode observar “que os dossiês já estavam em estado avançado de organização” (RESP.10).

Desse modo, acreditamos que salvaguardar a documentação do período da ditadura no Arquivo corrobora para que se tenha acesso à memória e a verdades que muitos não querem lembrar, ou melhor, insistem em esquecer, e, se possível, até mesmo apagá-las, como ocorreu com alguns documentos das DOPS, no Brasil, antes do Memórias Reveladas.

Ainda nesse contexto, ressaltamos que além dos resultados alcançados com a aplicação do questionário, tivemos a oportunidade de conversar com um ex-delegado da DOPS/ES, Dr. Antonio Claudio Guerra, que esteve à frente da delegacia por dois anos (1975 a 1977). Ele pontuou que:

...Eu vivi e participei dos eventos, e através do livro *Memorias de uma Guerra*<sup>36</sup> Suja, tentei mostrar o que aconteceu, com um único intuito de através da verdade houvesse uma conciliação entre as partes, pois jovens e outros foram usados por governos estrangeiros para implantar um regime socialista no Brasil, e as Forças Armadas e a sociedade brasileira reagiram. E aí nosso País passou a viver um momento negro de sua histórias, com erros de ambas as partes, irmão matando irmão! (Cláudio Guerra, ex-delegado da DOPS/ES).<sup>37</sup>

A fala do ex-delegado ratifica a percepção de que o Projeto Memórias Reveladas não surgiu hipoteticamente no contexto nacional, mas, como uma forma de ressignificar a existência de sujeitos no mote teórico de suas convicções, num

---

<sup>36</sup> Memórias de uma Guerra Suja é um livro de autoria de Rogério Medeiros e Marcelo Netto com depoimentos do ex-delegado do DOPS, Cláudio Guerra, lançado em 2012.

<sup>37</sup> Consideração feita via conversa por meio eletrônico WhatsApp e e-mail com a autora da pesquisa.

contexto em que a atuação dos militares, durante a ditadura, tinha como objetivo evitar ações comunistas no país. Assim, tem-se a intenção de contar a história e memória a partir da visão dos que de algum modo resistiram ao regime sob torturas variadas e, até hoje, lutam pelo reconhecimento de direitos e reparo dos danos causados durante a ditadura militar. Mesmo sendo vistos como perdedores, na visão de alguns que aprovaram o projeto Memórias Reveladas, em 2009.

Contudo, cabe ressaltar sempre que Cláudio Guerra foi um agente da repressão política, que confessou inúmeras vezes que assassinou oponentes da ditadura, que participou diretamente de ações que culminaram no desaparecimento e a ocultação de cadáveres. Ou seja, ele foi uma pessoa que atuou dentro da repressão política. Dessa maneira qualquer opinião dele está comprometida pelo fato de ele ter atuado diretamente dentro da repressão política. Então a análise que ele faz, hoje, primeiro do papel da oposição da ditadura militar, que ele chama de comunistas, e, depois, a interpretação que ele faz “dele como alguém que ele está combatendo o comunismo” é algo que deve ser contextualizado naquele momento e relativizado no tempo presente.

O ex-delegado, portanto, foi um sujeito que atuou diretamente na repressão política, foi anistiado pela anistia de 1979, e hoje refaz as suas memórias e tenta de certa maneira apagar o seu papel como executor na ditadura militar, assinalando uma falsa simetria entre os crimes que ele cometeu e as ações políticas nas oposições armadas à ditadura militar. Assim sendo, devemos sublinhar que as suas posições/opiniões são extremamente tendenciosas e deve sempre se levar em consideração esse ponto. Claudio Guerra foi agente da repressão política que atuou intensamente durante a ditadura militar. Nesse sentido, tal inferência pode ser respaldada em Sarlo (2007, p. 58-59), quando, referindo-se a declarações de sujeitos referentes a lembranças e esquecimento, relata serem

[...] composto daquilo que um sujeito permite ou pode lembrar, daquilo que ele esquece, cala intencionalmente, modifica, inventa, transfere de um tom ou gênero a outro, daquilo que seus instrumentos culturais lhe permitem captar do passado, que suas ideias atuais lhe indicam que deve ser enfatizado em função de uma ação política ou moral no presente, daquilo que ele utiliza como dispositivo retórico para argumentar, atacar ou defender-se, daquilo que conhece por experiência e pelos meios de comunicação, e que se confunde, depois de um tempo, com sua experiência (SARLO, 2007, p. 58-59).

De Hollanda (2021, p. 176) enriquece os apontamentos, ao afirmar que “ao

apagar o conteúdo de um lugar, produz-se o silenciamento da memória traumática, promove-se a alienação coletiva”. Nesse sentido, podemos concluir que pesquisa como esta tende a diminuir o impacto do silenciamento referente à ditadura, bem como enobrecer e aumentar a visibilidade dos arquivos e seu papel social de difusão e de memórias.

## 7 CONCLUSÃO

Esta dissertação teve como questão norteadora o Projeto Memórias Reveladas, do acervo DOPS/ES, a partir de sua custódia pelo Arquivo Público do Estado do Espírito Santo, bem como sua contribuição no papel social dessa entidade na validação de uma certa memória da ditadura militar, no período compreendido entre 2009 e 2020, quando a documentação já tratada e acondicionada passou a ser disponibilizada à sociedade para inúmeros fins.

Ao longo de todo o estudo, realizamos um levantamento em bancos de dados e repositórios da ciência da informação, livros, dissertações e teses que, de algum modo, tratassem da temática proposta sobre o acervo DOPS e a memória da ditadura militar. Enfim, material que pudesse nos fornecer perspectivas cronológicas acerca do objetivo proposto.

Vale lembrar que a pesquisa foi enriquecida com a aplicação de um questionário, respondido por vinte e três (23) pessoas. Esse questionário era composto de doze (12) questões, que abordaram o problema de pesquisa sobre a contribuição do Arquivo na construção de memória, bem como de tópicos relativos aos objetivos gerais e específicos, cuja abordagem contemplava, entre outros pontos, o fomento e discussões sobre a produção do conhecimento em relação à memória da ditadura militar, via acervo DOPS/ES. O cenário estudado era o da repressão de liberdade, silenciamento, esquecimentos, apagamentos, entre outras ações ditatoriais fomentadas pelo órgão de repressão do Estado. Foi-nos possível, diante disso, coletar dados relevantes para o estudo em questão e futuros trabalhos sobre a memória da ditadura militar, no Campo da CI.

Foi possível, também, observar a aplicabilidade e o potencial que tem o acervo da DOPS/ES, do APEES, para a elaboração de pesquisas, produtos e serviços, prestados desde sua participação signatária no projeto, a partir de 2009. A realização deste trabalho abordou especificamente o período compreendido entre os anos de 2009 e 2020. Os resultados coletados no questionário mostrou-nos o quanto o Projeto Memórias Reveladas potencializou os serviços prestados pelo APEES, instituição respeitada no cenário capixaba, devido a sua longevidade, tendo logrado êxito desde sua constituição no século passado.

A pesquisa destacou o relevante o papel do Arquivo no contexto memorialístico da ditadura militar, na medida em que os indicadores obtidos possibilitarão redefinir

e/ou planejar novas ações, voltadas à comunidade científica e relacionadas ao contexto político-social de instituições arquivísticas públicas, como o APEES, cujos resultados apontaram que, custodiar o acervo DOPS/ES, do Projeto Memórias Reveladas, colaborou para tornar sua identidade ainda mais sedimentada no cenário do Estado, além de o projeto ser considerado um verdadeiro divisor de águas na gestão da Instituição. Nesse sentido, parafraseando Rosa e Albuquerque (2019, p.6) “uma Arquivologia social induz a interrogar o sentido que damos aos arquivos, ao arquivista e à disciplina”.

Com efeito, ao custodiar o acervo da DOPS/ES, o APEES ratifica sua relevância no cenário atual onde as verdades das atrocidades ocorridas na ditadura são negadas, mesmo quando confirmadas as ocorrências no acervo documental do Memórias Reveladas, no Espírito Santo. Como ratificado nos relatórios da Comissão da Verdade da Ufes - CNVUfes e no relatório da Comissão Estadual da Memória e Verdade Orlando Bonfim - Cemvob, ambos trazem, como resultado de pesquisa e análise documental, evidências de torturas e atrocidades cometidas no período da ditadura militar, seladas por desaparecimentos e mortes. Desse modo, com essas prestações de serviço informacional, que resultam em produções bibliográficas, acadêmicas, eventos e projetos, constituídos a partir de seu acervo, o APEES consolida sua identidade.

Ressalta-se que o fazer arquivístico está sob o dever do Estado, que deve garantir acesso à informação, contexto no qual os arquivos públicos são referência. Os dados coletados com a aplicação do questionário semiestruturado, que responderam as questões propostas na pesquisa, ratificam tal inferência.

Desse modo, a memória, segundo Halbwachs (2006), é uma construção social coletiva. Assim, avaliamos ter sido enriquecedor dialogar sobre a temática, após dez anos de implantação do projeto em território nacional. Além de contribuir para discussão, difusão e reflexão de estudos, que se tenha no patrimônio arquivístico, como o do acervo da DOPS/ES, um recurso para que a memória social seja vista não apenas do aspecto de preservação documental, mas, sobretudo como manifestação e promoção de respeito, justiça e cidadania.

Pretende-se, igualmente, contribuir para que as produções científicas na episteme memorialística social, no âmbito da Ciência da Informação, abordem temas que contemplem a memória social da ditadura militar, tendo como fundo os Arquivos, em seu papel de disponibilizar a pesquisadores e ao público em geral os documentos

que compõem acervos de períodos ditatoriais da política no Brasil, no cumprimento de sua função de produzir conhecimento que retribua positivamente à sociedade.

Nesse sentido, esperamos que os resultados apontados nesta pesquisa corroborem para referenciar o relevante papel, relacionado à memória, que têm as instituições arquivísticas, em diferentes configurações. Que, também, demonstrem o quanto o Arquivo está apto a atender as necessidades informacionais políticas, administrativas, históricas, sociais, econômicas e culturais de um país, por se tratar de um lugar onde a memória está amparada e pronta a ser utilizada na construção de conhecimento. Tal inferência encontra respaldo quando, ao custodiar o Projeto Memórias Reveladas, o APEES estabeleceu parcerias que culminaram em importantes produções, como os Relatórios da Comissão da Verdade da UFES e o Relatório do Estado do Espírito Santo, além de inúmeros trabalhos científicos e acadêmicos. Os que os elaboram, por sua vez, fazem uso do acervo DOPS/ES.

Também esperamos que a pesquisa traga luz à instituição, no sentido de adotar procedimentos que mensurem de forma sistemática todo o relevante serviço que presta à comunidade mensalmente. Que possa coparticipar de outras produções científicas voltadas ao âmbito social, do qual todos fazemos parte, de acordo com os três paradigmas da Ciência da Informação, apontados por Capurro (2007), que são: o físico, o cognitivo e o social, este último, pouco abordado, conforme demonstrou o resultado da dissertação até o momento.

Acrescentamos que não foi identificado, como procedimento sistemático no APEES, o levantamento de indicadores de trabalhos produzidos suportados pelo Arquivo nos variados atendimentos prestados. Desse modo, pode este trabalho servir de base para uma futura tese, a fim de levantar, quantificar e descrever as produções científicas, produtos e serviços prestados pelo Arquivo, contribuindo para que a produção do conhecimento, via instituição arquivística, ocupe cada vez mais espaço no contexto social. Isso porque o resultado da pesquisa apontou que grande parte do público desconhece os serviços prestados pelo APEES, como um todo e não somente em relação ao Memórias Reveladas.

Devido à importância histórica da documentação arquivística da memória da ditadura militar, do acervo DOPS/ES, custodiada e disponibilizada ao público pelo APEES, desde a implantação do Projeto Memórias Reveladas, em 2009, acreditamos ter alcançado o objetivo proposto na pesquisa, aumentando a produção científica e a geração de novos saberes relacionados à temática memória, arquivo e ditadura militar,

principalmente no contexto da Ciência da Informação, no que tange a âmbito social do patrimônio arquivístico, que deve ser preservado. Para tanto, o nascimento e manutenção da memória, tem no Arquivo um de seus principais aliados, no combate à desinformação e na promoção da verdade que a história não apaga.

Num cenário como o atual, em que o risco à democracia é premente, cabe-nos refletir, propor e promover mudanças que julgamos essenciais na produção de novos conhecimentos voltados à conservação da memória social. Vale assegurarmos a não repetição do autoritarismo, fazendo com que os direitos humanos, civis, políticos, econômicos, sociais, culturais, direitos difusos e coletivos, sejam buscados diariamente. Para tanto, as instituições arquivísticas apresentam-se como ferramentas para o cumprimento democrático de direitos, nos quais se ampara a Ciência da Informação.

## REFERÊNCIAS

- ALDABALDE, Taiguara Villela. **Mediação cultural em instituições arquivísticas**: o caso do Arquivo Público do Estado do Espírito Santo. 2015. 221 f. Tese (Doutorado em Ciência da Informação) – Programa de Pós-Graduação em Ciência da Informação, Universidade de Brasília, Brasília, 2015. Disponível em: <<https://repositorio.unb.br/handle/10482/19742>>. Acesso em: 12 out. 2021
- ARAÚJO, Eliany Alvarenga de. A Construção Social da Informação: dinâmicas e contextos. **DataGramaZero - Revista de Ciência da Informação**, Rio de Janeiro, v. 2, n. 5, p. 1-11, out. 2001.
- ARAÚJO, C. A. ÁVILA. Teorias e tendências contemporâneas da Ciência da Informação. **Informação em Pauta**, Fortaleza, v. 2, n. 2, p. 9-34, dez. 2017. Disponível em: <<http://www.periodicos.ufc.br/informacaoempauta/article/view/20162>>. Acesso em: 6 out. 2020.
- ASSUMPÇÃO, San Romanelli. Direitos Humanos e Justiça Social: apontamentos para uma agenda de pesquisa sobre violações às liberdades básicas dos trabalhadores. **Acervo**, v. 27, n. 1, p. 83-98, jan./jun. 2014.
- ATHAYDES, Ramilles Grassi. **Documentando a subversão**: a reorganização do movimento estudantil na Universidade Federal do Espírito Santo (1976-1978). 2017. 189 f. Dissertação (Mestrado em História) – Programa de Pós-Graduação em História, Universidade Federal do Espírito Santo, Vitória, 2017. Disponível em: <[https://repositorio.ufes.br/bitstream/10/9284/1/tese\\_8694\\_Disserta%20a7%20a3o%20Ramilles%20-%20Entreque%20em%2026-10-2017.pdf](https://repositorio.ufes.br/bitstream/10/9284/1/tese_8694_Disserta%20a7%20a3o%20Ramilles%20-%20Entreque%20em%2026-10-2017.pdf)>. Acesso em: 13 jan. 2022
- BELLOTO, Heloísa Liberalli. Política de ação cultural e educativa nos arquivos municipais. **Registro**, Indaiatuba, v. 1, n. 1, p. 14-27, 2002. Disponível em: <<http://www.referenciasarquivisticas.fci.unb.br:8080/jspui/handle/123456789/1253>>. Acesso em: 6 out. 2021.
- \_\_\_\_\_. O papel instrumental dos arquivos e as qualidades profissionais do arquivista. **Ágora**, Florianópolis, n. 44, v. 22, p. 5-18, 2012. Disponível em: <<https://brapci.inf.br/index.php/res/v/13175>>. Acesso em: 18 mar. 2021.
- BRASIL. Comissão Nacional da Verdade. A criação da Comissão Nacional da Verdade. BRASIL. Relatório / Comissão Nacional da Verdade. v. 1. Brasília: CNV, 2014. p. 219 Disponível em: <[https://legislacao.presidencia.gov.br/ficha?/legisla/legislacao.nsf/Viv\\_Identificacao/lei%2012.528-2011&OpenDocument](https://legislacao.presidencia.gov.br/ficha?/legisla/legislacao.nsf/Viv_Identificacao/lei%2012.528-2011&OpenDocument)>. Acesso em: 8 jan. 2021.
- BRASIL. Comissão Nacional da Verdade. Brasília (DF), [2014]. Disponível em: <<http://cnv.memoriasreveladas.gov.br/>>. Acesso em: 11 jan. 2021.
- BRASIL. Lei nº 12.527, de 18 de novembro de 2011. Regula o acesso a informações previsto no inciso XXXIII do art. 5º no inciso II do § 3º do art. 37 e no § 2º do art.216 da

Constituição Federal; altera a Lei nº 8.112, de 11 de dezembro de 1990; revoga a Lei nº 11.111, de 5 de maio de 2005, e dispositivos da Lei nº 8.159, de 8 de janeiro de 1991; e dá outras providências. **Diário Oficial da União**, Brasília, DF, 18 nov. 2011. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato2011-2014/2011/lei/l12527.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2011/lei/l12527.htm)>. Acesso em: 21 abr. 2021.

\_\_\_\_\_. Lei 8.159 de 08 de janeiro de 1991. Dispõe sobre a política nacional de arquivos públicos e privados e dá outras providências. **Diário Oficial da União**, Brasília, 28 jan.1991. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/L8159.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L8159.htm)>. Acesso em: 30 mai. 2021.

\_\_\_\_\_. Lei 12.527, de 18 de novembro de 2011. Regula o acesso às informações. Brasília, DF: Presidência da República, 2011 Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato2011-2014/2011/lei/l12527.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2011/lei/l12527.htm)>. Acesso em: 28 mai. 2021.

BRASIL. Lei 12.528, de 18 de novembro de 2011. Cria a Comissão Nacional da Verdade no âmbito da Casa Civil da Presidência da República. **Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil**, Brasília, 18 nov. 2011. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_Ato2011-2014/2011/Lei/L12528.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2011-2014/2011/Lei/L12528.htm)>. Acesso em: 28 mai. 2021.

BRASIL. Arquivo Nacional. **Dicionário brasileiro de terminologia arquivística**. Rio de Janeiro, 2005. Disponível em: <[www.portalan.arquivonacional.gov.br/Media/Dicion%20Term%20Arquiv.pdf](http://www.portalan.arquivonacional.gov.br/Media/Dicion%20Term%20Arquiv.pdf)>. Acesso em: 10 out. 2021.

CAÇADOR, Herbert Soares. **O “Grupo dos Onze”**: repressão e anticomunismo no município de Muniz Freire-ES. 2017. 189 f. Dissertação (Mestrado em História) – Programa de Pós-Graduação em História, Universidade Federal do Espírito Santo, Vitória, 2017. Disponível em: <[https://anpuh.org.br/uploads/anais-simposios/pdf/2019-01/1548945023\\_50b1dc410af54358df7e296aa6bcf0b8.pdf](https://anpuh.org.br/uploads/anais-simposios/pdf/2019-01/1548945023_50b1dc410af54358df7e296aa6bcf0b8.pdf)>. Acesso em: 21 jan. 2022.

CAPURRO, Rafael. O conceito de informação. **Perspectivas em Ciência da Informação**, Brasília (DF), v. 12, n. 1, p. 148-207, jan./abr. 2007.

COOK, Terry; SCHWARTZ, Joan M. Arquivos, documentos e poder: a construção da memória moderna. **Revista do Arquivo Público Municipal de Indaiatuba**, Fundação Pró-Memória de Indaiatuba, Indaiatuba (SP), v. 3, n. 3, p. 15-30, jul. 2004.

CORDEIRO, Janaina Martins. **A ditadura em tempos de milagre: comemorações, orgulho e consentimento**. Rio de Janeiro: FGV, 2015. Disponível em: <<https://www.redalyc.org/pdf/2820/282053660009.pdf>>. Acesso em: 18 jan. 2021

COSTA, S. M. S. Controle de qualidade em periódicos científicos eletrônicos disponibilizados na internet: a questão do julgamento pelos pares. **Revista de Biblioteconomia de Brasília**, v. 20, n. 2, p. 227-236, jul./dez. 1996. Disponível em: <<http://hdl.handle.net/20.500.11959/brapci/77918>>. Acesso em: 25 jan. 2021.

COSTA FILHO, Cássio Murilo Alves; SOUSA, Renato Tarciso Barbosa de. Compreendendo o *records continuum*: contextualização e reflexões. **Informação Arquivística**, Rio de Janeiro, v. 6, n. 2, p. 34-60, jul./dez. 2017. Disponível em: <<https://brapci.inf.br/index.php/res/download/96364>>. Acesso em: 28 ago. 2020.

DA SILVA ARAÚJO, Claudialyne et al. O Papel Social da Arquivologia: a percepção dos arquivistas na era da informação e do conhecimento. **Ciência da Informação em Revista**, Maceió, v. 2, n. 3, p. 53-61, 2015. Disponível em: <<http://arquivistica.fci.unb.br/wp-content/uploads/tainacan-items/95269/95325/1790-8246-1-PB.pdf>>. Acesso em: 30 jul. 2021

DA SILVA TAVARES, Derek Warwick; LOUREIRO, José Mauro Matheus. Dispositivos de informação: arquivos, memórias e informação. **Transinformação**, Campinas, v. 29, n. 1, p. 73-80, 2017. Disponível em: <<https://www.redalyc.org/jatsRepo/3843/384357140007/384357140007.pdf>>. Acesso em: 12 out. 2021.

DI PIETRO, Laila Figueiredo. Ocorrências típicas de fotografias relacionadas à violação dos direitos humanos das ditaduras militares Latino-Americanas. **Encontros Bibli: revista eletrônica de biblioteconomia e ciência da informação**, Florianópolis, v. 25, p. 1-22, jan./abr. 2020. Disponível em: <<https://periodicos.ufsc.br/index.php/eb/article/view/1518-2924.2020.e67924>>. Acesso em: 3 set. 2020.

DODEBEI, Vera; FARIAS, Francisco R.; GONDAR, Jô. Apresentação. **Morpheus: Revista de estudos interdisciplinares em memória social**, Rio de Janeiro, v. 9, n. 15, p. 11-16, 2016.

FAGUNDES, Pedro Ernesto. A estrutura organizacional da Delegacia de Ordem Política e Social do Estado do Espírito Santo (DOPS/ES). **Revista Diálogos**, Maringá, v. 15, p. 293-309, mai./ago. 2011.

\_\_\_\_\_. Morte e memória. A necrofilia política da Ação Integralista Brasileira (AIB). **Varia História**, Belo Horizonte, v. 28, n. 48, p. 889-909, jul./dez. 2012. Disponível em: <<https://www.redalyc.org/pdf/3844/384434846019.pdf>>. Acesso em: 19. jan. 2021.

FERRANDO, Thays Lacerda; DE FREITAS, Lídia Silva. Documento e dispositivo: entre Bernd Frohmann e Michel Foucault. In: **XVIII ENCONTRO NACIONAL DE PESQUISA EM CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO (XVIII ENANCIB)**. Marília: UNESP, 2017. v. 18. p. 1-15.

FIGUEIREDO, N. M. de. Aspectos especiais de estudos de usuários. **Ciência da Informação**, Brasília, v. 12, n. 2, p. 43-57, jul./dez. 1983.

\_\_\_\_\_. **Método e metodologia na pesquisa científica**. 2. ed. São Caetano do Sul: Yendis, 2007.

FREITAS, Lídia Silva de. Documento e poder: uma arqueologia da escrita. **Morpheus: Revista de Estudos Interdisciplinares em Memória Social**, Rio de

Janeiro, v. 8, n. 14, p. 58-73, 2012. Disponível em:  
<<http://www.seer.unirio.br/index.php/morpheus/article/view/4830/4320>>. Acesso em:  
30 ago. 2020.

FROHMANN, Bernd. O caráter social, material e público da informação. FUJITA, M. S.; MARTELETO, R. M.; LARA, M. G. (Org.). **A dimensão epistemológica da ciência da informação e suas interfaces técnicas, políticas e institucionais nos processos de produção, acesso e disseminação da informação**. São Paulo: Cultura Acadêmica; Marília: Fundepe, 2008. p. 19-34.

\_\_\_\_\_. A documentação rediviva: prolegômenos a uma (outra) filosofia da informação. **Morpheus: Revista de estudos interdisciplinares em memória social**, Rio de Janeiro, v. 8, n. 14, p. 227-249, 2012. Disponível em:  
<<http://seer.unirio.br/index.php/morpheus/article/view/4828/4318>>. Acesso em: 11. dez. 2020.

\_\_\_\_\_. **Métodos e técnicas de pesquisa social**. 6. ed. São Paulo: Atlas, 2008.

GÓMEZ, Maria Nélide González de. As ciências sociais e as questões da informação. **Morpheus: Revista de estudos interdisciplinares em memória social**, Rio de Janeiro, v. 8, n. 14, p. 18-37, 2012. Disponível em:  
<<http://www.seer.unirio.br/index.php/morpheus/article/view/4832/4322><http://www.seer.unirio.br/index.php/morpheus/article/view/4832/4322>>. Acesso em: 27 ago. 2020.

GONDAR, Jô; DODEBEI, Vera. (Org.). **O que é memória social?** Rio de Janeiro: Contra Capa Livraria/Programa de Pós-Graduação em Memória Social da Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro, 2005.

GONDAR, Jô. Cinco proposições sobre memória social. **Morpheus: Revista de estudos interdisciplinares em memória social**, Rio de Janeiro, v. 9, n. 15, p. 19-40, 2016.

GEVEHR, Daniel Luciano. A crise dos lugares de memória e dos espaços identitários no contexto da modernidade: questões para o ensino de história. **Revista Brasileira de Educação**, v. 21, n. 67, p. 945-962, out./dez. 2016.

GRIGOLETO, Maira Cristina; MURGUIA, Eduardo Ismael. As bases epistemológicas do patrimônio institucionalizado. **Tendências da Pesquisa Brasileira em Ciência da Informação**, Brasília, v. 8, n. 2, 2015.

HALBWACHS, M. **A memória coletiva**. São Paulo: Centauro, 2004.

\_\_\_\_\_. **A memória coletiva**. São Paulo: Vértice, 2006.

DE HOLLANDA, Cristina Buarque. **Arquivos, Democracia e Ditadura: Reflexões a Partir dos 10 Anos do Centro de Referência Memórias Reveladas do Arquivo Nacional**. Curitiba: Appris, 2021.

HUYSSSEN, Andreas. **Seduzidos pela memória: arquitetura, monumentos e mídia**. Rio de Janeiro: Aeroplano, 2000.

\_\_\_\_\_. **Seduzidos pela memória**: arquitetura, monumentos e mídia. 2. ed. Rio de Janeiro: Aeroplano, 2004.

JARDIM, José M. A invenção da memória nos arquivos públicos. **Revista Ciência da Informação**, Brasília, v. 25, n. 2, 1996. Disponível em: <<http://revista.ibict.br/ciinf/article/view/659>>. Acesso em: 21 mai. 2020.

KOSSOY, B. **Fotografia & História**. 2. ed. rev. São Paulo: Ateliê Editorial, 2001.

LE GOFF, Jacques. História. In: LE GOFF, Jacques. **História e Memória**. 5. ed. Campinas: Unicamp, 2003. p. 1-171.

LIMA, Telma Cristiane Sasso de; MIOTO, Regina Célia Tamaso. Procedimentos metodológicos na construção do conhecimento científico: a pesquisa bibliográfica. **Revista Katálysis**, Florianópolis, v. 10, p. 37-45, 2007. Disponível em: <[https://www.scielo.br/scielo.php?pid=S1414-49802007000300004&script=sci\\_arttext](https://www.scielo.br/scielo.php?pid=S1414-49802007000300004&script=sci_arttext)>. Acesso em: 5 dez. 2020.

MASSONI, Luis Fernando Herbert; OLIVEIRA, Priscila Chagas; SILVEIRA, Andréa Reis da; LIMA, Marcia Heloisa Tavares de Figueredo. O estudo da memória social na graduação em ciência da informação: um relato de experiência. **Ponto de Acesso**, Salvador, n. 1, v. 13, p. 193-209, 2019. Disponível em: <<https://brapci.inf.br/index.php/res/v/124217>>. Acesso em: 18 mar. 2021.

MERLO, Franciele, KONRAD, Glaucia Vieira Ramos. Documento, história e memória: a importância da preservação do patrimônio documental para o acesso à informação. **Informação e Informação**, Londrina, v. 20, n. 1, p. 26-42, jan./abr. 2015. Disponível em: <<http://www.uel.br/revistas/informação>>. Acesso em: 10 jan. 2019.

MINISTÉRIO DA JUSTIÇA E SEGURANÇA PÚBLICA. Arquivo Nacional Memórias Reveladas. Memórias em Rede. Brasília, 2010. Disponível em: <<http://arquivonacional.gov.br/br/component/tags/tag/memorias-reveladas>>. Acesso em: 11 mar. 2019.

MONTEIRO, S. D.; CARELLI, A. E.; PICKLER, M. E. V. A ciência da informação, memória e esquecimento. **DataGramZero - Revista de Ciência da Informação**, Rio de Janeiro, v. 9, n. 6, p. 3-16, 2008. Disponível em: <<http://hdl.handle.net/20.500.11959/brapci/6382>>. Acesso em: 25 jan. 2021.

MONTEIRO, Fernanda. Reflexões epistemológicas dos arquivos e do fazer arquivístico enquanto instrumentos de poder. **Acervo**, Rio de Janeiro, v. 27, n. 1, p. 313-322, jan./jun. 2014. Disponível em: <<http://revista.arquivonacional.gov.br/index.php/revistaacervo/article/view/476>>. Acesso em: 19 jan. 2021.

NASSAR, Paulo. Novas narrativas e memória: olhares epistemológicos. KUNSCH, Margarida. (Org.). **Comunicação Organizacional**: aportes conceituais e aplicados. São Paulo: Summus, 2016. p. 77-100.

NORA, Pierre *et al.* Entre memória e história: a problemática dos lugares. **Projeto História: Revista do Programa de Estudos Pós-Graduados de História**, São Paulo, n. 10, p. 7-28, dez. 1993. Disponível em: <<https://revistas.pucsp.br/revph/article/viewFile/12101/8763>>. Acesso em: 20 jan. 2021.

OLIVEIRA, Eliane Braga de. **O conceito de memória na Ciência da Informação no Brasil: uma análise da produção científica dos programas de pós-graduação**. 2010. 194 f. Tese (Doutorado em Ciência da Informação) - Programa de Pós-Graduação em Ciência da Informação, Universidade de Brasília, Brasília (DF), 2010. Disponível em: [http://repositorio.unb.br/bitstream/10482/7466/1/2010\\_ElianeBragaOliveira.pdf](http://repositorio.unb.br/bitstream/10482/7466/1/2010_ElianeBragaOliveira.pdf). Acesso em: 5 fev. 2015.

OLIVEIRA, Edileusa Santos; SANTOS, Ana Elizabeth Alves. A inutilidade dos lugares de memória: a Biblioteca Verde de Carlos Drummond de Andrade. **Revista Espaço Acadêmico**, n. 96, p. 1-5, mai. 2009. Disponível em: <<https://www.yumpu.com/pt/document/read/13038006/versao-para-imprimir-arquivo-em-pdf-revista-espaco-academico>>. Acesso em: 13 set. 2022.

OTLET, P. **Traité de documentation: le livre sur le livre, théorie et pratique**. Brussels: Mundaneium, 1934.

PELEGRINE, Ayala RO. **Modernização e repressão: os impactos da ditadura militar na Universidade Federal do Espírito Santo (1969-1974)**. 2016. 150 f. Dissertação (Mestrado em História) – Programa de Pós-Graduação em História Social das Relações Políticas, Universidade Federal do Espírito Santo, Vitória, 2016.

PERALTA, Elsa. Abordagens teóricas ao estudo da memória social: uma resenha crítica. **Arquivos da memória: Antropologia, Escala e Memória**, Lisboa, n. 2, p. 4-23, 2007. Disponível em: <https://dialnet.unirioja.es/descarga/articulo/2391753.pdf>. Acesso em: 21 de jul. 2021.

POLLAK, Michael. Memória, esquecimento, silêncio. **Revista Estudos históricos**, Rio de Janeiro, v. 2, n. 3, p. 3-15, 1989. Disponível em: <<https://bibliotecadigital.fgv.br/ojs/index.php/reh/article/view/2278>>. Acesso em: 11 jan. 2021.

\_\_\_\_\_. Memória e identidade social. **Revista Estudos Históricos**, Rio de Janeiro, v. 5, n. 10, p. 200-212, 1992.

PINHEIRO, Douglas Antônio Rocha. Blow-Up—Depois daquele golpe: a fotografia na reconstrução da memória da ditadura. **Revista Anistia Política e Justiça de Transição**, Brasília (DF): Ministério da Justiça, n. 1, p. 90-109, 2009.

ROCHA JUNIOR, José Carlos. **No encaixo dos companheiros: militantes do partido dos trabalhadores (PT) sob vigilância da delegacia de ordem política e social do Espírito Santo (DOPS/ES) – (1978-1985)**. 2014. 185 f. Dissertação (Mestrado em História) – Programa de Pós-Graduação em História, Universidade Federal do Espírito Santo, Vitória, 2014.

RONDINELLI, Rosely Curi. **Gerenciamento arquivístico de documentos eletrônicos**: uma abordagem teórica arquivística contemporânea. Rio de Janeiro: FGV, 2002.

\_\_\_\_\_. **O conceito de documento arquivístico frente à realidade digital**: uma revisão necessária. 2011. 270 f. Tese (Doutorado em Ciência da Informação) – Programa de Pós-Graduação em Ciência da Informação, Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2011.

\_\_\_\_\_. **O documento arquivístico ante a realidade digital**: uma revisão conceitual necessária? Rio de Janeiro: FGV, 2013.

ROSA, Ana Paula Costa; ALBUQUERQUE, Ana Cristina. A ARQUIVOLOGIA SOCIAL NA CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO. **ENANCIB; ENANCIB 2019**, v. 24, n. 2.

SANTOS, Larissa Conceição dos. História e legitimação organizacional: reflexões acerca das narrativas histórico-organizacionais. **Revista Brasileira de Comunicação Organizacional e de Relações Públicas**, São Paulo, v. 11, n. 20, p. 61-72, jan./jun. 2014.

SARACEVIC, T. Ciência da informação: origem, evolução e relações. **Perspectivas em Ciência da Informação**, Belo Horizonte, v. 1, n. 1, p. 41-62, jan./jun. 1996.

Disponível em:

<<http://portaldeperiodicos.eci.ufmg.br/index.php/pci/article/view/235/22>>. Acesso em: 18 jan. 2019.

SARLO, Beatriz. **Tempo passado**: cultura da memória e guinada subjetiva. São Paulo: Companhia das Letras; Belo Horizonte: UFMG, 2007.

SODRÉ, Caroline Almeida. Descrição, acesso e difusão dos acervos das Dops no Brasil. 2016. 168 f. Dissertação (Mestrado em Ciência da Informação) – Programa de Pós-Graduação em Ciência da Informação, Universidade de Brasília, Brasília, 2016. Disponível em:

<[https://repositorio.unb.br/bitstream/10482/20708/1/2016\\_CarolineAlmeidaSodr%C3%A9.pdf](https://repositorio.unb.br/bitstream/10482/20708/1/2016_CarolineAlmeidaSodr%C3%A9.pdf)>. Acesso em: 4 mar. 2021.

SOUZA, Mariana Jantsch Souza. A memória como matéria-prima para uma identidade: apontamentos teóricos acerca das noções de memória e identidade. **Revista Graphos**, João Pessoa, v. 16, n. 1, p. 91-117, 2014.

STAMPA, Inez. Memórias Reveladas e os arquivos do período da ditadura militar. **ComCiência**, Campinas, n. 127, p. 1-8, abr. 2011. Disponível em:

<[http://comciencia.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S1519-76542011000300012&lng=en&nrm=is&tlng=pt](http://comciencia.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1519-76542011000300012&lng=en&nrm=is&tlng=pt)>. Acesso em: 15 mar. 2021.

\_\_\_\_\_. ASSUMPÇÃO, Sam Romanelli; HOLLANDA, Cristina Buarque (Org.). **Arquivos, Democracia e Ditadura**: Reflexões a partir dos 10 Anos do Centro de Referência Memórias Reveladas do Arquivo Nacional. Curitiba: Appris, 2020.

TEDESCO, João COOK Carlos. **Nas cercanias da memória**: temporalidade, experiência e narração. 2. ed. Passo Fundo (RS): Universidade de Passo Fundo, 2014.

THIESEN, Icléia. Documentos “sensíveis”. **Tendências da Pesquisa Brasileira em Ciência da Informação**, Brasília, v. 6, n. 1, p. 1-15, 2013. Disponível em <<http://revistas.ancib.org/index.php/tpbci/article/view/295>>. Acesso em: 24 mai. 2021.

ZINS, Chaim. Conceptions of information science. **Journal of the American Society for Information Science and Technology**, v. 58, n. 3, p. 335-350, 2007.

## APÊNDICE A – TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO



### UNIVERSIDADE FEDERAL DO ESPÍRITO SANTO CENTRO DE CIÊNCIAS JURÍDICAS E ECONÔMICAS PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO

#### TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO (TCLE)

##### Dados de identificação

**Título do Projeto:** Memórias Reveladas do Arquivo Público do Estado do Espírito Santo (APEES) a partir do acervo da DOPS/ES:2009-2020

**Pesquisador Responsável:** Rosilda Adelaide Rufo

**Orientador:** Pedro Ernesto Fagundes

**Nome do participante:** \_\_\_\_\_

**CPF:** \_\_\_\_\_

Você está sendo convidado (a) para participar, como voluntário (a), do projeto de pesquisa “Memórias Reveladas do Arquivo Público do Estado do Espírito Santo (APEES) a partir do acervo da DOPS/ES:2009-2020” de responsabilidade da pesquisadora Rosilda Adelaide Rufo, CPF: xxx.xxx.xxx-xx, mestranda do Programa de Pós-graduação em Ciência da Informação, da Universidade Federal do Espírito Santo, com orientação da professor Doutor Pedro Ernesto Fagundes, CPF xxx.xxx.xxx-xx

Leia cuidadosamente o que segue e me pergunte sobre qualquer dúvida que você tiver. Após ser esclarecido (a) sobre as informações a seguir, e caso aceite fazer parte do estudo, assine e rubriche ao final deste documento, que consta em duas vias. Uma via pertence a você e a outra ao pesquisador responsável. Em caso de recusa, você não sofrerá nenhuma penalidade.

Declaro ter sido esclarecido sobre os seguintes pontos:

1 - O estudo tem por objetivo analisar o Projeto Memórias Reveladas referente aos documentos da Delegacia de Ordem Política e Social do Espírito Santo (DOPS/ES), para descrever sua relevância enquanto memória social do Arquivo Público do Estado do Espírito Santo (APEES), localizado no município de Vitória-ES. Como resultado, colaborar para a área de Ciência da Informação no construto da memória social em unidades de informações como o Arquivo.

2 - A minha participação nessa pesquisa consistirá em responder ao questionário, aplicado via Google Forms, conduzida com duração de aproximadamente 10min. Não haverá gravação de vídeo e áudio e nem de imagens.

3 - Durante a execução da pesquisa poderão ocorrer riscos de desconforto e ansiedade quanto a identificação do participante que serão minimizados pela garantia do anonimato.

4 - Ao participar desse trabalho, estarei contribuindo para analisar até que ponto custodiar o acervo documental da DOPS/ES contribui para que o APEES consolide seu papel social na construção da memória no Campo de ação.

5 - A minha participação nesse projeto deverá ter a duração de aproximadamente 20min.

6 - Não terei nenhuma despesa ao participar da pesquisa e poderei deixar de participar ou retirar meu consentimento a qualquer momento, sem precisar justificar, e não sofrerei qualquer prejuízo por isso.

7 - Fui informado e estou ciente de que não há nenhum valor econômico, a receber ou a pagar, por minha participação.

8 - Meu nome será mantido em sigilo, assegurando assim a minha privacidade, e se eu desejar terei livre acesso a todas as informações e esclarecimentos adicionais sobre o estudo e suas consequências, enfim, tudo o que eu queira saber antes, durante e depois da minha participação.

9 - Fui informado que os dados coletados serão utilizados, única e exclusivamente,

para fins dessa pesquisa. Os resultados desse trabalho poderão ser apresentados em encontros ou revistas científicas, apontando apenas os resultados obtidos como um todo, sem revelar meu nome, instituição ou qualquer informação relacionada a minha privacidade.

Qualquer dúvida relacionada aos procedimentos ou referente ao projeto você poderá entrar em contato com a pesquisadora a qualquer momento via e-mail: ou [rosilda.rufo@edu.ufes.br](mailto:rosilda.rufo@edu.ufes.br) ou [rosildinha@hotmail.com](mailto:rosildinha@hotmail.com) e/ou com Campus Universitário Almor de Queiroz Araújo - Av. Fernando Ferrari, 514, Goiabeiras, Vitória ES | CEP: 29075-910 | Tel. SUPG: telefone:3145 5370 - 3145 5371 – 4009 2794 – [ppgci.ufes@gmail.com](mailto:ppgci.ufes@gmail.com) - <http://www.cienciainformacao.ufes.br>

Vitória/ES, \_\_\_\_\_ de \_\_\_\_\_ de 2021

---

Rosilda Adelaide Rufo  
Pesquisadora responsável

---

Participante da Pesquisa

## APÊNDICE B – QUESTIONÁRIO

### QUESTIONÁRIO

#### **Pesquisa Memórias Reveladas e o Acervo da Ditadura Militar no APEES - 10 min**

Você está convidado (a) a participar da pesquisa intitulada “Memórias Reveladas do Arquivo Público do Estado do Espírito Santo (APEES), a partir do acervo da Delegacia de Ordem Política e Social do Estado do Espírito Santo (DOPS/ES):2009-2020”, de responsabilidade de Rosilda A. Rufo, mestranda em Ciência da Informação (CI), sob a supervisão do professor Dr. Pedro Ernesto Fagundes, docente do Programa de Pós-Graduação em Ciência da Informação da UFES.

#### **TERMO DE CONSENTIMENTO**

O sigilo de sua resposta fica assegurado e seu uso apenas para fins acadêmico científico. Sua participação voluntária como respondente será de grande valia para alcançar os objetivos propostos, bem como dar continuidade ao estudo inédito na área de Ciência da Informação da UFES. Em caso de dúvida, entre em contato com o e-mail: [rosilda.rufo@edu.ufes.br](mailto:rosilda.rufo@edu.ufes.br). Se você concorda em participar, assinale com sim, abaixo, o termo de consentimento. Agradecemos sua colaboração.

( ) Sim. Eu li e concordo em participar.

#### **Identificação**

##### **A) Sexo**

- ( ) Masculino
- ( ) Feminino
- ( ) Prefiro não responder
- ( ) Outros

**B) Qual vínculo possui com o APEES?**

- (  ) Funcionário  
 (  ) Prestador de serviços(  
      ) Pesquisador  
 (  ) Estudante  
 (  ) Não possui vínculo

**C) Sua faixa etária está entre:**

- (  ) 18 - 30    (  ) 31 - 46            (  ) 47- 60    (  ) Acima de 61

Você é graduado em qual ou quais cursos?

- (  ) História  
 (  ) Arquivologia  
 (  ) Biblioteconomia  
  
 (  ) Administração  
 (  ) Comunicação  
 (  ) Não possui graduação

**D) Caso seja pós-graduado, informe titulação**

- (  ) Especialização (  ) Mestrado (  ) Doutorado (  ) Pós-Doutorado

Em qual área? \_\_\_\_\_

**Instruções para respostas utilizando a escala:**

- 1) Concordo totalmente (se você concorda em 100% da/ou com a afirmativa)
- 2) Concordo (se você concorda com a afirmativa, mas não em 100%);
- 3) Discordo (se você discorda da afirmativa, mas não em 100%)
- 4) Discordo totalmente (se você discorda em 100% da afirmativa)
- 5) Não sei responder (se você está indeciso, neutro em relação à afirmativa ou não tem conhecimento acerca dela)

**1) Você concorda que o acervo da DOPS/ES do Projeto Memórias Reveladas contribui para a construção da Memória Social da Ditadura Militar no país?**

- (  ) Concordo totalmente  
 (  ) Concordo

- ( ) Discordo
- ( ) Discordo totalmente
- ( ) Não sei responder

**2)** Você concorda que alcance/difusão/uso do acervo da DOPS/ES do Projeto Memórias Reveladas pode contribuir para construção de identidades sociais de grupos?

- ( ) Concordo totalmente
- ( ) Concordo
- ( ) Discordo
- ( ) Discordo totalmente
- ( ) Não sei responder

**3)** Na sua opinião, quais ações do APEES e de seus usuários foram fomentadas a partir do projeto Memórias Reveladas?

- ( ) Ações educacionais
- ( ) Produção cultural
- ( ) Mobilização Social e protestos
- ( ) Publicações de Livros
- ( ) Publicações Científicas
- ( ) Outras\_\_\_\_\_

**4)** Você concorda que no período 2009-2020 houve expansão de demandas de pesquisadores, comunidade e cientistas ao APEES, desde que este passou a custodiar o acervo da DOPS/ES?

- ( ) Concordo totalmente
- ( ) Concordo
- ( ) Discordo
- ( ) Discordo totalmente
- ( ) Não sei responder

**5)** Na sua opinião, quais usos o acervo da DOPS/ES pode ter?

- Construção de Memória Social
- Construção de Identidades de Grupos
- Garantia de Direitos Sociais
- Consolidação de Democracia
- Pesquisa histórica
- Acesso à informação para cidadania

Outras: \_\_\_\_\_

**6)** Quais obstáculos foram identificados para garantir a difusão e o acesso do acervo da DOPS/ES?

- Falta de critérios claros de acesso aos documentos
- Ausência de legislação que amparassem o acesso à documentação
- Classificação de grau de sigilo
- Condições de preservação de acervo
- Segurança Nacional
- Disputas de ideologias políticas
- Não sei responder

**7)** Você concorda que o projeto Memórias Reveladas aumentou a visibilidade do APEES junto à sociedade Capixaba?

- Concordo totalmente
- Concordo
- Discordo
- Discordo totalmente
- Não sei responder

**8)** Você concorda que os usuários do APEES estão satisfeitos com os serviços prestados?

- Concordo totalmente
- Concordo
- Discordo
- Discordo totalmente
- Não sei responder

**9)** Você concorda que o APEES seja um dos espaços de memória do Estado do Espírito Santo?

- Concordo totalmente
- Concordo
- Discordo
- Discordo totalmente
- Não sei responder

**10)** Você concorda que a preservação de acervos históricos como o da DOPS/ES contribui para o fortalecimento do direito do cidadão ao acesso à informação?

- Concordo totalmente
- Concordo
- Discordo
- Discordo totalmente
- Não sei responder

**11)** Você concorda que o projeto Memórias Reveladas possibilitou alguma mudança de visão sobre a ditadura militar no Brasil?

- Concordo totalmente
- Concordo
- Discordo
- Discordo totalmente
- Não sei responder

**12)** Obrigada por responder à pesquisa. Caso queira pontuar mais alguma informação utilize o espaço abaixo para sugestões, opiniões ou críticas.

Para receber resultado da pesquisa deixe seu e-mail.

---

## APÊNDICE C – FATOS E FOTOS HISTÓRICAS DA DITADURA NO ES

<p>Os porões capixabas da ditadura - 38°BI</p> 	<p>A "péssima herança": o Esquadrão da Morte.</p> 
<p>O delegado que virou pastor e confessou os crimes. Cláudio Guerra</p> 	<p>O capixaba que liderou revolta armada no RJ e ES. O advogado Francisco Celso Calmon, também conhecido como Chico Celso.</p> 
<p>O arcebispo que intercedeu pelos perseguidos. Dom João Batista e Albuquerque foi nomeado arcebispo do Espírito Santo em 1958.</p> 	<p>Pouco se sabe: os mortos, torturados ou desaparecidos. O que se sabe é que o APEES armazena aproximadamente 20 mil fichas de identificação de pessoas e instituições que pertenciam à (DOPS-ES).</p> 

Perseguição na Ufes: os anos de chumbo. Ao todo, ao menos 90 pessoas entre professores, alunos e funcionários sofreram constrangimentos, entre repressões verbais e torturas, por parte dos militares.



A manifestação de 68: a Av. Jerônimo Monteiro transformada em campo de guerra.



Espírito Santo inaugura a campanha das Diretas Já! Em Vitória, manifestantes protestavam na frente da antiga Faculdade de Direito de Vitória, que era vizinha do Palácio Anchieta, sede do poder Executivo.



A influência dos militares na política do Espírito Santo. Francisco Lacerda de Aguiar, o Chiquinho Lacerda, foi o último governador eleito antes da Ditadura Militar, em 1963.



Políticos capixabas cassados durante a ditadura. Dois deputados estaduais do Espírito Santo tiveram seus mandatos cassados durante a Ditadura Militar.



**Fonte:** elaborado pela autora da pesquisa com base na matéria da Folha Vitória 2019.

**APÊNDICE D –TESES E DISSERTAÇÕES A PARTIR DA DOPS/ES, NO  
APEES**

<b>N.</b>	<b>Ano</b>	<b>Autor</b>	<b>Título</b>
<b>Tese de Doutorado*</b>			
1	2021	Maxlander Dias Gonçalves.	Os usos políticos do passado: a transição democrática e o que resta da ditadura nos rastros da revista Veja (1978-1985).
2	2021	Ayala Rodrigues Oliveira Pelegrine.	Mulher presa pra mim é homem? Ditadura militar e violência de gênero institucional na Universidade Federal do Espírito Santo (1971-1973).
3	2019	Dinorah Lopes Rubim Almeida	A vigilância e a repressão política durante o governo Ernesto Geisel (1974-1979): as universidades brasileiras sob a mira da ditadura.
4	2017	Maxlander Dias Gonçalves.	O Processo de Transição Democrática sob o discurso da Revista Veja (1978 a 1985).
<b>DISSERTAÇÕES**</b>			
5	2021	Maxlander Dias Gonçalves.	Os usos políticos do passado: a transição democrática e o que resta da ditadura nos rastros da revista Veja (1978-1985).
6	2021	Brenda Soares Bernardes	À luz do sol? Therezinha Zerbini e as mobilizações pela Anistia na Ditadura Militar: Conexões, Espionagem e Política (1975-1979).
7	2021	Gabriel Meneguelli Soella.	Documento, Desinformação e poder. Memória da Ditadura Militar Brasileira pela obra de 1964. O Brasil entre armas e livros.
8	2020	Guilherme Gouvêa Soares Torres	Políticas de memória e justiça de transição nos governos do Partido dos Trabalhadores (2003-2016).
9	2020	Ariel Cherxes Batista.	Uma Imersão no passado presente: o revisionismo Bolsonaroista sobre a Ditadura (2011-2019).
10	2019	Davi Elias Rangel Santos.	A Memória positiva sobre o Regime Militar no Espírito Santo, através do Jornal A Gazeta (1971-1975).
11	2017	Ramilles Grassi Athaydes.	A reorganização do Movimento Estudantil na Universidade Federal do Espírito Santo (UFES) a partir do olhar da Delegacia de Ordem Política e Social (DOPS/ES) (1976-1978).
12	2017	Herbert Soares Caçador.	O Grupo dos Onze: repressão e anticomunismo no município de Muniz Freire -ES.
13	2016	Márcio Gomes Damartini	A Vigilância da Polícia Política aos trabalhadores em Educação da Rede Estadual de Ensino do Espírito Santo (1973-1981).
14	2016	Luiz Fernando da Silva Brumana.	O Grito da Resistência: o Jornal Posição e a Cobertura da Abertura Política no Espírito Santo (1976 a 1981).
15	2015	Marcello França Furtado.	O Papel da Documentação Fotográfica na Historiografia da Ditadura Civil-Militar no Brasil (1964-1985): um Estudo a Partir do Acervo da Delegacia de Ordem Política e Social do Estado do Espírito Santo (DOPS/ES).
16	2015	Gabriela Rodrigues de Lima	Anos de chumbo na UFES. Repressão e luta durante o fechamento do DCE (1969-1978).
17	2015	Elio Ramirez Garcia	Do Estado União de Jeovah à União dos Posseiros de Cotaxé: Singularidades: transição e longevidade
18	2014	Dinoráh Lopes Rubim Almeida.	CAPARAÓ: Primeiro foco guerrilheiro contra a Ditadura Militar no Brasil.
19	2014	Diego Stanger.	O Sigma Sob Suspeita: a Polícia Política e a Repressão ao Integralismo no Espírito Santo (1933-1942).
20	2014	Leonardo Baptista.	O Partido Comunista Brasileiro (PCB) no Espírito Santo (1968 - 1985): a partir dos arquivos da Delegacia de Ordem Política e Social? DOPS / ES.

21	2014	Ayala Rodrigues Oliveira Pelegrine.	Modernização x repressão: a Universidade Federal do Espírito Santo (UFES) durante o governo de Emílio Garrastazu Médice (1969 – 1974).
22	2013	Francisco José dos Santos.	Da campanha da legalidade ao Golpe de 1964: o estado do Espírito Santo durante o governo de João Goulart (1961-1964).
23	2013	Erlaine Ribeiro da Silva.	Fé e repressão política: atuação dos militantes cristãos sob o olhar da Delegacia de Ordem Política e Social do Estado do Espírito Santo - DOPS/ES (1974-1985).
24	2012	José Carlos da Rocha Junior.	No encaço dos petistas: o monitoramento de ações militantes promovido pela Delegacia de Ordem Política e Social do Espírito Santo (DOPS/ES. 1980-1985).
25	2012	Bruno Sobroza Duarte.	A ARENA (Aliança Renovadora Nacional) no Espírito Santo: organização político partidária da Arena no ES.
*Produções realizadas sob orientação do Professor Dr. Pedro Ernesto Fagundes.			

Fonte: Elaborado pela autora da pesquisa, informações do Lattes PEF. Currículo do Sistema de Currículos Lattes (Pedro Ernesto Fagundes) (cnpq.br)

## ANEXO A – CLIPPING 2021: MEMÓRIAS REVELADAS 57 ANOS DA DITADURA

GOVERNO DO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO

Vitória (ES), Quinta-feira, 01 de Abril de 2021 8

**"MEMÓRIAS REVELADAS – CENTRO DE REFERÊNCIA DAS LUTAS POLÍTICAS NO BRASIL"**

# História dos 57 anos da ditadura integra acervo do Arquivo Público

No acervo do Arquivo Público do Estado do Espírito Santo (APEES) é possível pesquisar uma parte significativa da história




»»» O trabalho teve por objetivo organizar, catalogar, descrever, reproduzir e publicar em uma base de dados, via internet, a reprodução digital dos documentos produzidos pela Delegacia de Ordem Política e Social do Estado do Espírito Santo (DOPS/ES)

As ações e desdobramentos que ocorreram no dia 31 de março de 1964 e culminaram com a instauração de uma ditadura militar no Brasil completaram, ontem (31), 57 anos. No acervo do Arquivo Público do Estado do Espírito Santo (APEES) é possível pesquisar uma parte significativa da história daquele período, trazendo à tona alguns dos fatos, imagens e relatos da época. Ao todo, encontram-se sob a guarda e preservação da Instituição 80 cabos de documentos da Delegacia de Ordem Política e Social do Estado do Espírito Santo (DOPS/ES). Há também, aproximadamente, 20 mil fichas de identificação.

O APEES iniciou, em dezembro de 2008, sua participação no projeto "Memórias Reveladas – Centro de Referência das Lutas Políticas no Brasil", coordenado pelo Arquivo Nacional. O trabalho teve por objetivo organizar, catalogar, descrever, reproduzir e publicar em uma base de dados, via internet, a reprodução digital dos documentos produzidos pela DOPS/

“ A possibilidade de contato com os documentos das antigas DOPS estaduais tem contribuído para preencher importantes páginas, que até o momento encontravam-se em branco, de nossa história. No presente, a possibilidade de manuseio e análise de tais fontes assume um papel relevante para a história política capixaba.

**Pedro Ernesto Fagundes**  
Professor do Departamento de História da UFES

ES. O Fundo é constituído de correspondências recebidas e expedidas por órgãos da então Secretaria de Segurança Pública, assim como ordens de serviços, relatórios, ofícios internos e externos, informes, radiogramas, pedidos de busca, requerimentos, atestados de conclusão ideológica, dossiês, depoimentos, inquéritos policiais, fotografias, jornais, livros, cartazes e panfletos.

Os materiais contêm informações

sobre diferentes assuntos, como a investigação de pessoas, instituições públicas, privadas e religiosas, partidos políticos, sindicatos, organizações clandestinas, manifestações, atos públicos, eventos, eleições, movimentos grevistas e estudantis. Eles podem ser acessados e consultados on-line, por meio do link: [www.ap.gov.br/mr](http://www.ap.gov.br/mr).

De acordo com o professor do Departamento de História da Universidade Federal do Espírito Santo (UFES), Pedro Ernesto Fagundes, os atuais estudos, nos outros sigilosos arquivos da DOPS/ES, têm permitido o encontro dos pesquisadores com documentos de valor inestimável para a construção da memória política do Espírito Santo.

**DOPS** - Durante o governo de Getúlio Vargas, entre os anos de 1936 e 1937, foi organizada uma Delegacia de Segurança Política e Social, que visava à investigação e à vigilância dos movimentos de contestação do poder. No Espírito Santo, o surgimento ocorreu nos primeiros meses

do governo provisório do interventor federal João Punaro Bley, com o objetivo de organizar uma polícia voltada à manutenção da ordem política e social, com jurisdição em todo o território capixaba. No governo constitucional de Vargas, o órgão foi elevado à categoria de Delegacia de Ordem Política e Social do Estado do Espírito Santo (DOPS/ES).

Entre 1964 e 1965, a DOPS exerceu relevante papel na permanência da ditadura militar, especialmente na contenção de qualquer ação contrária ao regime instaurado. Na época, a criação do Destacamento de Operações de Informações-Centro de Operações de Ordem Interna (DOI-COOI) interagiu e ampliou a produção de dados. O DOI-COOI age como órgão de coordenação e planejamento. A incumbência era a vigilância, captura e interrogatório daqueles que contestavam a ditadura. Após a redemocratização do País houve um esvaziamento das funções da delegacia até a sua completa extinção.

Ass. web: @governoprio DEL - DEPARTAMENTO DE IMPRENSA OFICIAL DO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO  
Rua: Quilômetro, 1 de Abril de 2021 às 01:22  
Código de Acesso: 306234

Fonte: Clipping fornecido pelo Acervo do APEES

## ANEXO B - PARECER CONSUBSTANCIADO DO CEP

FAESA-CENTRO  
UNIVERSITÁRIO ESPÍRITO-  
SANTENSE



### PARECER CONSUBSTANCIADO DO CEP

#### DADOS DO PROJETO DE PESQUISA

**Título da Pesquisa:** PROJETO MEMÓRIAS REVELADAS DO ARQUIVO PÚBLICO DO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO (APEES) A PARTIR DO ACERVO DA DOPS/ES: 2009-2020

**Pesquisador:** ROSILDA ADELAIDE RUFO

**Área Temática:**

**Versão:** 2

**CAAE:** 53318621.4.0000.5059

**Instituição Proponente:** Centro de Ciências Jurídicas e Econômicas

**Patrocinador Principal:** Financiamento Próprio

#### DADOS DO PARECER

**Número do Parecer:** 5.254.795

#### Apresentação do Projeto:

Conforme relatado pela autora do projeto, "Trata-se de estudo sobre o Projeto Memórias Reveladas e sua contribuição para a construção da Identidade Social do Arquivo Público do Estado do Espírito Santo, a partir da custódia de documentos do acervo da Delegacia de Ordem Política e Social do Estado do Espírito Santo. Análise via publicações recuperadas durante pesquisa, entrevista e revisão de literatura, em que medida se encontra articulado à construção, a cooperação e ao fortalecimento da memória social do Arquivo Público."

#### Objetivo da Pesquisa:

Conforme relatado pela autora do projeto, "Identificar em que medida o Projeto Memórias Reveladas da Delegacia de Ordem Política e Social do Espírito Santo (DOPS/ES), no período de (1930 a 1989) contribuiu para consolidar o papel da memória social do Arquivo Público do Estado do Espírito Santo (APEES)."

#### Avaliação dos Riscos e Benefícios:

Conforme relatado pela pesquisadora, a pesquisa contará "com a colaboração de servidores do APEES, historiadores, arquivistas, bibliotecários, museólogos, curadores, e outros sujeitos que de algum modo ou em algum momento participaram do Projeto Memórias Reveladas – DOPS/ES." e

Endereço: Avenida Vitória, 2220  
Bairro: Monte Belo CEP: 29.053-360  
UF: ES Município: VITÓRIA  
Telefone: (27)2122-4176 Fax: (27)2122-4176 E-mail: cep@faesa.br

**FAESA-CENTRO  
UNIVERSITÁRIO ESPÍRITO-  
SANTENSE**



Continuação do Parecer: 5.254.795

Os riscos desta pesquisa poderá ocorrer eventualmente, causando momentos de timidez aos participantes. Nesse sentido, em acaso de ocorrência de possíveis constrangimentos, optamos por manter a identidade do respondente de forma anônima, bem como permitir que os mesmos respondam em ambientes de melhor conveniência a fim de evitar qualquer transtorno.

Como benefício, destaca-se que o estudo almeja ratificar a relevância dos documentos da ditadura custodiados nos Arquivos para a sociedade.

**Comentários e Considerações sobre a Pesquisa:**

A partir do projeto apresentado, percebe-se a relevância da pesquisa para a sociedade, ao destacar a importância da manutenção e acesso a dados e informações pertinentes ao período de regime militar. Embora esteja registrado nas informações básicas do projeto que a pesquisa não usará fontes secundárias, entende-se que a maior parte do estudo já utilizou essas fontes de forma extensiva.

**Considerações sobre os Termos de apresentação obrigatória:**

Termos obrigatórios apresentados.

**Conclusões ou Pendências e Lista de Inadequações:**

Diante do exposto, o Comitê de Ética em Pesquisa em Seres Humanos da FAESA (CEPIFAESA), de acordo com as atribuições definidas na legislação vigente, manifesta-se pela aprovação do projeto de pesquisa proposto.

**Considerações Finais a critério do CEP:**

Este parecer foi elaborado baseado nos documentos abaixo relacionados:

Tipo Documento	Arquivo	Postagem	Autor	Situação
Informações Básicas do Projeto	PB_INFORMAÇÕES_BÁSICAS_DO_P ROJETO_1848448.pdf	11/02/2022 09:07:58		Acelto
Folha de Rosto	FOLHA_de_ROSTO_dezRet.pdf	24/01/2022 13:52:31	ROSILDA ADELAIDE RUFO	Acelto
Declaração de concordância	AUTORIZACAO_APEES_C.pdf	27/12/2021 18:39:25	ROSILDA ADELAIDE RUFO	Acelto
Outros	INSTRUMENTO_DE_COLETA_DADOS QUESTIONÁRIO.pdf	27/12/2021 18:38:00	ROSILDA ADELAIDE RUFO	Acelto
Solicitação registrada pelo CEP	METODOLOGIA_DA_PESQUISA_dez.pdf	27/12/2021 18:20:42	ROSILDA ADELAIDE RUFO	Acelto

Endereço: Avenida Vitória, 2220

Bairro: Monte Belo

CEP: 29.053-360

UF: ES

Município: VITÓRIA

Telefone: (27)2122-4178

Fax: (27)2122-4178

E-mail: cep@faesa.br

FAESA-CENTRO  
UNIVERSITÁRIO ESPÍRITO-  
SANTENSE



Continuação do Parecer: 5.254.795

Outros	ABORDAGEM_PARTICIPANTES_DA_PESQUISA.pdf	27/12/2021 18:16:56	ROSILDA ADELAIDE RUFO	Acelto
TCLE / Termos de Assentimento / Justificativa de Ausência	TCLE_MR_dez.pdf	27/12/2021 18:16:19	ROSILDA ADELAIDE RUFO	Acelto
Cronograma	CRONOGRAMA.pdf	28/10/2021 16:37:15	ROSILDA ADELAIDE RUFO	Acelto
Projeto Detalhado / Brochura Investigador	PROJETO_MEMORIAS_REVELADAS_13821.pdf	26/10/2021 13:50:17	ROSILDA ADELAIDE RUFO	Acelto

Situação do Parecer:

Aprovado

Necessita Apreciação da CONEP:

Não

VITORIA, 21 de Fevereiro de 2022

Assinado por:  
FABIANO TORRES CRUZ  
(Coordenador(a))

Endereço: Avenida Vitória, 2220  
Bairro: Monte Belo CEP: 29.053-380  
UF: ES Município: VITORIA  
Telefone: (27)2122-4178 Fax: (27)2122-4178 E-mail: cep@faesa.br

ANEXO C – MANIFESTAÇÕES DOS PARTIDOS DOS TRABALHADORES –  
DÉC.1980

**UM PARTIDO  
FALSAMENTE PROLETÁRIO**

Um partido não pode ser considerado operário simplesmente por sua composição social ou pela origem proletária de alguns de seus dirigentes, ou mesmo de todos eles. Nenhum partido é tão densamente constituído de operários como o Partido Trabalhista Inglês. E, todavia, não passa de um partido burguês. O que caracteriza socialmente qualquer partido é, acima de tudo, a sua ideologia e, também, a vinculação com a classe que representa, a par da predominância de elementos dessa classe em suas fileiras.

Ora, o Partido dos Trabalhadores não adota a ideologia do proletariado, ao contrário, a repudia. As idéias defendidas pelo seu principal dirigente, embora expressas numa linguagem obreirista, nada têm a ver com os interesses básicos da classe operária. Em essência, o PT é um partido tipicamente social-democrata.

Surge com a reorganização partidária promovida pela ditadura, que veda de forma categórica a legalização do Partido Comunista do Brasil e de outras forças de esquerda, admitindo, porém, a criação de um partido daquele tipo. É significativo o fato de que, na época, havia “empresários e gente do governo querendo criar um partido de trabalhadores”.

Seus antecedentes acham-se na poderosa greve de São Bernardo que mobilizou amplas massas operárias das indústrias automobilísticas, e teve larga repercussão em todo o país.

Fonte: [Apresentação Digital \(memoriasreveladas.gov.br\)](http://memoriasreveladas.gov.br)